



Fundação de Previdência Complementar
dos Empregados ou Servidores da FINEP,
do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA

Relatório Anual de Informações - RAI 2014



Mensagem dos Dirigentes


O ano de 2014 foi de muitos acontecimentos no cenário da FIPECq. Esse Relatório Anual de Informações apresenta os principais resultados obtidos e o que a Fundação está buscando.

Em maio, a FIPECq completou 35 anos de serviços prestados na administração de Planos de Previdência Complementar. No mês seguinte, dia 09 de junho, tomou posse o seu novo Diretor-Presidente: Maurício Marques. A governança ainda foi marcada pelo processo eleitoral, realizado em novembro, que renovou parte dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Ações importantes para a Fundação foram iniciadas em 2014, como os trabalhos de implementação da Governança em Tecnologia da Informação e da Gestão de Risco. O objetivo é aprimorar os processos da FIPECq na área de TI e identificar, mensurar e monitorar os principais riscos da Fundação, desenvolvendo ações para reduzi-los. Ambos os trabalhos estão sendo conduzidos por empresas especializadas e serão concluídos em 2015. Outro trabalho que teve início em 2014, com conclusão prevista para 2015, está sendo realizado pela empresa Deloitte. Trata-se de uma auditoria contratada pela Patrocinadora Finep para realizar um diagnóstico completo da Fundação e dos planos que administra.

Em setembro, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, iniciou um processo de fiscalização na FIPECq, que incluiu todas as suas áreas. A autarquia do Ministério da Previdência solicitou diversos documentos com o objetivo de supervisionar o período compreendido entre julho de 2009 e junho de 2014. A FIPECq respondeu aos questionamentos e aguarda posicionamento do órgão fiscalizador.





Na área de Investimentos, a carteira da FIPECq encerrou o exercício com rentabilidade de 5,75% no Plano de Previdência Complementar – PPC, 6,65% no Plano FIPECqPREV e 6,21% no Plano de Gestão Administrativa – PGA. Apesar de não cumprir a Meta Atuarial, a Fundação está implantando várias medidas para que o resultado a partir de 2015 seja melhor. Dentre elas destacamos: Novo Regulamento do Comitê de Investimentos; Reformulação da Política de Investimentos 2015-2019; Acompanhamento mensal dos riscos da carteira de investimentos; Novo modelo de Relatório de Acompanhamento das carteiras; Criação do Manual de Análise de Ativos; e a contínua capacitação da equipe e membros do Comitê de Investimentos. O novo Gerente de Investimentos, Edmilson Carvalho, é empregado de carreira da Fundação há 29 anos e assumiu, em setembro de 2014, o desafio de reestruturar sua equipe e executar as mudanças necessárias.

Também em 2014, a Fundação iniciou os trabalhos para a mudança da sua sede, em Brasília. O imóvel, pertencente ao Plano PPC, foi adquirido por meio de leilão público Judicial, em novembro de 2013. A mudança traz redução de custos para a Fundação, uma vez que a FIPECq ocupa um espaço menor que o atual e alugará a área restante. Toda a renda do aluguel do imóvel é revertida ao PPC.

O programa de educação financeira e previdenciária da FIPECq promoveu na Patrocinadora Finep/RJ quatro encontros, de agosto a dezembro. Foram abordados os seguintes temas sugeridos pelos participantes: “Benefícios do plano PPC”, “Investimentos”, “Custeio” e “Atuária”.

Este relatório anual reforça as práticas de governança corporativa e transparência da FIPECq e é um instrumento fundamental para a prestação de contas a todos os públicos de interesse da fundação sobre suas atividades e os resultados obtidos a cada ano.



FIPECq em Números

Posição 31/12/14

1.022	Participantes Ativos e Assistidos no Plano de Previdência Complementar - PPC (inclui PBS = 13 participantes)
1.403	Participantes Ativos e Assistidos no Plano FIPECqPREV
42	Adesões ao Plano PPC em 2014
50	Participantes que aposentaram pelo Plano PPC em 2014
14	Auxílios-doença concedidos pelo PPC em 2014
04	Pensões por morte concedidas pelo PPC em 2014
07	Pecúlios concedidos pelo PPC em 2014
70	Adesões ao FIPECqPREV em 2014
143	Desligamentos no FIPECqPREV em 2014
R\$927.528 milhões	Patrimônio do Plano de Previdência Complementar - PPC
R\$19.891 milhões	Patrimônio do Plano FIPECqPREV
R\$37.210 milhões	Patrimônio do Plano de Gestão Administrativa - PGA
R\$984.629 milhões	Patrimônio consolidado (PPC+FIPECqPREV+PGA)
R\$17.515 milhões	Contribuições ao PPC em 2014 (participantes + patrocinadora)
R\$24.204 milhões	Total de benefícios pagos pelo Plano PPC em 2014
31	Empregados da FIPECq
80^a	Posição da FIPECq no ranking do patrimônio administrado, em relação aos Fundos de Pensão no Brasil (Fonte: Abrapp/novembro de 2014)

Até 02/12/14

Conselho Deliberativo

Titulares eleitos:

- Alvaro Albuquerque Junior
- Eduardo Lopes de Oliveira e Silva
- José Valente Chaves

Suplentes:

Roberto Chiacchio

-

Vera Lúcia Justo Perez

Titulares indicados:

- José Iram Mota Barbosa (INPE)
- Kátia Lanuzia Nogueira de Araújo (CNPq)
- Ruben Silveira Mello Filho (Finep) -
Presidente

Suplentes:

Benedito Fonseca e Souza Adeodato - Finep
Sandra Regina Costa Alves - CNPq
Vanessa Zoghaib Tanure - Finep

Conselho Fiscal

Titulares eleitos:

- Acioli Antônio de Olivo
- Rosilene Matos Domingues - Presidente

Suplentes:

Iliada Muniz Lima
Luiz Soares Maia

Titulares indicados:

- Carlos Eduardo Gutierrez Freire (Finep)
- Raimundo Otaíde Picanço Filho (CNPq)

Suplentes:

Fabrcio Soares Azevedo - Finep
Tarciso José de Lima - CNPq

Após 03/12/14

Conselho Deliberativo

Titulares eleitos:

- Alvaro Albuquerque Junior
- Bruno Mattos de Figueiredo
- Eduardo Lopes de Oliveira e Silva

Suplentes:

Roberto Chiacchio

Fabrcio Soares Azevedo

-

Titulares indicados:

- Antonio Semeraro Rito Cardoso (FIPECq
Vida) - Presidente
- Kátia Lanuzia Nogueira de Araújo (CNPq)
- Vanessa Zoghaib Tanure (Finep)

Suplentes:

Carlos Eduardo Gutierrez Freire - FIPECq Vida
Sandra Regina Costa Alves - CNPq
Antonio Ramos Abib - Finep

Conselho Fiscal

Titulares eleitos:

- Alexandre de Castro Almeida
- Rosilene Matos Domingues - Presidente

Suplentes:

Betina Lima Niemeyer
Luiz Soares Maia

Titulares indicados:

- Michel do Carmo Zandberg (Finep)
- Raimundo Otaíde Picanço Filho (CNPq)

Suplentes:

Gustavo da Cruz Barcelos Souza - Finep
Tarciso José de Lima - CNPq

Diretoria Executiva

Diretor de Previdência

PERSIO MARCO ANTONIO DAVISON

Diretor de Gestão

JULIO CEZAR SOCHA

Diretor-Presidente e de Investimentos

MAURÍCIO MARQUES

	01 - Ações Gerais	06
	02 - Relacionamento com o Participante	16
	03 - Previdência	20
	04 - Investimentos e Resultados	32
	05 - Patrimônio dos Planos	52
	06 - Demonstrações Contábeis	66
	Notas Explicativas	72
	Parecer Atuarial	104
	Relatório dos Auditores Independentes	120
	Parecer do Conselho Fiscal	126
	Resolução do Conselho Deliberativo	127
	07 - Demonstrativo de Investimentos	128
Glossário		131
Mensagem do Conselho Fiscal		132
Mensagem do Conselho Deliberativo ..		134

FIPECq comemorou 35 anos com debate

Um rico debate sobre o “Cenário Econômico Mundial e seus reflexos no Sistema de Previdência Complementar”. Assim foi a comemoração pelos 35 anos da FIPECq na tarde do dia 21 de maio, no auditório da Fundação Ceres, em Brasília.

O Doutor em economia Lício da Costa Raimundo, Diretor de Investimentos da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (FUNPRESP-EXE),

falou sobre a crise econômica nos EUA, na Europa e na China e como esses dados influenciam no cenário econômico mundial e, conseqüentemente, no mercado das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. José Celso Júnior, Doutor em economia e técnico do IPEA, fez suas considerações e promoveu o debate entre os participantes sobre o tema ministrado.

Participaram do evento a diretoria, conselheiros e empregados da FIPECq, gestores de outras fundações e órgãos relacionados, antigos diretores e convidados.



Acesse a Política de Investimentos 2015/2019

Foi aprovada, pelo Conselho Deliberativo da FIPECq, na sua 252ª Reunião, dia 25 de novembro, a Política de Investimentos da Fundação para o período de 2015 a 2019.

A Política define, entre outros critérios, os percentuais de aplicação dos recursos garantidores dos Planos administrados pela FIPECq: Plano de Previdência Complementar - PPC; FIPECqPREV e Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Os documentos podem ser acessados pelo site: www.fipecq.org.br/investimento

Maurício Marques é o novo Diretor-Presidente

O Presidente do Conselho Deliberativo da FIPECq, Ruben Silveira Mello Filho, deu posse, no dia 09 de junho, ao novo Diretor-Presidente da Fundação: Maurício Marques, indicado pela Patrocinadora Finep e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Engenheiro Eletricista, Maurício Marques tem 44 anos e mais de 23 anos de experiência profissional. Ele trabalhava na Finep há quase 5 anos, sendo gerente do Departamento de Investimento em Fundos (DINF) desde 2013 e é participante do Plano PPC desde 2011.



Roberto Teixeira de Carvalho, que há 08 anos exercia a função de Diretor-Presidente e de Investimentos, assumiu a Diretoria de Investimentos no período de junho a agosto de 2014.

Fiscalizações

A fiscalização é uma expressão constante nos Fundos de Pensão e na FIPECq não é diferente. Em 2014, várias ações de fiscalização aconteceram na entidade.

A legislação obriga as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) a contratar auditores independentes com a finalidade de atestar, trimestralmente, a exatidão das demonstrações contábeis, de forma a verificar se elas espelham a real situação patrimonial da entidade. Esse trabalho, na FIPECq, foi realizado pela Nexia Teixeira Auditores.

Em setembro, a Fundação recebeu a fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O procedimento faz parte da rotina da PREVIC como parte do papel fiscalizador que cabe ao órgão. A autarquia do Ministério da Previdência solicitou diversos documentos com o objetivo de supervisionar o período compreendido entre julho de 2009 e junho de 2014. A FIPECq respondeu aos questionamentos e aguarda posicionamento do órgão.

O patrocinador do plano de benefícios também tem o dever de supervisionar e fiscalizar as atividades do fundo de pensão. Nesse sentido, a Patrocinadora Finep contratou a empresa de auditoria Deloitte para realizar um diagnóstico completo da Fundação e dos planos que administra. Esse trabalho começou em outubro/2014.

O Conselho Fiscal, por sua vez, realiza a fiscalização constantemente e elabora o relatório de controles internos da entidade semestralmente. Em 2014, esse trabalho foi realizado com o assessoramento da Consultorys Consultoria.

Processo Eleitoral elegeu novos Conselheiros

A FIPECq promoveu eleições para a escolha de novos Conselheiros Titulares e Suplentes, representantes dos participantes, sendo um para integrar o Conselho Deliberativo e um para o Conselho Fiscal. Foram duas chapas concorrentes: Chapa 1 “União e Força” e Chapa 3 “Transparência”. As eleições aconteceram dia 11 de novembro, das 8h às 20h (horário de Brasília), pelo site da FIPECq. A chapa 3 foi a vencedora da disputa, com 62,7% dos votos.



Essa foi a 7ª eleição da FIPECq realizada pela Internet, por meio do site da Fundação. A tecnologia inovadora é utilizada desde 2002 e garantiu segurança, mobilidade, rapidez e eficiência na apuração. Todo o processo foi acompanhado por uma auditoria independente (Nexia Teixeira Auditores).

Os novos conselheiros eleitos, assim como os novos indicados, tomaram posse no dia 03 de dezembro de 2014 (foto abaixo).



*Em pé, da esquerda para a direita: Álvaro, Acioli, Bruno, Kátia, Antônio Rito, Carlos Eduardo, Betina, Fabrício, Michel, Antonio Abib, Gustavo e Maurício.
Sentados, da esquerda para a direita: Sarita, Ruben, Raimundo, Rosilene, Alexandre e Vanessa.*

FIPECq inicia a implantação da Governança em TI e da Gestão de Risco

Em 2014, foram iniciados os trabalhos para aperfeiçoar na FIPECq a Governança em Tecnologia da Informação e a Gestão de Risco. O objetivo é o de aprimorar seus processos da área de Tecnologia da Informação, assim como proteger o patrimônio dos Planos através do mapeamento e controle adequado de riscos.



O procedimento da Governança em TI, realizado pela empresa Daryus Consulting, começou no mês de junho de 2014 e a previsão é que seja finalizado em junho de 2015. O trabalho detalha os processos que compõem a área de Tecnologia da Informação da Fundação para melhorar as atividades relacionadas, tornar o processo transparente, agregando valor, detectando possíveis erros e sugerindo adequações. Também visa a atender alguns dispositivos legais da Resolução CGPC nº13/04. Toda a consultoria da Daryus acontece em 3 fases: Planejamento; Implementação e Monitoramento. Até dezembro de 2014, toda a etapa de planejamento já tinha sido concluída. O trabalho está sendo acompanhado por um Comitê formado pela diretoria executiva e alguns empregados da FIPECq.

As atividades de supervisão dos fundos de pensão realizada pela PREVIC, de modo geral, desenvolvem-se segundo duas abordagens. Uma tradicional, baseada em regras, que, dentre outras particularidades, verifica a conformidade com as leis e regulamentos e tem como foco os fatos presentes e passados. E outra, baseada em riscos, considerada uma evolução da abordagem tradicional, com foco em eventos futuros, ou seja, aqueles aspectos das atividades sujeitos a maiores riscos que possam atentar contra os princípios de uma gestão adequada e de qualidade. Com isso em mente, a FIPECq iniciou em março de 2014 um trabalho de implementação da gestão baseada em risco, feito com a ajuda da consultoria Luce Risk. Até dezembro de 2014, todos os processos da Fundação já tinham sido detalhados. A ideia é que a matriz de risco das áreas de Investimentos e Controladoria seja finalizada até o primeiro semestre de 2015, quando o modelo será estendido para os demais setores da Fundação.

Assessoria Jurídica - AJU

Assessorar a Diretoria Executiva da FIPECq e seus órgãos colegiados nas diversas áreas da estrutura organizacional da fundação é uma das atribuições da AJU. A Assessoria Jurídica também fornece relatórios para a consultoria de assessoramento ao Conselho Fiscal e para a auditoria externa independente. A área realiza, também, o acompanhamento em sistema informatizado próprio, de todas as ações em andamento, nas diversas instâncias, tribunais e jurisdições, além do monitoramento de demandas judiciais patrocinadas por escritórios de advogados e de prestadores de serviços.

Confira, a seguir, o quadro-resumo com o número de ações judiciais da FIPECq, por área e situação dos processos (em andamento ou encerrados).

Área	Quantidade	Situação	
		Em andamento	Encerrados
Juizado Especial	1	1	3
Justiça Comum Cível	320	265	55
Justiça Federal	23	23	0
Justiça do Trabalho	19	18	1
Total Geral	363	307	59

Dos 307 processos em andamento, a FIPECq é autora em 255. Desses, em que a FIPECq figura no polo ativo, 191 referem-se às ações de execução de título extrajudicial por inadimplência de empréstimos concedidos. Das 191 ações, 37 estão suspensas



em vista de acordos celebrados com os mutuários e homologados judicialmente. As demais, desse quantitativo de 191 ações, prosseguem com tramitação judicial, aguardando os atos processuais contenciosos. Importante ressaltar que tais ações decorrem do fato de que as prestações dos contratos de mútuo celebrados deixaram de



ser consignadas nas folhas de pagamentos dos então participantes do extinto PPE, mais precisamente nos anos de 2007/2008, pois com a alteração na legislação que dispunha sobre as consignações nas folhas de pagamento dos servidores públicos federais (sistema SIAPE), dentre as consignações classificadas como facultativas, estão aquelas realizadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, que foram preteridas em relação às consignações de outras instituições financeiras com desconto consignado que, embora na ordem facultativa, tem preferência sobre as consignações da FIPECq. Por consequência e em razão disso, o mutuário ao contratar um empréstimo em qualquer instituição financeira, e não tendo margem consignável para sustentar a nova parcela e aquela já consignada pela FIPECq, fazia com que esta última (da Fundação) fosse retirada de seu contracheque pelo sistema de Consignação.

A respeito de tais ações de execução/cobrança, os resultados estão sendo obtidos por meio de acordos judiciais celebrados com os mutuários e por decisões de sentenças na jurisdição contenciosa, com um bom retorno de recursos nos últimos anos, contanto com um quadro atual de inadimplência no valor de R\$ 5.857.104,23 (cinco milhões oitocentos e cinquenta e sete mil cento e quatro reais e vinte e três centavos), segundo os dados da Gerência de Controladoria. A FIPECq também tem conseguido decisões judiciais que permitem o desconto na folha de pagamento junto aos órgãos de lotação e na conta bancária do mutuário.

A FIPECq também busca em outras ações nos Juízos de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Curitiba e Cascavel-PR, a reparação de investimentos em algumas instituições financeiras e empreendimentos que não tiveram seu contrato cumprido, além de restituições e isenções tributárias, bem como a defesa de ações ajuizadas na circunscrição judiciária de Brasília e nas Comarcas do Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP, São José dos Campos-SP, Curitiba-PR, Toledo-PR, Cascavel-PR, Manaus-AM (na qual a FIPECq venceu todas as ações), Fortaleza-CE e Salvador-BA.

Confira mais informações sobre as Ações Judiciais no capítulo "Notas Explicativas", na página 86 deste Relatório (no Item 5, letra "g" Provisões para Perdas dos Investimentos).

Estão, também, sob a responsabilidade da Assessoria Jurídica da FIPECq, como representante judicial, 39 processos, o que corresponde a cerca de 12,70% do total. Essas ações constituem-se de medidas judiciais de Recuperação de Investimentos, de Consignação em Pagamento, de Indenização contra a FIPECq, Reclamações Trabalhistas, de Exibição de Documentos e, por último, de Revisão de Benefício. Nas demais ações em que a FIPECq é autora ou ré, a representação judicial é exercida por escritórios ou advogados terceirizados, os quais, na maioria dos contratos celebrados com a Fundação, procurou-se enquadrar a parte mais considerável da remuneração pelos serviços prestados por estes escritórios nos honorários a serem pagos decorrentes do êxito na ação (pagos após o seu término e somente se obtiver algum sucesso), restando valores baixos para pagamento a título de pró-labore (pagos no ato da contratação). Importante ressaltar que essas contratações levam em consideração a natureza da ação, o objeto da causa, o local onde se encontra tramitando o processo e o tempo que é disponibilizado em cada uma delas, além da especialização requerida no tema e da obrigatória atuação "in loco", quase sempre, em todas as instâncias no curso da tramitação processual.

Confira a relação dos advogados e escritórios que prestam serviços para a FIPECq:

Nome	Área de Atuação
Airton Rocha Nóbrega	Cível
Bichara Barata & Costa Advogados Associados	Cível
F&N Advogados Associados	Cível
Jonas Modesto da Cruz	Cível
Lobo & Ibeas Advogados	Cível/Empresarial
LA Machado Advogados Associados	Cível
Marcelo Lamego Carpenter Ferreira	Cível
Mattos Filho, Veiga Filho e Queiroga Advogados	Cível
Reis Torres e Florêncio Advocacia	Cível
Ximenes Advogados Associados	Cível
Junqueira de Carvalho e Murgel – Advogados Associados	Cível/Tributário/ Empresarial
Wilmon Alves de Oliveira (Assessor Jurídico) e Laércio Barbosa de Melo (Advogado)	Cível/Trabalhista/ Empresarial/Consultoria e Assessoria Jurídica Interna.

Idélia de Souza foi a aposentada homenageada

Dia 23 de janeiro, em São Paulo – SP, a FIPECq, representada pelo seu Diretor de Previdência, Persio Marco Antonio Davison, participou do evento em comemoração ao Dia do Aposentado, realizado pela Abrapp. Na Solenidade, cada entidade escolhe um Participante Assistido para receber um diploma alusivo à comemoração. Idélia de Souza Carneiro, assistida do Plano de Previdência Complementar – PPC, foi a aposentada homenageada da FIPECq, representando todos os Assistidos.

Prestação de Contas na patrocinadora Finep

Vários participantes prestigiaram o evento Prestação de Contas, realizado na Patrocinadora Finep, no Rio de Janeiro e em São Paulo, nos dias 28 de abril e 16 de junho, respectivamente. Os conselheiros eleitos da FIPECq, fizeram relatos das suas atividades no exercício de 2013 com o objetivo de promover uma maior aproximação e transparência na gestão da entidade.

Já o Diretor-Presidente da Fundação, Maurício Marques, realizou dois eventos na Patrocinadora: dia 25 de agosto no Rio de Janeiro, e dia 01 de setembro em São Paulo. As apresentações abordaram o funcionamento da FIPECq e dos seus planos, a carteira de investimentos, o andamento da Ação Declaratória, a atuação dos órgãos de regulação e fiscalização dos Fundos de Pensão e os eventos de Educação Previdenciária que seriam realizados ainda no ano de 2014.

Em parceria com a Associação de Assistidos da Finep – ASAF, também foi realizada uma palestra de Prestação de Contas aos assistidos do Plano de Previdência Complementar – PPC dia 04 de dezembro, no Rio de Janeiro, com o Diretor-Presidente, Maurício Marques.

FIPECq+: Encontros promovem a capacitação

Com o objetivo de capacitar interessados e participantes do Plano de Previdência Complementar – PPC, o Programa de Educação Financeira e Previdenciária da FIPECq promoveu, na Patrocinadora Finep/RJ, quatro encontros, de agosto a dezembro. Foram abordados os temas: Benefícios do plano PPC; Investimentos; Atuária e Governança e Custeio Administrativo. “Os cursos são muito importantes, melhorei meu conhecimento sobre a Fundação e o Plano PPC. Recomendo a todos realizar esse tipo de reciclagem que a FIPECq oferece”, afirmou a participante Maria Sirley.



Recadastramento de Participantes Ativos

Em 2014 foi dada continuidade ao Recadastramento dos Participantes Ativos do Plano de Previdência Complementar - PPC, que teve início em outubro de 2013. Em 31/12/2014, 70% desse público tinha realizado o recadastramento.

Também foi realizado o trabalho de recadastramento de e-mails junto aos empregados da Finep. Os participantes ativos foram visitados pessoalmente por representantes da FIPECq com a solicitação de atualização do endereço eletrônico, que passou para o e-mail pessoal em substituição ao institucional.

Recadastramento de Participantes Assistidos

Em maio de 2014 foi encaminhado a todos os Participantes Assistidos, dos Planos administrados pela FIPECq, formulário de recadastramento em atendimento à Instrução Normativa da FIPECq nº 49. O recadastramento foi atendido em 100% de retorno, no início de outubro de 2014.

Adiantamento de 50% do Abono Anual

Trata-se de uma ação anual comum aos Planos administrados pela FIPECq. Em cumprimento a Resolução nº 015 do Conselho Deliberativo da FIPECq, em janeiro de 2014 para os aposentados e junho de 2014 para os pensionistas, foram concedidos os adiantamentos de 50% do abono anual sendo garantindo aos mesmos o direito de requererem contrariamente a esse adiantamento. No universo de 291 assistidos, a FIPECq recebeu a opção de desinteresse pelo pagamento do adiantamento de 3 aposentados e 11 pensionistas.

Efeitos da IN nº 1.343 da Receita Federal

Foi dada a continuidade, no processo de concessão de benefício da FIPECq, a aplicação dos efeitos compensatórios de tributação promovidos pela IN 1.343 em 08 de abril de 2013 pela Receita Federal. Ela trata do reconhecimento financeiro das contribuições pagas, a Plano de Previdência Complementar, quando o participante aposentado (a partir de 01.01.2008) se encontrava ativo, pelo período de janeiro de 1989 a dezembro de 1995.

Para as novas concessões de aposentadorias ocorridas em 2014, com direito ao esgotamento total das contribuições, foram encaminhadas correspondências contendo perguntas e respostas, o Demonstrativo das Contribuições Efetuadas ao Plano de Previdência Complementar – PPC no período de 1989 a 1995, cópia da Instrução Normativa RFB nº 1.343 de abril de 2013 e Ofício nº 138/2012 RFB Suara/CODAC.

No decorrer do recebimento da documentação pelos aposentados, as dúvidas foram respondidas pela Gerência de Previdência.

Receita Federal x Contribuições Previdenciárias

Em 2013, a Receita Federal determinou novos procedimentos para as informações fiscais no âmbito das Entidades de Previdência Complementar no Brasil, tal como relatado no Relatório de Atividades de 2013. Com isso, a FIPECq passou a ter a obrigatoriedade de disponibilizar as contribuições previdenciárias realizadas no exercício denominadas “Extra Folha de Pagamento”.

Em 2014, por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.452, de 21 de fevereiro de 2014, as informações contributivas passaram a ser informadas pela Entidade, mesmo que tenham ocorrido pela Fonte Pagadora, ou seja, o desconto contributivo ao ser informado pela folha do órgão pagador também será informado pela Entidade de Previdência. Assim foi procedido pela FIPECq para todos os seus Planos, tanto para os participantes ativos, como para os assistidos.

Integração entre FIPECq e Finep

A FIPECq participou, em 2014, de vários programas realizados pela área de Gestão de Pessoas da Patrocinadora Finep: Programa de Desligamento Assistido, Perspectivas para a Aposentadoria e Ambientação aos novos empregados.



Em 2014, foram 46 novas concessões de aposentadoria pelo

Plano de Previdência Complementar – PPC resultado do Programa de Desligamento Assistido – PDA. A fundação trabalhou junto à Finep para que a transição do processo de aposentadoria acontecesse de forma tranquila e segura.

A convite do Departamento de Ambiente e Saúde – DAES, a FIPECq participou de dois eventos do programa “Perspectivas para a Aposentadoria – Planejando o Futuro”. Dia 07 de maio, a Gerente de Previdência, Verônica Câmara, ministrou a palestra “Aspectos Importantes do PPC: a sua preparação para a aposentadoria começa na adesão”. Já no dia 03 de setembro, Verônica falou sobre a importância de conhecer os benefícios do Plano de Previdência Complementar – PPC para decidir sobre a aposentadoria.

Dia 12 de agosto, no Rio de Janeiro, a FIPECq participou do evento de ambientação aos 20 novos empregados admitidos por meio de concurso público. Verônica apresentou aos novos empregados os planos administrados pela FIPECq e seus benefícios.

PLANOS ADMINISTRADOS

Plano PPC – Plano de Previdência Complementar

Em janeiro de 2014, os benefícios complementados pelo Plano PPC e o piso mínimo foram reajustados em 5,56%, em conformidade com a Portaria Interministerial MPS/MF nº. 19 de 10/01/2014, DOU de 13/01/2014.

Foram concedidos, em 2014, os seguintes benefícios pelo PPC:

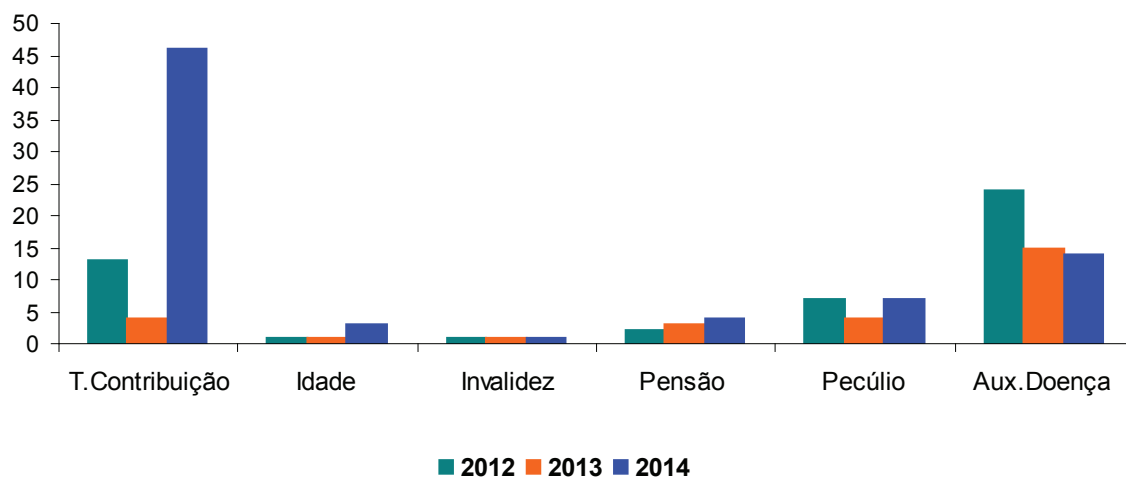
	N ^{os}
Aposentadorias por tempo de contribuição	46
Aposentadoria por idade	03
Aposentadoria por invalidez	01
Pensões por morte	04
Pecúlios por morte	07
Auxílios-doença	14

Foram extintos, em 2014, os seguintes benefícios pelo PPC:

	N ^{os}
Aposentadoria por tempo de contribuição	04
Aposentadoria por idade	00
Aposentadoria por invalidez	02
Pensões por morte	04
Auxílios-doença	17

Evolução das Novas Concessões - PPC (2012 - 2014)

Benefícios	2012	2013	2014
Aposentadorias por tempo de contribuição	13	04	46
Aposentadoria por idade	01	01	03
Aposentadoria por invalidez	01	01	01
Pensões por morte	02	03	04
Pecúlio	07	04	07
Auxílios-doença	24	15	14
Total	48	28	75



Evolução das Despesas Previdenciárias do PPC (2013 - 2014)

Espécie	R\$		
	2013	2014	Variação (%)
Aposentadoria por Invalidez	1.372.701	1.510.525	10
Aposentadoria por Idade	893.171	1.311.770	47
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	9.893.613	16.716.232	69
Aposentadoria Especial	64.138	67.704	6
Pensão	3.264.388	3.435.182	5
Auxílio-Reclusão	-	-	-
Auxílio-Doença	622.359	753.826	21
Pecúlio por Morte	245.256	408.641	67
Total	16.354.626	24.203.880	48

O quadro acima apresenta um crescimento das despesas no período, considerando o reajuste coletivo aplicado aos benefícios em manutenção na data base de janeiro/2014, no percentual de 5,56%. Evidencia-se o acréscimo significativo na variação para as aposentadorias por Tempo de Contribuição e Idade, devido às novas concessões ocorridas no exercício, sendo motivadas pelo Programa de Desligamento Assistido na Patrocinadora Finep, novas concessões no INPE e FIPECq. As despesas com auxílio doença vão ser impactadas pela imprevisibilidade do período de manutenção da enfermidade e do patamar do benefício do participante. O Pecúlio por Morte também apresenta uma elevação no período, tendo em vista a concessão de sete benefícios em 2014, contra quatro registrados em 2013.

Evolução Institutos Previdenciários - PPC (2013 - 2014)

R\$

Institutos	2013	2014	Variação (%)
Portabilidade PPC Plano Originário	95.412	29.676	-69
Portabilidade PPC Plano Receptor	119.456	-	-100
Resgate de Reserva	306.109	69.446	-77
Total	520.977	99.122	-81

Em 2014, o Plano teve 1 (um) processo de Portabilidade, sendo o PPC o Plano Originário, e nenhuma ocorrência de Portabilidade de recurso vindo de outro Plano.

Foram concedidos 8 resgates de reservas individuais do PPC, sendo 5 por desligamento de empregados das Patrocinadoras e 3 de reserva retidas por longa data, que aguardavam a rescisão de contrato de trabalho. O decréscimo financeiro é justificado pelo volume de recurso individual menor desses participantes.

Evolução das Receitas Previdenciárias em 2013 e 2014
Planos de Benefício Definido

R\$

Patrocinadora	Plano PPC		
	2013	2014	Variação (%)
Finep	13.294.495	15.252.304	15
IPEA	-	-	-
CNPq	105.124	109.495	4
INPE	95.900	59.628	-38
INPA	-	-	-
FIPECq	474.065	454.906	-4
Assistidos	812.514	1.279.855	58
Especiais	359.337	358.827	0
Total	15.414.435	17.515.015	16

Os acréscimos das contribuições previdenciárias, na Finep, são justificados pela elevação do teto máximo de participação ocorrido em janeiro de 2014, que passou de R\$ 16.636,00 para R\$ 17.560,96, além da elevação da folha salarial das Patrocinadoras, por meio de dissídios, reclassificações, ajuste nas tabelas de gratificação que também contribuem para a elevação do salário-de-participação e finalmente as novas adesões promovidas por novas contratações nas Patrocinadoras e campanha de adesão para os antigos empregados.

O decréscimo de receita contributiva no INPE foi promovido pela aposentadoria de participante e na FIPECq por desligamento de participante e aposentadoria concedida no exercício. O aumento de Receita Previdenciária dos assistidos foi motivado por 50 novas concessões de aposentadoria.

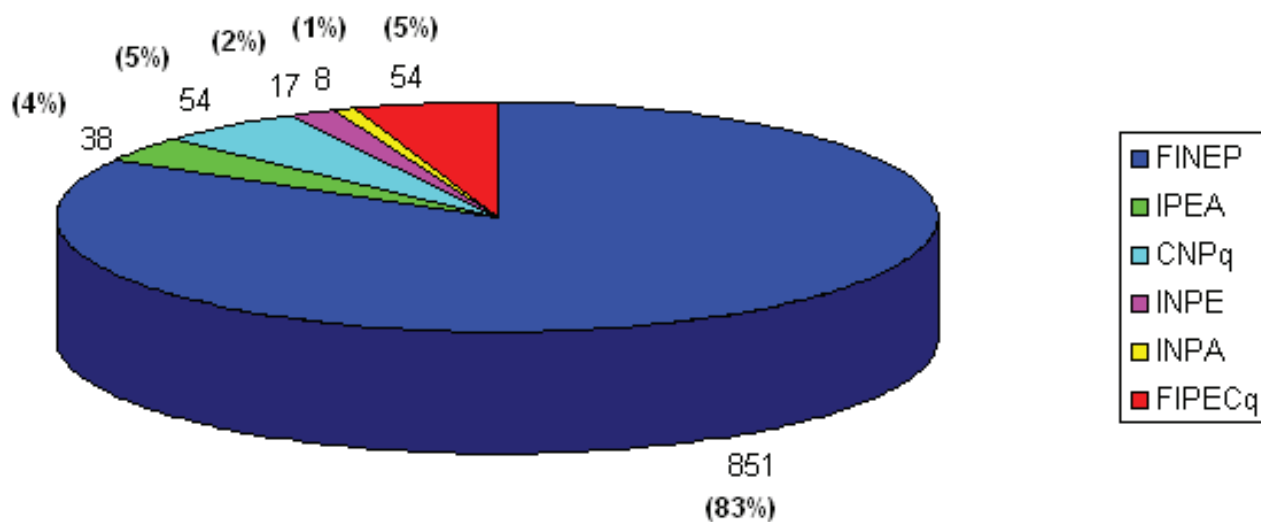
Resumo Quantitativo dos Benefícios Concedidos e Encerrados em 2014

N^{os}

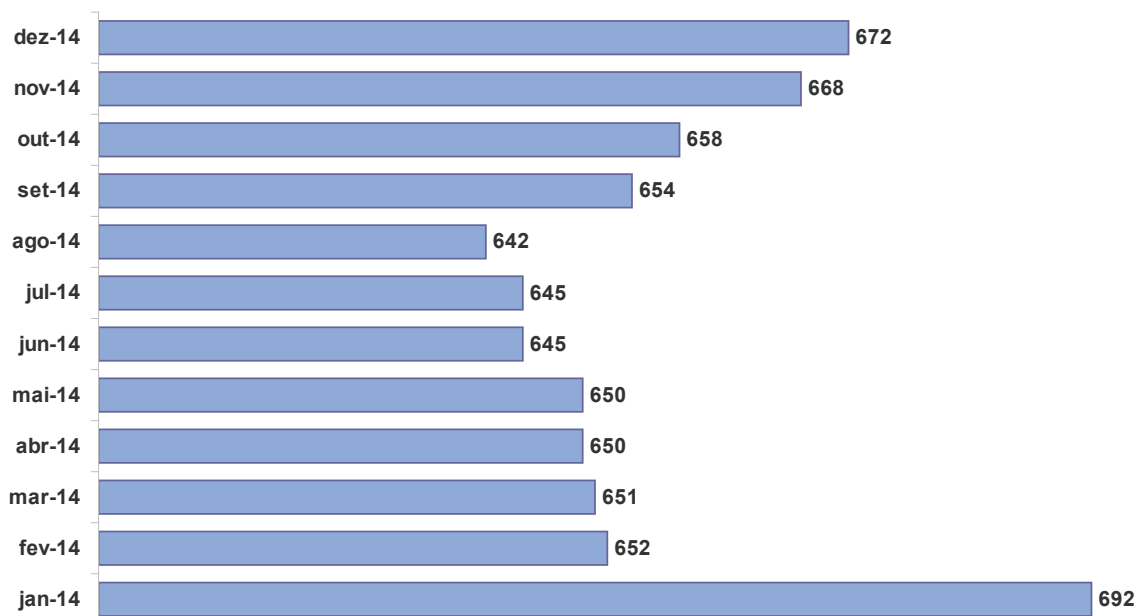
Benefícios	Plano PPC	
	Concedidos	Encerrados
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	46	04
Aposentadoria por Idade	03	00
Aposentadoria por Invalidez	01	02
Pensões	04	04
Auxílio Doença	14	17
Pecúlio - participante ativo	01	-
Pecúlio - participante assistido	06	-
Total	75	27

Em 2014, o Plano contou com 42 novos participantes ativos. O movimento de desligamento de participantes foi promovido por 6 solicitações de cancelamento com rescisão de contrato de trabalho, 5 cancelamentos a pedido e 3 cancelamentos por falta de pagamento.

População Total de Participantes Ativos e Assistidos do Plano PPC (incluindo o PBS) - dezembro/2014



Evolução da Estatística Participantes Ativos do PPC



Plano FIPECqPREV - Plano de Benefícios Previdenciários dos Associados da FIPECqVida

No decorrer de 2014 foram mantidos os pagamentos de 6 Aposentadorias por Invalidez e 2 Pensões por Morte, oriundas do extinto Plano de Previdência Especial - PPE. O pagamento dos benefícios mantidos decorre do Fundo de Benefício Concedido do PPE, após opção exercida pelos assistidos em 2011 pela continuidade ao recebimento do benefício complementar, na modalidade Benefício Definido - BD.

Os benefícios em manutenção do PPE foram reajustados em janeiro de 2014, em conformidade com os efeitos da Lei 12.778, de 31 de dezembro de 2012, sendo comunicado pelas Patrocinadoras.

Quanto aos novos benefícios concedidos em 2014, tendo em sua origem recursos individualizados no Plano FIPECqPREV na modalidade Contribuição Definida - CD, registramos a concessão de 4 aposentadorias programadas por prazo determinado e 12 pensões por morte em parcela única.

Sobre as pensões concedidas citamos que 3 participantes falecidos possuíam seguro contratado em vida para a majoração da conta individual, melhorando assim o saldo em conta para geração da pensão por morte.

Evolução das Despesas Previdenciárias - FIPECqPREV originário do PPE

Espécie	R\$		
	2013	2014	Variação (%)
Invalidez - origem recurso PPE	222.370	241.460	9
Pensão por Morte - origem recurso PPE	39.931	39.678	-1
Pecúlio - PPE - origem recurso PPE	22	102	362
Abono Anual - origem recurso PPE	22.162	23.428	6
Total	284.485	304.667	7

A despesa com pecúlio trata-se de atualização para pagamento futuro de falecimento de participante, em data anterior ao Processo de Incorporação do PPE ao FIPECqPREV. O benefício em diligência sofre atualizações mensais pela TR, sendo que no primeiro semestre de 2013 o percentual oficial permaneceu nulo. A Entidade aguarda a emissão do Alvará Judicial para que o benefício seja efetivamente pago.

As complementações de invalidez sofreram reajustes atendidos pela Lei 12.778, de 31 de dezembro de 2012. As pensões por morte do PPE em 2013 superaram o montante pago em 2014, tendo em vista que o reajuste de 2012, para essa espécie, foi pago em 2013.

Evolução das Despesas Previdenciárias - FIPECqPREV (2013 - 2014)

R\$

Espécie	2013	2014	Variação (%)
Benefício Programado – Parcela Única	3.526	20.347	477
Benefício Programado – Prazo Certo	15.433	52.134	238
Pensão por Morte – Parcela Única	361.160	250.327	-31
Total	380.119	322.808	-15
Capital Segurado – Vertido em Pensão	305.108	218.720	-28

O Plano FIPECqPREV, seja para pagamento de benefício programado ou pensão por morte, vai depender do saldo acumulado pelo participante em sua conta individual.

O recurso adicional pela Contratação de Seguro por falecimento de participante no valor de R\$ 218.720, corresponde ao capital recepcionado na FIPECq de Seguradora, para majoração da conta individual do participante que o contratou. O capital segurado é adicionado à conta individual do participante falecido para que os beneficiários indicados tenham acesso ao recebimento. A pensão por morte é composta pelas contribuições individuais vertidas com respectiva rentabilidade e o capital segurado. No exercício de 2014, foram 12 ocorrências de falecimento de participantes ativos no FIPECqPREV, dos quais 3 processos de pagamento contaram com o aporte recebido da Seguradora.

Evolução Institutos Previdenciários – FIPECqPREV (2013 - 2014)

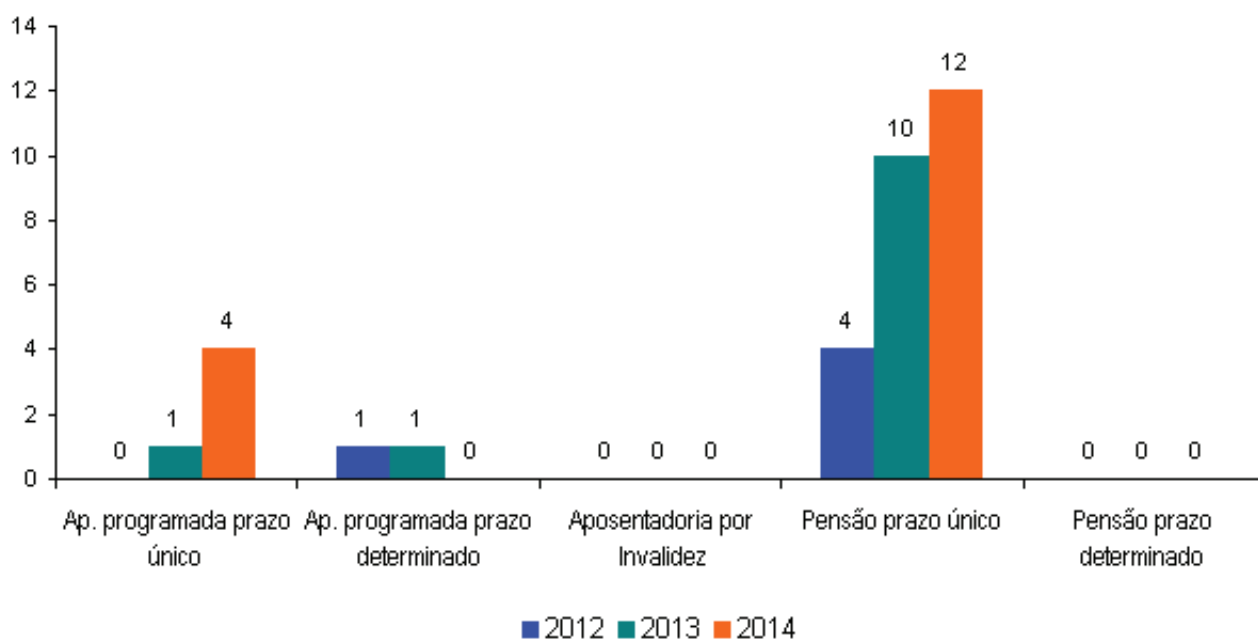
R\$

Institutos	2013	2014	Variação (%)
Portabilidade FIPECqPREV - Originário	-	-	-
Portabilidade FIPECqPREV - Receptor	95.412	-	-
Resgate de Reserva	865.867	923.993	7
Total	961.279	923.993	-4

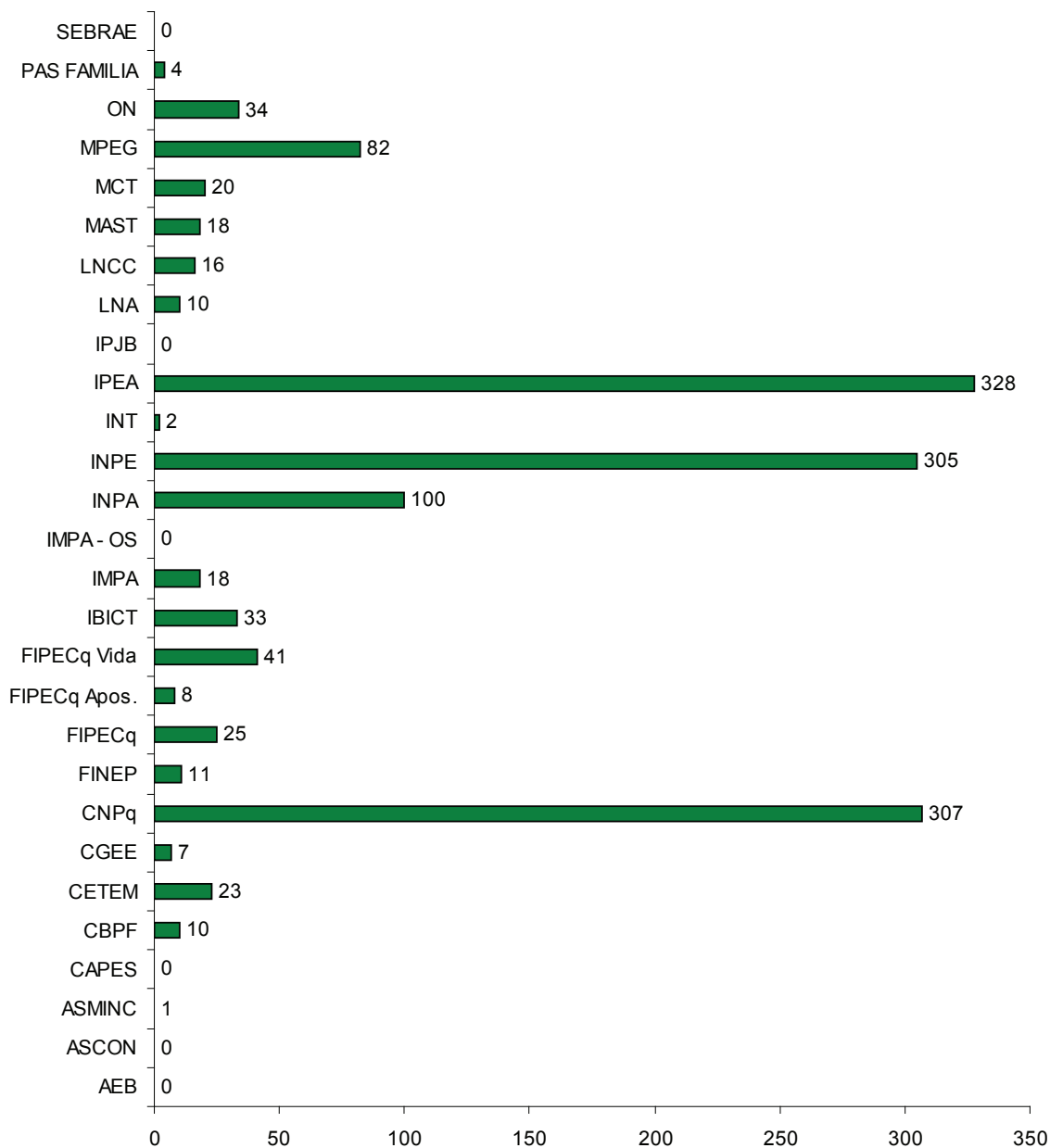
O Plano, no exercício de 2014, não registrou a prática do Instituto da Portabilidade, seja o Plano enviando recurso para outra Entidade ou recepcionando. Foram registradas ocorrências de 115 resgates de reservas individuais realizadas, contra 79 resgates de 2013. O valor a título de comparação, depende do montante de contribuições acumuladas individualmente.

Resumo Quantitativo dos Benefícios Concedidos no FIPECqPREV

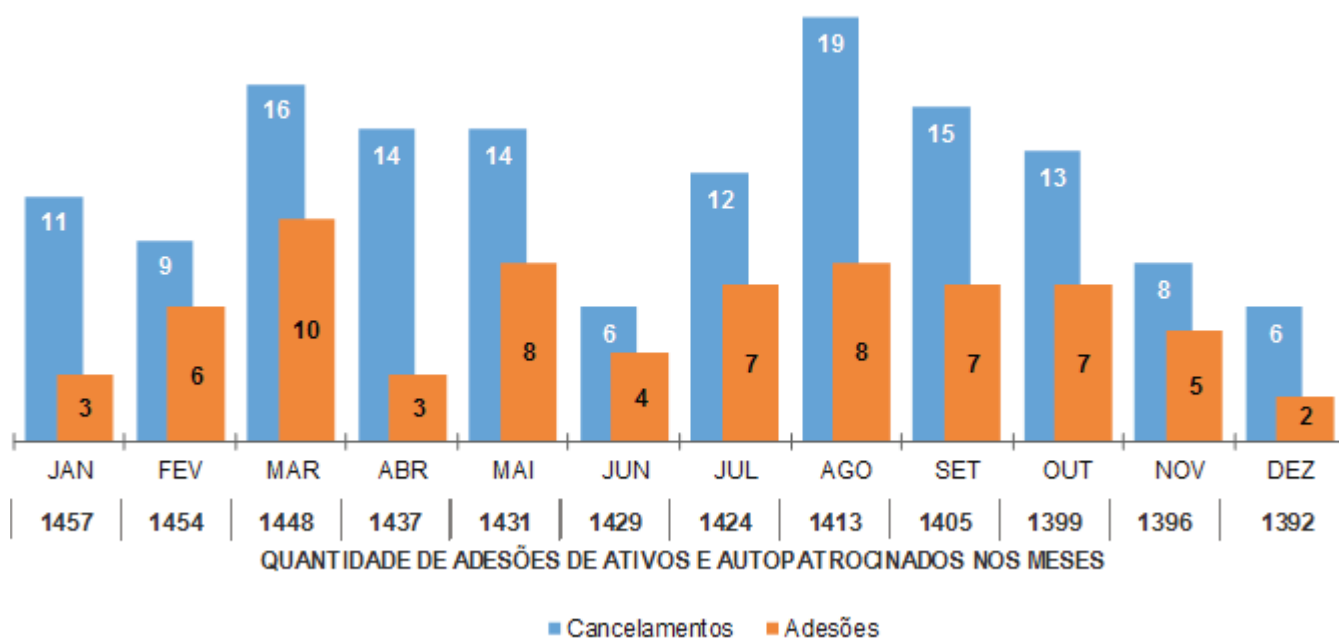
Benefícios	N ^{os}		
	2012	2013	2014
Aposentadoria Programada Prazo Único	0	1	4
Aposentadoria Programada Prazo Determinado	1	1	0
Aposentadoria por Invalidez	0	0	0
Pensões Prazo Único	4	10	12
Pensões Prazo Determinado	0	0	0
Total	5	12	15



**Distribuição de Participantes Ativos e Assistidos do FIPECqPREV
Instituidoras da FIPECqVida**

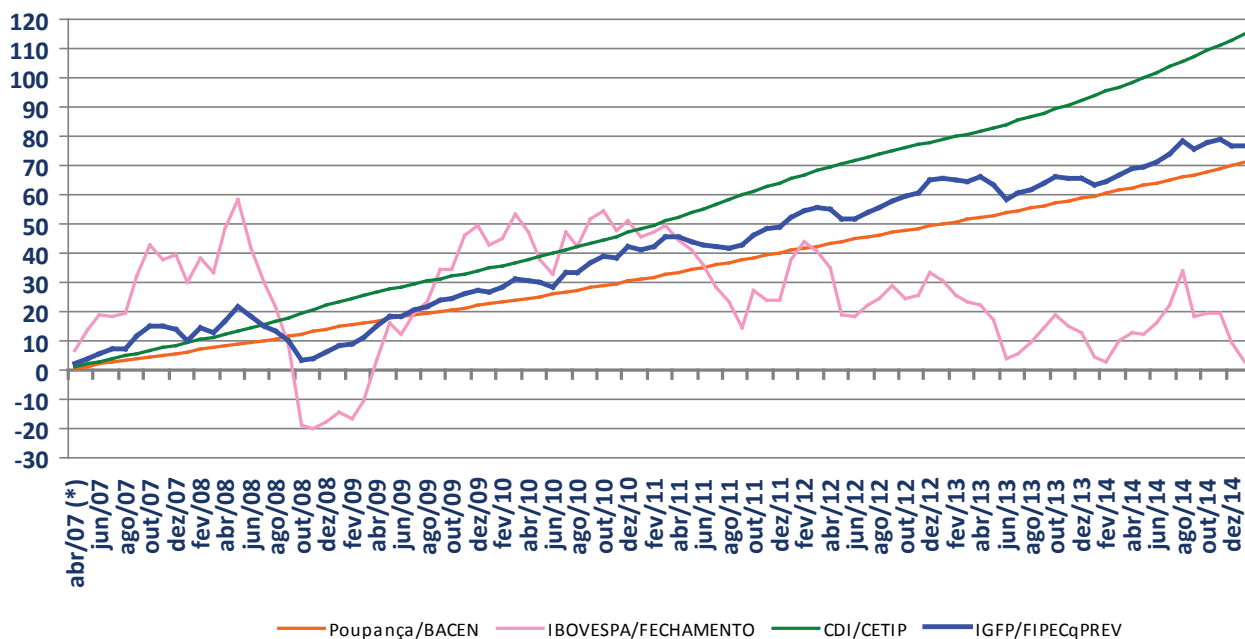


Adesões e Desligamentos no FIPECqPREV em 2014



Os cancelamentos acima demonstrados incluem as ocorrências de desligamento por falecimento, requerimento de benefício, cancelamento a pedido com resgate e cancelamentos por inadimplência sem que tenha ocorrido a solicitação de resgate.

Evolução do Índice Geral do FIPECqPREV (IGFP) Comparado a Outros Indicadores – Período: Abr/2007 a Dez/2014



(*) Data do início do FIPECqPREV

Observa-se a manutenção da evolução da rentabilidade do IGFP (Índice Geral do FIPECqPREV) em 2014. Neste exercício, os Recursos Garantidores do Plano FIPECqPREV obtiveram a rentabilidade de 6,65% a.a. calculada pelo método de cotas.

Plano de Benefícios Saldados – PBS

Em 2014 ficaram mantidas as suspensões dos benefícios do Plano de Benefícios Saldados – PBS, atendendo a determinação da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

Conforme determinação da PREVIC contida em Ofício 4484/CGAT/DITEC/PREVIC datado de 06.12.2012, e considerando Parecer nº 191/2012/CGAT/DITEC/PREVIC foram dadas as providências sobre a certificação do PBS. A FIPECq providenciou contratação de auditoria externa qualificada (Atest Consultoria) para que fosse procedida ampla e irrestrita verificação dos processos de adesão e controle financeiro dos participantes do PPC que optaram pelo Plano de Benefícios Saldado – PBS, por ocasião do Regime Jurídico Único – RJU.

Em 21 de agosto de 2013, a Diretoria de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC recebeu o relatório final de auditoria com esclarecimentos requisitados pelo órgão fiscalizador.

Até o encerramento do exercício de 2014, aguardava-se o pronunciamento da PREVIC sobre o Processo de Regularização do Plano de Benefícios Saldados – PBS, tal como ocorreu em 2013.

Conjuntura Econômica 2014

Encerrado o ano de 2014, podemos apontar alguns fatos marcantes do ano, com destaque para a disputa presidencial, que só foi decidida nos últimos dias de campanha.

A recuperação econômica dos Estados Unidos se evidenciou na valorização do dólar diante do real e das demais moedas de países emergentes que, em sentido contrário, apresentaram uma piora dos indicadores macroeconômicos estruturais. A inflação encerrou o ano em 6,40%, novamente bastante próxima do teto da meta, e houve desaceleração no consumo das famílias brasileiras. Tais fatores resultaram em um fraco indicador de crescimento de 0,10% da economia brasileira em 2014, antepenúltima posição nas economias que formam o G20, de acordo com dados divulgados pelo IBGE.

A queda do superávit primário foi uma pauta bastante importante durante todo o ano, além de muitos ajustes em contas públicas debatidos do ponto de vista de sinalização para o mercado financeiro. A piora de credibilidade do governo provocou aumento na volatilidade do mercado durante o ano de 2014, intensificado a partir das denúncias de corrupção na Petrobras.

O ano também marcou a explosão de uma das maiores crises hídricas já registradas, cujos efeitos se propagaram pela economia nacional, principalmente pelo setor de energia. A indústria nacional respondeu a toda essa incerteza econômica apresentando retração em 2014. Esse cenário econômico gerou impacto sobre as empresas que têm ações na Bolsa, o que explica em grande parte a baixa performance do Ibovespa no período.

Diante do cenário apresentado, os Fundos e Gestores sofreram com a elevação da aversão ao risco dos investidores locais e externos, e a menor previsibilidade dos movimentos de curto prazo dos mercados, que reagiram aos fluxos financeiros e às expectativas políticas, aumentando o nível de dificuldade para a gestão das carteiras de investimentos dos Planos Administrados e eventualmente, apresentando perdas nos segmentos de maior exposição a riscos.

Como fruto desse ambiente confuso, podemos citar o Índice Bovespa, que encerrou 2014 com uma queda de -2,91%, mas que em setembro apresentava alta de 20,17%. O CDI, que representa o custo de oportunidade de capital, atingiu 10,81% e o IPCA, índice oficial de inflação, chegou próximo ao teto da meta do Banco Central, com variação de 6,41% em 2014.

Expectativas para 2015

O fator decisivo para as previsões de cenário de 2015 é que o governo parece disposto a corrigir os desvios provocados pela política econômica praticada no primeiro mandato. Os desequilíbrios criados – inflação, déficit fiscal e externo, desalinhamento de preços – geraram uma crise de confiança entre os agentes econômicos, empurrando a economia para um quadro de estagnação e altas taxas de inflação. Antes mesmo do início do novo mandato, o governo anunciou compromisso de entregar superávit fiscal primário de 1,2% do PIB (R\$ 66 bilhões) em 2015 e de 2,0% em 2016, procurando restaurar a confiança na política econômica. Uma meta que implicará em enorme desafio para a nova equipe econômica. A meta de superávit primário de 1,2% do PIB tornou-se particularmente dificultada pelos fracos resultados de 2014. Essa tarefa deve ser especialmente difícil, não só pelo alto grau de debilidade em que se encontram as contas fiscais, pelos gastos fiscais que foram transferidos de um ano para outro e também, pelo cenário de baixo crescimento das receitas que deve prevalecer em 2015. O fraco crescimento esperado para o PIB brasileiro em 2014 não deve ajudar a expandir as receitas, como também a queda nos preços das principais commodities produzidas pelo país reprime algumas fontes de arrecadação. Foram anunciados a redução dos subsídios nos juros dos bancos públicos, um maior rigor na concessão de benefícios de seguro desemprego e pensão, bem como a elevação de impostos de diversos produtos, inclusive, combustíveis. A sinalização em relação à vontade da nova equipe econômica é decisiva e pode ajudar no resgate da confiança dos empresários. Trata-se do primeiro passo que recolocará as contas públicas em trajetória compatível com a redução do endividamento público, afastando o fantasma de um possível rebaixamento do grau de investimento da economia brasileira, que faria grande estrago no fluxo de capitais para o mercado interno.

A efetiva sinalização positiva do governo trará maior conforto para os agentes econômicos, mas o remédio será amargo, trazendo maior nível de desemprego e consequente queda da massa salarial, itens concorrentes para um resfriamento da demanda. Ainda no front dos desafios, o Banco Central terá a dura tarefa de

Investimentos e Resultados

regular as esperadas altas da SELIC de forma a minimizar o efeito das medidas monetaristas à combalida atividade econômica, ainda que o ajuste efetivo das contas públicas seja o fiel da balança para o sucesso do ajuste pretendido pelo Governo. Em linhas gerais, o ano de 2015 se inicia com os juros em alta e bolsa em baixa, mas, dependendo do sucesso das ações de ajuste, não só na sua execução, passando pela negociação com o Congresso, podemos encerrar o ano com uma saudável inversão desta equação.

Carteira de Investimentos dos Planos Administrados

Os investimentos realizados nas Carteiras dos Planos PPC, FIPECqPREV e PGA estão aderentes à Resolução CMN 3792/09 e respectivas Políticas de Investimentos, aprovadas pelo Conselho Deliberativo da FIPECq. Os enquadramentos apresentados pelos Planos no encerramento de 2014 espelham os limites de concentrações indicados nos normativos, de forma a auferir a rentabilidade mínima atuarial, incorrendo nos níveis de risco adequados às características de cada Plano e suas respectivas propostas.

O volume de recursos aplicado em Títulos Públicos em 31/12/2014 é de 53,58% da Carteira de Investimentos Consolidada, contra 27,48% em 31/12/2013,

INVESTIMENTOS	PLANO PPC				PLANO FIPECqPREV			
	2014		2013		2014		2013	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)
TÍTULOS PÚBLICOS	502.940	53,97	257.493	29,06	6.785	33,75	421	2,27
Títulos Públicos Federais	502.940	53,97	257.493	29,06	6.785	33,75	421	2,27
CREDITOS PRIV. E DEPOSITOS	167.397	17,96	261.251	29,48	-	-	75	0,41
Instituições Financeiras	143.835	15,43	216.509	24,43	-	-	-	0,00
Companhias Abertas	23.191	2,49	29.519	3,33	-	-	75	0,41
Companhias Fechadas	371	0,04	1.378	0,16	-	-	-	-
Outros Emissores	-	-	13.845	1,56	-	-	-	-
AÇÕES	98.447	10,56	112.694	12,72	2.020	9,38	2.181	11,79
Instituições Financeiras	43.666	4,68	34.913	3,94	831	3,86	653	3,53
Companhias Abertas	54.781	5,88	77.781	8,78	1.189	5,52	1.528	8,26
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	132.096	14,18	223.575	25,23	11.401	56,81	15.817	85,47
Referenciado	5	-	46.200	5,21	7.570	37,23	11.580	62,58
Renda Fixa	45.360	4,87	13.710	1,55	2.579	12,76	2.451	13,24
Ações	43.630	4,68	103.590	11,69	1.250	5,90	1.693	9,15
Multimercado	6.369	0,69	11.852	1,34	2	0,92	93	0,50
Direitos Creditórios	8.958	0,96	17.216	1,94	-	-	-	-
Participações	24.709	2,65	27.014	3,05	-	-	-	-
Imobiliário	3.065	0,33	3.993	0,45	-	-	-	-
INVEST. IMOBILIARIOS	8.919	0,96	8.901	1,00	-	-	-	-
EMPRÉSTIMOS	21.808	2,34	21.975	2,48	-	-	-	-
DEPÓSITOS RECURSAIS	251	0,03	251	0,03	12	0,06	12	0,06
OUTROS REALIZÁVEIS	4	-	4	-	-	-	-	-
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	931.862	100	886.144	100	20.218	100	18.506	100

INVESTIMENTOS	PLANO PGA				CONSOLIDADO			
	2014		2013		2014		2013	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)
TÍTULOS PÚBLICOS	20.315	56,10	1.042	2,76	530.040	53,58	258.956	27,48
Títulos Públicos Federais	20.315	56,10	1.042	2,76	530.040	53,58	258.956	27,48
CRÉDITOS PRIV. E DEPOSITOS	-	-	15.095	39,97	167.397	16,92	276.421	29,34
Instituições Financeiras	-	-	14.927	39,52	143.835	14,54	231.436	24,56
Companhias Abertas	-	-	168	0,45	23.191	2,34	29.762	3,16
Companhias Fechadas	-	-	-	-	371	0,04	1.378	0,15
Outros Emissores	-	-	-	-	-	-	13.845	1,47
AÇÕES	4.991	12,60	5.538	14,66	105.458	10,66	120.413	12,78
Instituições Financeiras	2.011	5,13	1.620	4,29	46.508	4,70	37.186	3,95
Companhias Abertas	2.980	7,47	3.918	10,37	58.950	5,96	83.227	8,83
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	11.878	31,30	16.093	42,61	155.375	15,71	255.485	27,10
Referenciado	853	2,32	5.496	14,55	8.428	0,85	63.276	6,71
Renda Fixa	7.306	18,33	5.374	14,23	55.245	5,59	21.535	2,29
Ações	2.448	6,33	3.556	9,41	47.328	4,78	108.839	11,54
Multimercado	615	2,64	56	0,15	6.986	0,71	12.001	1,27
Direitos Creditórios	656	1,68	1.611	4,27	9.614	0,97	18.827	2,00
Participações	-	-	-	-	24.709	2,50	27.014	2,87
Imobiliário	-	-	-	-	3.065	0,31	3.993	0,42
INVEST. IMOBILIÁRIOS	-	-	-	-	8.919	0,90	8.901	0,94
EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-	21.808	2,20	21.975	2,33
DEPÓSITOS RECURSAIS	-	-	-	-	263	0,03	263	0,03
OUTROS REALIZÁVEIS	-	-	-	-	4	0,01	4	-
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	37.184	100	37.768	100	989.264	100	942.418	100

e evidencia uma maior preocupação com os fatores de risco de crédito e contraparte. Diante de um cenário de alta volatilidade e aumento da percepção de risco privado, a Gestão de Investimentos optou pela inversão dos recursos disponíveis em Títulos Públicos Federais - NTN-B, que ofereceram taxas acima da Meta Atuarial.

Principais Indexadores das Carteiras de Investimentos dos Planos - dez/2014

	PPC R\$	% Plano	FIPECqPREV	% Plano	PGA	% Plano
IPCA	656.988.291	70,83	6.784.844	33,67	20.314.464	54,92
IBOV	137.791.368	14,86	3.202.185	15,89	7.244.831	19,59
CDI	98.750.666	10,65	10.150.973	50,38	9.429.704	25,49
INPC	21.793.478	2,35	0	0,00	0	0,00
IGPM	11.983.442,89	1,29	0	0,00	0	0,00
Outros	245.546	0,03	11.714	0,06	-242	0,00
TOTAL	927.307.245,93	100,00	20.138.102,08	100,00	36.988.999,31	100,00

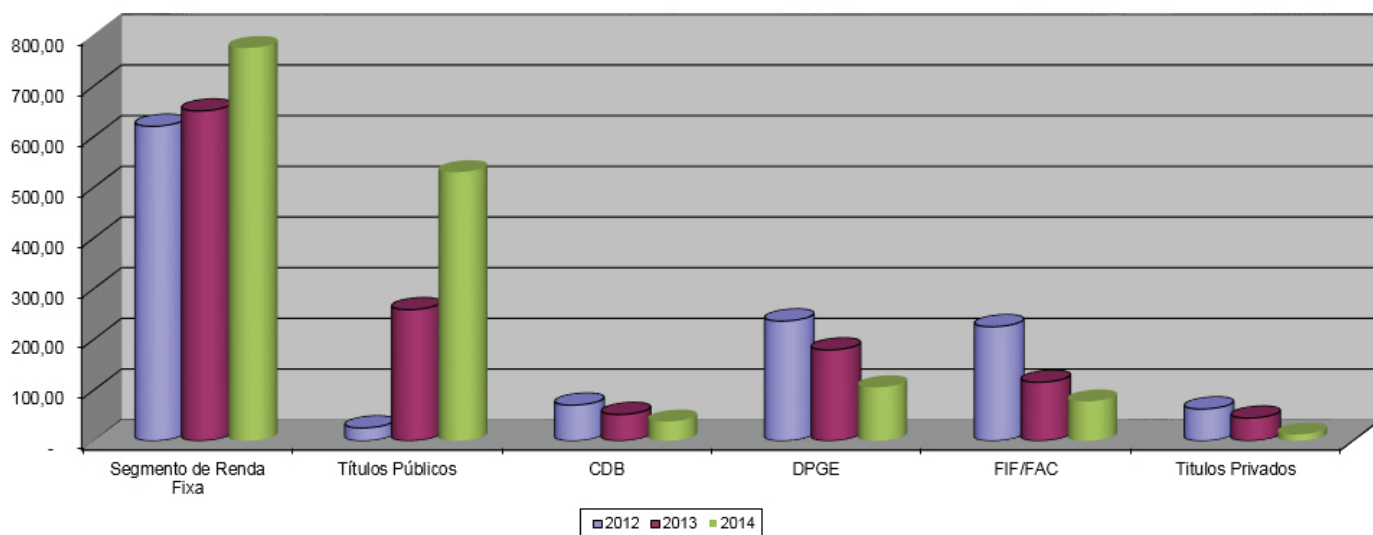
A composição da Carteira de Investimentos evidencia um importante casamento de moedas entre os ativos e as obrigações previdenciárias no Plano PPC, tendo em vista que aproximadamente 70,85% do Patrimônio do Plano é composto por títulos atrelados ao IPCA, que é o índice de melhor aderência ao INPC, o índice de correção da Meta Atuarial. As Carteiras do FIPECqPREV e do PGA

Investimentos e Resultados

apresentam importante concentração no CDI, representado por Fundos de Investimentos Referenciados, em virtude das suas maiores necessidades de liquidez de curto prazo.

No exercício de 2014 foram compradas 100.000 NTN-B's no valor de R\$ 246 milhões, com taxa média de IPCA+6,09% aa. A distribuição entre os Planos ficou assim: 90.000 títulos no valor de R\$ 221 milhões para o plano PPC; 2.500 títulos, no valor de R\$ 6 milhões para o plano FIPECqPREV; e 7.500 títulos para

Evolução do Segmento de Renda Fixa



o PGA, no valor de R\$18 milhões.

O Segmento de Renda Fixa encerrou o ano de 2014 representando 78,67% dos Planos, contra 69,10% em 2013. O aumento da alocação no Segmento deve-se às compras de Títulos Públicos, que representam 53,79% dos recursos. Em paralelo, houve significativa diminuição dos recursos investidos em CDB, DPGE e Títulos Privados devido aos resgates e vencimentos ocorridos durante ano. Os recursos investidos em Fundos de Investimento também foram reduzidos como forma de auferir melhor rentabilidade em investimentos de prazos mais longos.

A Gestão de Investimentos da FIPECq realizou importantes aquisições de Título

Públicos Federais durante o ano de 2014, optando pelo modelo de marcação de preço desses ativos pela curva de rentabilidade contratada, modelo utilizado em cerca de 95% do estoque de títulos públicos da carteira. Tal opção deriva da preocupação com a alta flutuação das taxas de juros, que pode gerar fortes impactos na carteira, quando os ativos estão marcados em preços de mercado. Apesar da opção pela marcação pela curva de rentabilidade, há títulos na carteira com apreçamento em valores de mercado, compondo tanto uma reserva de liquidez, quanto uma opção para atuação tática de alocação de curto prazo.

Os títulos públicos adquiridos apresentam aderência à Meta Atuarial dos Planos, assim como a característica de pagar juros semestrais, cumprindo, desta forma, importante papel na composição da liquidez anual dos Planos. No exercício de 2014 foram recebidos R\$ 22,7 milhões de juros relativos às NTN-B's, cabendo ao PPC R\$ 22,2 milhões, ao FIPECqPREV R\$ 26 mil e ao PGA R\$ 426 mil.

Rentabilidades dos Planos Administrados

Os Planos administrados não alcançaram a Meta Atuarial no ano de 2014, apresentando rentabilidade de 5,75% no PPC, 6,65% no FIPECqPREV e 6,21% no PGA. O principal fator de perda da rentabilidade foram as carteiras de renda variável, influenciados pelas perdas do Ibovespa, que encerrou o ano com queda de 2,91% em 2014. A alta da inflação no período trouxe uma exigência ainda maior para a Meta Atuarial, que fechou o ano em 11,54%, ou 106,65% do CDI.

Importante destacar que o Plano de Previdência Complementar (PPC) completou em 2014 o segundo ano consecutivo em déficit. O artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, alterado pela Resolução MPS/CNPC Nº 13, DE 4 de novembro de 2013, define, entre outros itens, que deverá ser elaborado plano de equacionamento de déficit após a apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo no Plano. Ou seja, caso ao final de 2015 o PPC ainda esteja apresentando déficit, teremos que formular um plano para seu equacionamento ao longo de 2016, a ser aprovado pela PREVIC.

A rentabilidades dos Planos no ano de 2014 foi fortemente impactada pelas perdas no Segmento de Renda Variável, diante do ambiente de forte nervosismo criado pelo período eleitoral e perda da confiança do mercado em relação à condução econômica do país.

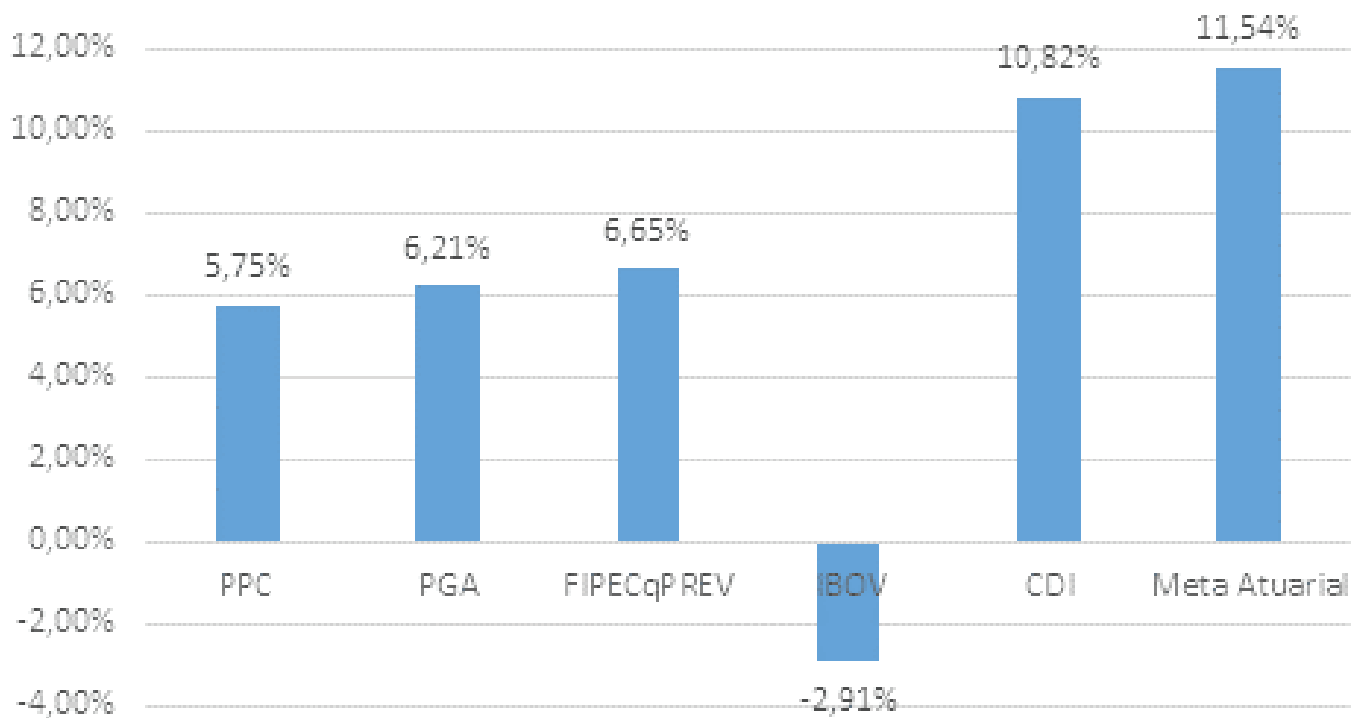
Rentabilidades dos Recursos Garantidores e dos Segmentos de Aplicação

O quadro a seguir apresenta a rentabilidade bruta e líquida obtida nas aplicações financeiras dos recursos dos Planos PPC, FIPECqPREV e PGA, no exercício de 2014. A receita bruta dos investimentos do plano PPC foi de R\$55.062.081,86, a taxa de administração dos investimentos destinada ao custeio das despesas administrativas foi de R\$ 4.326.236,73, correspondendo ao percentual de 0,46% do montante dos recursos garantidores do plano R\$ 927.661.856,91, no último dia do exercício. A receita do plano FIPECqPREV foi de R\$ 1.308.516,78, a taxa de administração de R\$ 83.573,73, correspondendo a 0,42% dos recursos garantidores de R\$ 20.224.610,22, em 31/12/14.

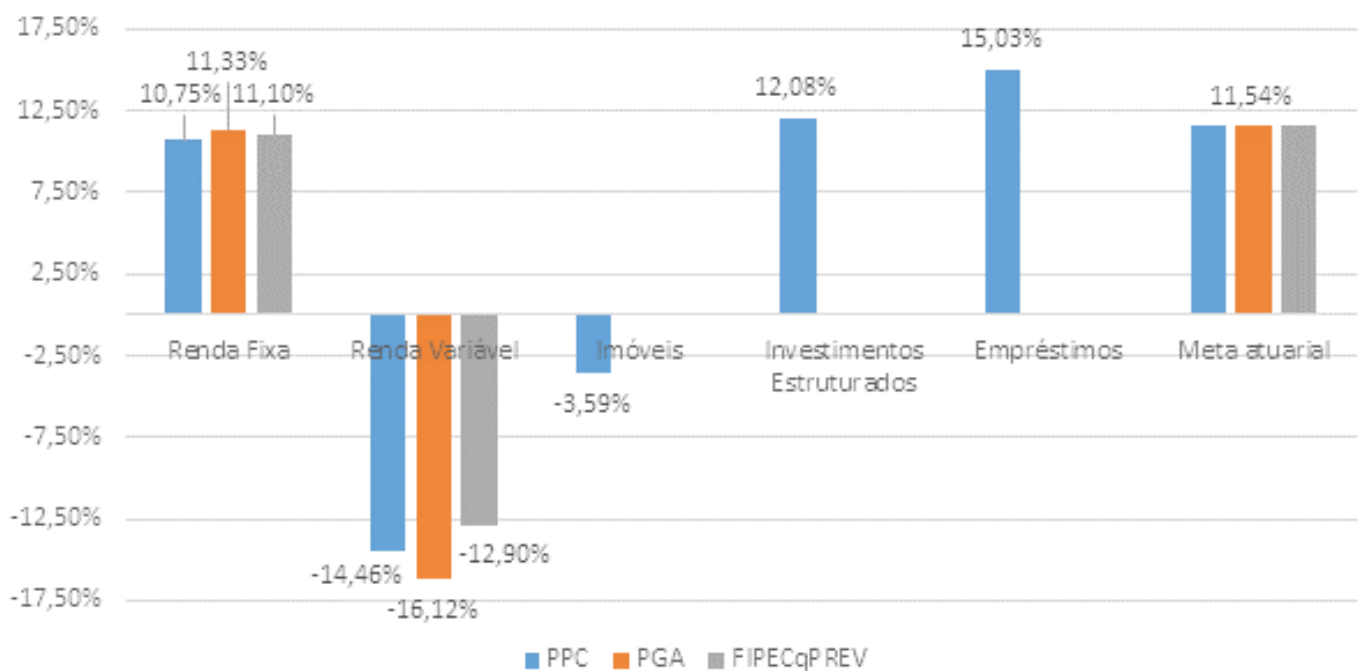
RECURSOS GARANTIDORES/SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	RENTABILIDADE (%)				
	Plano PPC		Plano FIPECqPREV		Plano PGA
	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	
RECURSOS GARANTIDORES	6,24	5,75	7,10	6,65	6,21
SEGMENTO DE RENDA FIXA	10,75	10,22	11,10	10,63	11,33
SEGMENTO RENDA VARIÁVEL	-14,46	(14,93)	-10,48	(10,89)	-16,12
SEGMENTO DE INVEST. ESTRUTURADOS	12,08	11,57	-	-	-
SEGMENTO DE IMÓVEIS	-3,59	(4,04)	-	-	-
SEGMENTOS DE EMPRÉSTIMOS	15,03	14,60	-	-	-

- Metodologia de cálculo: TIR

Retorno dos Planos



Retorno de Cada Plano por Segmento



Investimentos e Resultados

Créditos e Depósitos

Créditos Privados e Depósitos	PLANO PPC				PLANO FIPECqPREV				PLANO PGA				CONSOLIDADO			
	2014		2013		2014		2013		2014		2013		2014		2013	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	Valor	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	143.835	85,92	216.509	82,87	-	-	-	-	-	-	14.927	98,88	143.835	85,92	231.436	83,73
CDB - Certificado de Dep.Bancário	-	-	19.368	7,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.368	7,01
ITAÚ UNIBANCO S/A	-	-	19.368	7,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.368	7,01
DPGE/FGC-Depósito Prazo c/ Garantia	105.713	63,15	164.442	62,94	-	-	-	-	-	-	14.927	98,88	105.713	63,15	179.369	64,89
BANCO MODAL S/A	-	-	9.374	3,59	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.374	3,39
BANCO INDUSVAL S/A	-	-	9.162	3,51	-	-	-	-	-	-	7.409	49,08	-	-	16.571	5,99
BANCO PINE S/A	-	-	17.701	6,78	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.701	6,40
BANCO BMG S/A	-	-	17.992	6,89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.992	6,51
BCO. BONUSSO S/A	-	-	17.488	6,69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.488	6,33
OMNI S/A CFI	22.307	13,33	19.694	7,54	-	-	-	-	-	-	-	-	22.307	13,33	19.694	7,12
BANCO MAXIMA S/A	16.952	10,13	14.646	5,61	-	-	-	-	-	-	-	-	16.952	10,13	14.646	5,30
BANCO BICBANCO S/A	16.775	10,02	14.771	5,65	-	-	-	-	-	-	-	-	16.775	10,02	14.771	5,34
BANCO SEMEAR S/A	16.617	9,93	14.712	5,63	-	-	-	-	-	-	-	-	16.617	9,93	14.712	5,32
BANCO FIBRA S/A	14.322	8,56	12.562	4,81	-	-	-	-	-	-	-	-	14.322	8,56	12.562	4,54
BANCO BANIF S/A	9.326	5,57	8.130	3,11	-	-	-	-	-	-	-	-	9.326	5,57	8.130	2,94
BANCO BMB S/A	9.414	5,62	8.212	3,14	-	-	-	-	-	-	-	-	9.414	5,62	8.212	2,97
BANCO SOFISA S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.518	49,80	-	-	7.518	2,72
LF - Letra Financeira	38.122	22,78	32.698	12,52	-	-	-	-	-	-	-	-	38.122	22,77	32.698	11,83
BANCO BMG S/A	13.349	7,98	11.721	4,49	-	-	-	-	-	-	-	-	13.349	7,97	11.721	4,24
BANCO BRB S/A	13.139	7,85	11.126	4,26	-	-	-	-	-	-	-	-	13.139	7,85	11.126	4,03
ITAÚ UNIBANCO S/A	11.634	6,95	9.851	3,77	-	-	-	-	-	-	-	-	11.634	6,95	9.851	3,56
COMPANHIAS ABERTAS	23.191	13,85	29.519	11,30	-	-	75	100	-	-	168	1,12	23.191	13,85	29.762	10,77
DNC - Debênture N/Conversível	11.102	6,63	13.976	5,35	-	-	75	100	-	-	168	1,12	11.102	6,63	14.219	5,14
CEMIG S/A.	-	-	3.499	1,34	-	-	75	100	-	-	168	1,12	-	-	3.743	1,35
CTBC TELECOM S/A	11.102	6,63	10.477	4,01	-	-	-	-	-	-	-	-	11.102	6,63	10.477	3,79
CCB - Cédula de Crédito Bancário	12.089	7,22	15.543	5,95	-	-	-	-	-	-	-	-	12.089	7,22	15.543	5,62
CASAN S/A	12.089	7,22	15.543	5,95	-	-	-	-	-	-	-	-	12.089	7,22	15.543	5,62
COMPANHIAS FECHADAS	371	0,22	1.378	0,53	-	-	-	-	-	-	-	-	371	0,22	1.378	0,50
CCB - Cédula de Crédito Bancário	371	0,22	1.378	0,53	-	-	-	-	-	-	-	-	371	0,22	1.378	0,50
CANGURU S/A	371	0,22	1.378	0,53	-	-	-	-	-	-	-	-	371	0,22	1.378	0,50
OUTROS EMISSORES	-	-	13.845	5,30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.845	5,01
CCI - Cédula de Crédito Imob.	-	-	13.845	5,30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.845	5,01
RSEB - REAL.SOC.ESPANHOLA	-	-	13.845	5,30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.845	5,01
TOTAL	167.397	100	261.251	100	-	-	75	100	-	-	15.096	100	167.397	100	276.421	100

O principal ativo alocado no segmento é o DPGE - Depósitos a Prazo com Garantia Especial, título indexado ao IPCA/IBGE, emitidos por Instituições Financeiras. Estes atingiram R\$ 105.713 mil, representando 63,15% da carteira de créditos e depósitos. Tais títulos possuem garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), no valor máximo de R\$ 20 milhões.

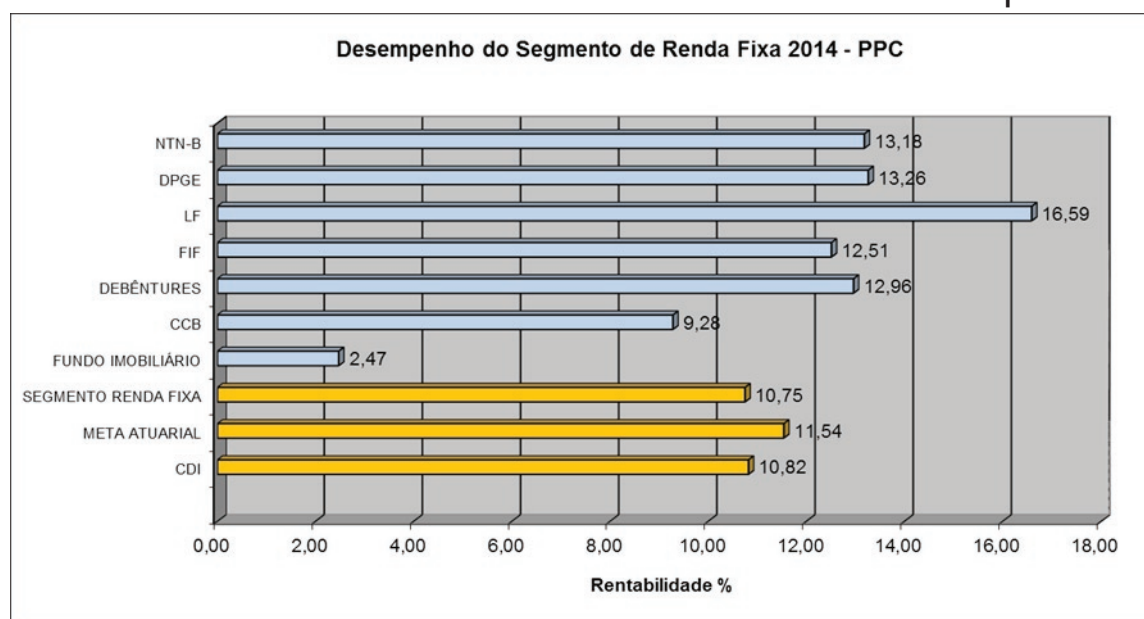
TÍTULOS DE CRÉDITO PRIVADO

Título	Compra	Vencimento	Taxa	Rating
DEBÊNTURES				
CTBC Telecom S/A	07/11/2012	15/09/2019	IPCA+6% aa.	AA- (Fitch Ratings)
LF				
Banco de Brasília S/A	31/08/2012	31/07/2019	IPCA+6,70% aa.	brA+ (S&P)
Banco Itaú Unibanco S/A	31/07/2012	01/08/2022	IPCA+5,50% aa.	AAA (Fitch Ratings)
CCB/CCI				
Casan S/A - CCB	25/11/2009	25/11/2016	IPCA+10% aa.	brA+ (S&P)

* Rating de emissão

Os demais ativos desta categoria somaram R\$ 61,6 milhões e encontravam alocados em Letras Financeiras - LF, Debêntures Não Conversíveis - DNC e Cédulas de Crédito Bancário - CCBI, emitidas por Companhias Abertas ou

Fechadas. As aplicações são indexadas ao IPCA/IBGE (R\$ 48.335 mil) e ao CDI/CETIP (R\$ 13.349 mil). Em virtude da maior aversão ao risco, a FIPECq não realizou investimentos diretos em ativos de crédito privado em 2014.



A rentabilidade do Segmento de Renda Fixa do Plano PPC em 2014 foi de 10,75%, contra a Meta Atuarial de 11,54%. Podemos destacar a rentabilidade das categorias de NTN-B, com 13,18%, DPGE, 13,26% e LF, 16,59%. Apesar disto, a rentabilidade do Segmento encerrou o ano abaixo da Meta devido às perdas de investimentos em títulos privados, conforme quadro:

Provisões para possíveis Perdas de Investimentos - Plano PPC

Posição: 31/12/2014

Espécie	Emitente	Data	Valor da Provisão
CCB**	Canguru S/A Ind. e Com. de Prod. Plásticos	31/10/2014	1.032.049,78
CCI*	Real Soc. Espanhola Beneficente - RSEB	31/12/2014	15.362.467,82
TOTAL			16.394.517,60

* Em 31/12/2014, 100% dos créditos vencidos e vincendos da CCI RSEB já se encontravam provisionados para cobrir possíveis perdas do investimento.

** Em 31/12/2014, 75% dos créditos vencidos e vincendos da CCB de emissão da Canguru S/A Indústria e Comércio de Produtos Plásticos já se encontravam provisionados para cobrir possíveis perdas do investimento.

Carteiras de Ações

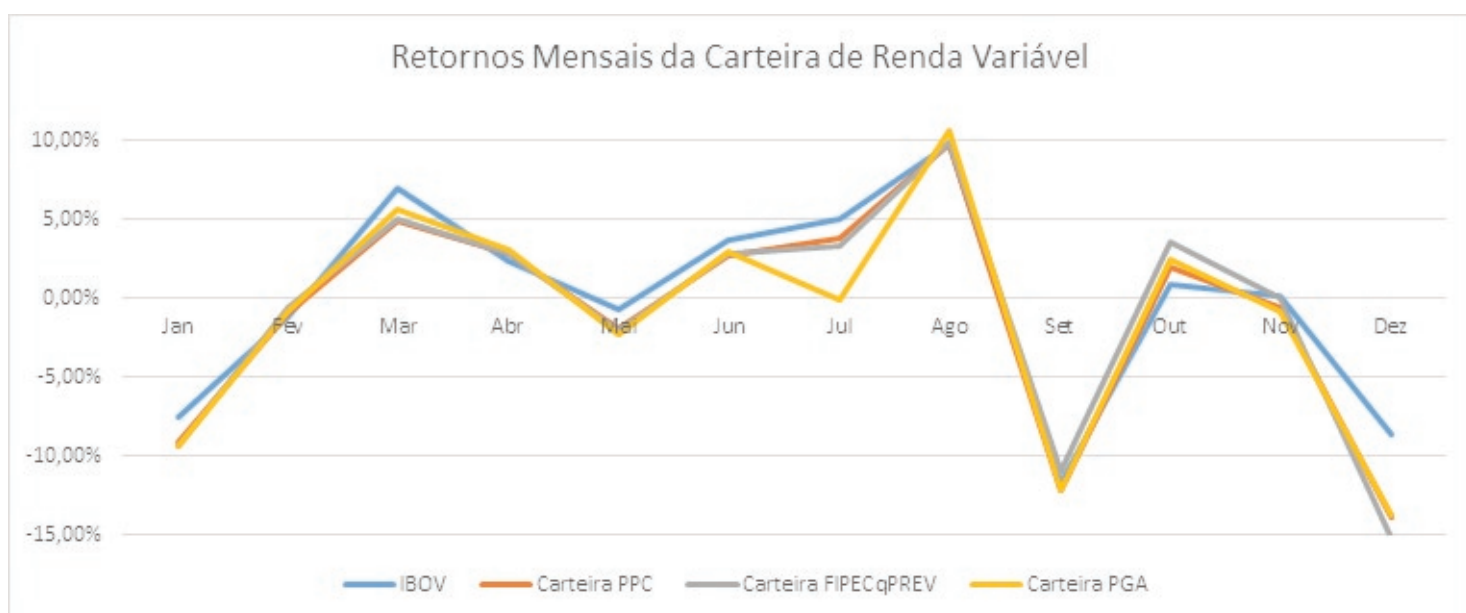
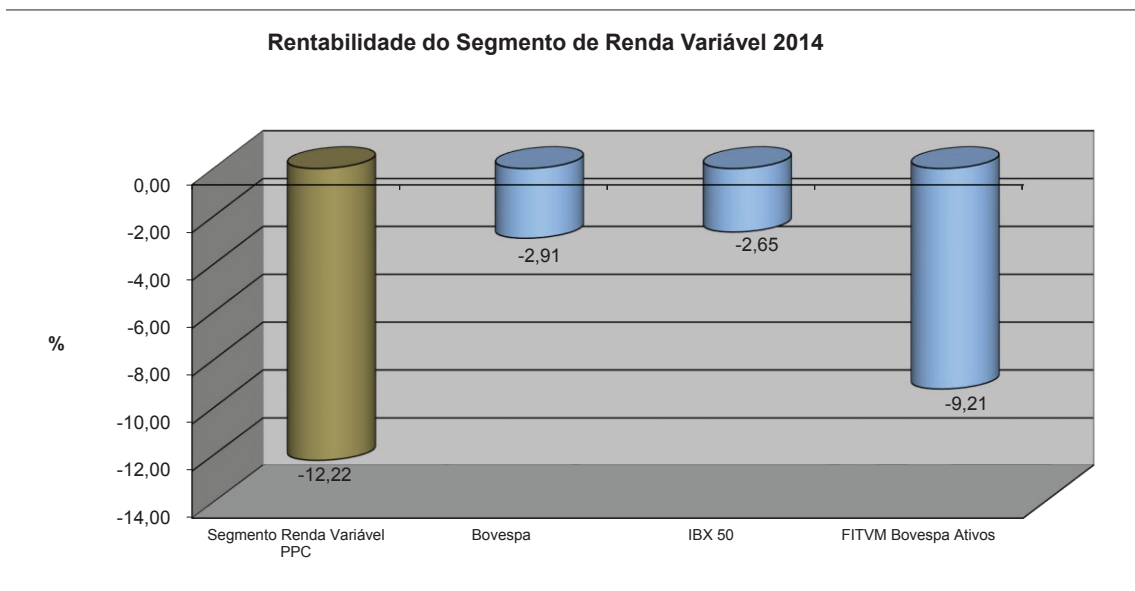
Em 31/12/2014 a carteira de ações alcançou R\$105.458 mil e está constituída pelos investimentos no Mercado de Ações - à Vista (R\$ 105.022 mil) e Dividendos e Juros de Capitais a receber (R\$ 436 mil). A carteira do plano PPC atingiu R\$ 98.447 mil, do FIPECqPREV R\$ 2.020 mil e do PGA, R\$ 4.991 mil, conforme a

Investimentos e Resultados

seguir:

Descrição	PLANO PPC						PLANO FIPECqPREV					
	2014			2013			2014			2013		
	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)
1.1 - Mercado à Vista												
AES TIETE / PN	42.246	765	0,77	42.246	806	0,78	792	14	0,69	792	15	0,74
BANCO DO BRASIL / ON	178.372	4.240	4,27	178.372	4.352	4,20	3.344	79	3,88	3.344	82	4,03
BMFBOVESPA / ON	311.787	3.071	3,10	311.787	3.448	3,32	5.844	58	2,85	5.844	65	3,20
BRADESCO / PN	522.343	18.313	18,46	478.899	13.931	13,43	9.801	344	16,91	8.955	261	12,84
BRF BRASIL FOODS / ON	228.800	14.515	14,63	214.264	10.553	10,17	5.648	358	17,60	5.174	255	12,54
CCR/ON	223.500	3.444	3,47	223.500	3.972	3,83	15.500	239	11,75	15.500	275	13,53
CRUZEIRO DO SUL / PN	469.400	1.169	1,18	469.400	1.169	1,13	8.800	22	1,08	8.800	22	1,08
ELETROBRAS / ON	-	-	-	131.432	772	0,74	-	-	-	2.464	14	0,69
GAFISA / ON	-	-	-	469.400	1.657	1,60	-	-	-	8.800	31	1,52
IOCHP-MAXION / ON	110.700	1.351	1,36	110.700	2.895	2,79	1.000	12	0,59	1.000	26	1,28
ITAUBANCO / PN	599.870	20.755	20,92	521.082	16.336	15,75	11.600	401	19,71	9.754	306	15,05
JOÃO FORTES / ON	683.110	3.060	3,08	683.910	4.069	3,92	12.823	58	2,85	12.823	76	3,74
JOÃO FORTES / OND	245.092	37	0,04	-	-	-	4.601	1	0,05	-	-	-
JÚLIO SIMOES / ON	194.000	2.473	2,49	-	-	-	2.000	26	1,28	-	-	-
KARSTEN / PN	-	-	-	38.772	31	0,03	-	-	-	727	1	0,05
LIGHT/ON	-	-	-	111.200	2.460	2,37	-	-	-	3.000	66	3,25
LOG-IN / ON	-	-	-	191.515	1.570	1,51	-	-	-	3.590	29	1,43
LOJAS MARISA / ON	-	-	-	68.100	1.267	1,22	-	-	-	1.000	19	0,93
LOJAS RENNEN / ON	28.465	2.177	2,19	28.465	1.736	1,67	659	50	2,46	659	40	1,97
MILLS / ON	92.000	879	0,89	-	-	-	2.000	19	0,93	-	-	-
P. AÇUCAR - CBD / PN	27.019	2.665	2,69	27.019	2.835	2,73	507	50	2,46	507	53	2,61
PETROBRAS / PN	913.744	9.156	9,23	639.744	10.927	10,53	12.573	126	6,19	5.573	95	4,67
VALE/ PNA	579.090	11.136	11,23	579.090	18.954	18,27	9.225	177	8,70	9.225	302	14,85
Subtotal		99.206	100		103.740	100		2.034	100		2.033	100
A receber (-) Provisão		(759)	-		8.954	-		(14)	-		148	-
TOTAL		98.447	-		112.694	-		2.020	-		2.181	-

Descrição	PLANO PGA						CONSOLIDADO					
	2014			2013			2014			2013		
	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)
1.1 - Mercado à Vista												
AES TIETE / PN	1962	36	0,72	1962	37	0,71	45.000	815	0,77	45.000	858	0,77
BANCO DO BRASIL / ON	8284	197	3,92	8284	202	3,85	190.000	4.516	4,25	190.000	4.636	4,18
BMFBOVESPA / ON	14481	143	2,84	14481	160	3,05	332.112	3.272	3,08	332.112	3.673	3,31
BRADESCO / PN	23798	834	16,59	22388	651	12,40	555.942	19.491	18,34	510.242	14.843	13,37
BRF BRASIL FOODS / ON	11352	720	14,32	10562	520	9,91	245.800	15.593	14,67	230.000	11.328	10,20
CCR/ON	36000	555	11,04	36000	640	12,20	275.000	4.238	3,99	275.000	4.887	4,40
CRUZEIRO DO SUL / PN	21.800	54	1,07	21.800	54	1	500.000	1.245	1,17	500.000	1.245	1,12
ELETROBRAS / ON	-	-	-	6.104	36	0,69	-	-	-	140.000	822	0,74
GAFISA / ON	-	-	-	21.800	77	1,47	-	-	-	500.000	1.765	1,59
IOCHP-MAXION / ON	3.000	37	0,74	3.000	78	1	114.700	1.400	1,32	114.700	2.999	2,70
ITAUBANCO / PN	27.854	964	19,18	24.004	753	14,35	639.324	22.120	20,82	554.840	17.395	15,67
JOÃO FORTES / ON	31.767	142	2,82	31.767	189	3,60	727.700	3.260	3,07	728.500	4.334	3,90
JOÃO FORTES / OND	11.398	2	0,04	-	-	-	-	40	0,04	-	-	-
JÚLIO SIMOES / ON	4.000	51	1,01	-	-	-	2.550	2,40	-	-	-	-
KARSTEN / PN	-	-	-	1.801	2	0,04	-	-	-	41.300	34	0,03
LIGHT/ON	-	-	-	5.800	128	2,44	-	-	-	120.000	2.654	2,39
LOG-IN / ON	-	-	-	8.895	73	1,39	-	-	-	204.000	1.672	1,51
LOJAS MARISA / ON	-	-	-	2.300	43	0,82	-	-	-	71.400	1.329	1,20
LOJAS RENNEN / ON	1.376	105	2,09	1.376	84	1,60	30.500	2.332	2,19	30.500	1.860	1,68
MILLS / ON	6.000	57	1,13	-	-	-	100.000	955	0,90	-	-	-
P. AÇUCAR - CBD / PN	1.255	124	2,47	1.255	132	2,52	28.781	2.839	2,67	28.781	3.020	2,72
PETROBRAS / PN	49.976	501	9,97	30.976	529	10,08	976.293	9.783	9,21	676.293	11.551	10,40
VALE/ PNA	26.285	505	10,05	26.285	860	16,39	614.600	11.818	11,12	614.600	20.116	18,12
Subtotal		5.027	100		5.248	100		106.267	100		111.021	100
A receber (-) Provisão		(36)	-		290	-		(809,00)	-		9.392	-
TOTAL		4.991	-		5.538	-		105.458	-		120.413	-



O mau desempenho do Ibovespa em 2014, com queda de 2,91% ano, foi amplificado na Carteira Própria de ações pela perda de valor de mercado de Petrobras PN e Vale PNA. O mercado de capitais brasileiro atravessou o ano numa forte crise de confiança, que frustrou os resultados das empresas e provocou fuga de investidores, principalmente os estrangeiros, que compõem parte importante da liquidez da Bovespa. No exercício de 2014 foram recebidos dividendos e juros de capital no valor de R\$5.005 mil.

Investimentos e Resultados

CARTEIRA DE AÇÕES EM MERCADO - SETORIAL CONSOLIDADO

SETOR	R\$	%CARTEIRA
Finanças e Seguros	47.373.237,00	44,58
Alimentos e Bebidas	15.593.552,00	14,67
Mineração	11.818.758,00	11,12
Construção, Transportes e Serviços	11.042.010,00	10,39
Petróleo e Gás	9.782.456,00	9,21
Holding	3.271.303,00	3,08
Comércio	5.171.005,00	4,87
Outros	2.214.740,00	2,08
	106.267.061,00	100,00

* Classificação Econômica

Estrutura de Proteção Zero Cost Fence

No mês de dezembro de 2014 foi encerrada a operação de Zero Cost Fence. A estrutura foi contratada em 19 de março de 2014, com vencimento em 15 de dezembro de 2014, com a finalidade de proteger a Carteira própria de ações de quedas até 10% e possibilidade de captação de variações positivas de até 20% em média, dos títulos da carteira. O intuito da estratégia é de redução da volatilidade e proteção de capital em mercados de estagnação.

Estratégia: ZERO COST FENCE

Vencimento: 15/12/2014

Ibovespa de referência em 19/03/14 46.567

Ibovespa D0	49.650,98
Ibov baixa	41.789,69
Ibov alta	55.343,87

Data	Ação	Quantidade	Spot Ref	Venda st Call	Compra Put St	Vd PUT Str	Proteção %	Retorno %	R\$
19/03/14	ITUB PN	554.800	30,63	33,36	29,10	26,10	10,31	8,90	16.995.743,20
19/03/14	VALE PNA	614.600	26,42	32,50	25,00	22,50	10,00	23,00	16.239.821,64
19/03/14	BBDC PN	510.200	27,47	33,29	26,18	23,43	10,50	21,20	14.013.714,42
19/03/14	PETR PN	976.200	13,15	16,00	12,50	11,25	10,00	21,71	12.833.125,20
19/03/14	BRFS ON	230.000	44,01	52,15	41,75	37,50	10,18	18,51	10.121.150,00
19/03/14	CCRO ON	275.000	16,80	20,50	16,00	14,25	10,94	22,01	4.620.440,00
19/03/14	BBAS ON	190.000	19,43	23,22	18,75	16,75	10,67	19,51	3.691.700,00
19/03/14	BVMF ON	332.100	10,39	13,00	9,80	8,80	10,20	25,12	3.450.519,00
19/03/14	PCAR PN	28.700	96,77	115,00	92,00	82,50	10,33	18,84	2.777.270,30
19/03/14	GFSA ON	500.000	3,10	3,70	3,00	2,70	10,00	19,35	1.550.000,00
19/03/14	ELET ON	140.000	5,33	6,05	5,00	4,50	10,00	13,48	746.368,00
							10,26	18,85	87.039.851,76

A estrutura foi realizada mediante o arranjo de compras e vendas de contratos de opções - venda de 1 call e compra e venda simultânea de 2 puts; com diferentes valores de exercício. A reversão de tendências ocorrida a partir de meados de abril de 2014, com expectativa de mudanças políticas, trouxe uma valorização dos principais títulos da carteira de ações, fazendo com que houvesse

possibilidade dos compradores da opção realizarem a “venda por exercício” dos títulos que estavam sob a estrutura (ou seja a FIPECq teria que entregar os ativos a um valor abaixo do mercado). Para não entregar os ativos, a FIPECq desmontou a operação pagando R\$ 4.460.507,60. Adicionalmente, a Gestão de Investimentos manteve a posição de VALE na operação de Fence. Tal posição registrava o apreçamento de R\$ 4.486.579,00 no balanço em 31/12/2014.

Fundos de Investimentos em Ações

A alocação num Fundo de Investimentos em Ações (FIA) tem como estratégia a diminuição do risco do Segmento de Renda Variável, aproveitando a experiência de gestores de mercado. Os FIAs da carteira de Investimentos dos Planos tiveram um desempenho médio superior ao Ibovespa, mas ainda no campo negativo. A crise de confiança e a alta volatilidade do mercado frustraram as teses de investimentos dos gestores, cujo desempenho foi de -7,49% em 2014.

CARTEIRA DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES - 31/12/2014

Fundo	ALOCÇÃO POR PLANO						R\$	Rentabilidade
	PPC	Rent. 2014	FIPECqPREV	Rent. 2014	PGA	Rent. 2014	CONSOLIDADO	Consolidada %
Guepardo Institucional FIA	27.441.751,71	-9,05	1.002.749,49	-9,05	1.834.607,87	-9,05	30.279.109,07	-9,05
Oceana Valor FIA	2.971.246,27	-7,33	-	-	-	-7,33	2.971.246,27	-7,33
RB Fundamental FIA	9.422.257,43	-9,28	176.642,23	-9,28	437.590,99	-9,28	10.036.490,65	-9,28
FIA Sulamérica Tarpon	3.794.422,98	-2,36	71.135,32	-2,36	176.221,60	-2,36	4.041.779,90	-2,36
Total	43.629.678,39	-7,59	1.250.527,04	-7,55	2.448.420,46	-7,55	47.328.625,89	-7,59

Fundos de Investimentos Referenciados e Estruturados

FUNDOS	Especie	R\$ mil							
		PLANO PPC		PLANO FIPECqPREV		PLANO PGA		CONSOLIDADO	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
BNP PARIBAS OPTIMUM DI FI	Referenciado	5	46.200	7.570	11.580	853	5.496	8.428	63.276
		5	46.200	7.570	11.580	853	5.496	8.428	63.276
BRB FI RF PÚBLICO	Renda fixa	-	2.801	-	1.201	-	1.740	-	5.742
BNP PARIBAS RF FI RENDA FIXA	Renda fixa	-	5.885	-	1.251	1.612	3.633	1.612	10.769
PLURAL CAPITAL HIGH FI RF	Renda fixa	20.326	5.024	2.327	-	5.694	-	28.347	5.024
VINCI FI RF IMOBILIARIO	Renda fixa	20.246	-	-	-	-	-	20.246	-
SULAMERICA EXCELL FI RF	Renda fixa	4.788	-	252	-	-	-	5.040	-
		45.360	13.710	2.579	2.452	7.306	5.373	55.245	21.535
RB FUNDAMENTAL FIA	Ações	9.422	10.386	177	195	438	482	10.037	11.063
GUEPARDO INST. MASTER FIA	Ações	27.442	57.228	1.003	1.103	1.834	2.017	30.279	60.348
BNP PARIBAS SMALL CAPS FIA	Ações	-	11.444	-	79	-	127	-	11.650
BOZANO GESTÃO FIA	Ações	-	20.647	-	243	-	749	-	21.639
FIA SULAMERICA GOVERNANÇA I	Ações	3.794	3.886	71	72	176,00	181	4.041	4.139
OCEANA VALOR FIC FIA	Ações	2.971	-	-	-	-	-	2.971	-
		43.629	103.591	1.251	1.692	2.448	3.556	47.328	108.839
PROFIX INST FIM CP	Multimercado	127	133	2	2	615	6	744	141
ITAÚ INSTIC. ACTIVE FIX IB - RF FI	Multimercado	3.740,00	7.162	-	-	-	-	3.740	7.162
BNP TRACK FIM	Multimercado	-	4.557	-	91	-	51	-	4.699
SAFRA GALILEO FIM	Multimercado	2.502	-	-	-	-	-	2.502	-
		6.369	11.852	2	93	615	57	6.986	12.002
FIDC SANEAGO INFRAEST. II	Direitos creditórios	2.603	2.678	-	-	-	-	2.603	2.678
FIDC MULTSET. BVA MAST II	Direitos creditórios	451	41	-	-	-	-	451	41
FIDC FICSA PREM VEICULOS I	Direitos creditórios	5.904	14.496	-	-	656	1.611	6.560	16.107
		8.958	17.215	-	-	656	1.611	9.614	18.826
PATRIARCA PRIV. EQUIT. FI	Participações	192	177	-	-	-	-	192	177
BR EDUCACIONAL FIP	Participações	2.086	6.358	-	-	-	-	2.086	6.358
FI EM PARTICIPAÇÕES BIOTEC	Participações	8.874	8.964	-	-	-	-	8.874	8.964
TRISORP ATIVOS FLOR. FIP	Participações	10.050	7.805	-	-	-	-	10.050	7.805
FI EM PARTICIPAÇÕES TAG	Participações	3.699	3.710	-	-	-	-	3.699	3.710
		24.901	27.014	-	-	-	-	24.901	27.014
FII MEMORIAL OFFICE	Imobiliário	3.065	3.993	-	-	-	-	3.065	3.993
TOTAL		132.287	223.575	11.402	15.817	11.878	16.093	155.567	255.485

Rentabilidade dos Fundos de Investimentos

A rentabilidade auferida nas aplicações em fundos de investimento é apresentada no quadro a seguir, por classificação e segregadas por planos.

Fundos	Classificação	Plano PPC	Plano FIPECqPREV	Plano PGA
		(%)	(%)	(%)
BNP PARIBAS OPTIMUN DI FI	Referenciado	10,69	10,69	10,69
BRB FI RF PÚBLICO ⁽¹⁾	Renda fixa	5,80	5,80	5,80
SULAMERICA EXCELL FI RF ⁽²⁾	Renda fixa	0,81	0,81	-
BNP PARIBAS RF FI RENDA FIXA ⁽³⁾	Renda fixa	0,43	7,58	10,36
PLURAL CAPITAL HIGH FI RF ⁽⁴⁾	Renda fixa	11,21	6,41	4,35
VINCI FI RF IMOBILIÁRIO ⁽⁵⁾	Renda fixa	1,23	-	-
RB FUNDAMENTAL FIA	Ações	-9,28	-9,28	-9,28
GUEPARDO INST. FIA	Ações	-9,06	-9,06	-9,06
BNP PARIBAS SMALL CAPS FIA ⁽⁶⁾	Ações	-1,94	-1,94	-1,94
BOZANO GESTÃO FIA ⁽⁷⁾	Ações	-3,16	-3,16	-3,16
FIA SULAMERICA GOVERNANÇA I	Ações	-2,36	-2,36	-2,36
BNP ACTION FIA ⁽⁸⁾	Ações	5,58	5,58	5,58
OCEANA VALOR FIC FIA ⁽⁹⁾	Ações	8,54	-	-
PROFIX INST FIM CP	Multimercado	-3,64	-3,64	-3,64
ITAÚ INSTIC. ACTIVE FIX IB - RF FI ⁽¹⁰⁾	Multimercado	11,00	-	1,50
SAFRA GALILEO FIM ⁽¹¹⁾	Multimercado	0,07	-	-
FIDC SANEAGO INFRAEST. II	Direitos creditórios	14,05	-	-
FIDC MULTSET. BVA MAST II ⁽¹²⁾	Direitos creditórios	38.643,49	-	-
FIDC FICSA PREM VEICULOS I	Direitos creditórios	13,34	-	13,34
PATRIARCA PRIV. EQUIT. FIP	Participações	8,39	-	-
BR EDUCACIONAL FIP	Participações	33,01	-	-
FI EM PARTICIPAÇÕES BIOTEC	Participações	10,81	-	-
TRISCORP ATIVOS FLOR. FIP	Participações	28,76	-	-
FI EM PARTICIPAÇÕES TAG	Participações	-0,30	-	-
FII MEMORIAL OFFICE	Imobiliário	2,47	-	-

Método: Rentabilidade por cota.

Notas:

- 1 - Resgate- Rentabilidade auferida no período: 01/01/2014 a 31/07/2014
- 2 - Aplicação- Rentabilidade auferida no período: 04/12/2014 a 31/12/2014
- 3 - Resgate-Rentabilidade no período: PPC: 01/01/14 a 17/01/14, FIPECqPREV: 01/01/14 a 01/10/14, e PGA: no ano.
- 4 - Aplicação- Rentabilidade no período: PPC: - no ano, FIPECqPREV - 05/06/14 a 31/12/14; PGA - 12/08/14 a 31/12/14.
- 5 - Aplicação - Rentabilidade auferida no período: 20/10/2014 a 31/12/2014
- 6 - Resgate- Rentabilidade auferida no período: 01/01/2014 a 07/01/2014
- 7 - Resgate- Rentabilidade auferida no período: 01/01/2014 a 21/01/2014
- 8 - Resgate- Rentabilidade auferida no período: 01/01/2014 a 28/11/2014
- 9 - Aplicação- Rentabilidade auferida no período: 07/03/2014 a 31/12/2014
- 10 - Aplicação- Rentabilidade auferida no período: (PPC - No Ano) (PGA - 07/03/2014 a 31/12/2014)
- 11 - Aplicação- Rentabilidade auferida no período: 29/12/2014 a 31/12/2014
- 12 - Recuperação de créditos pela gestora do FIDC do Banco BVA - Em liquidação judicial.

Fundos Referenciados DI e RF

Os Fundos de Investimentos classificados como Fundos Referenciados RF, DI e Multimercados RF constituem reservas de liquidez para suprir as obrigações diárias do Plano ou, reservas táticas transitórias para oportunidades de investimento. A rentabilidade esperada para esta categoria é o CDI. A Fundação realizou uma reestruturação na composição desta carteira, objetivando melhora de rentabilidade. O resultado do ano apresenta 103,24% no fechamento de 2014.

FUNDOS REFERENCIADOS DI e RF - Dezembro/2014

Fundo	ALOCAÇÃO POR PLANO						Rentabilidade		% CDI	
	PPC	%	FIPECqPREV	%	PGA	%	mês	ano	mês	ano
BNP Paribas Optimun DI	4.744,51	0,02	7.570.024,59	74,59	852.927,30	27,88	0,95	10,68	98,96	98,71
BNP Paribas Optimun Renda Fixa	-	-	-	-	1.612.264,77	52,71	0,85	10,36	88,54	95,75
Plural Capital High Yield RF	20.325.783,12	70,43	2.326.537,37	22,92	593.580,24	19,41	0,98	11,20	102,08	103,51
SAM Excellence FI RF	4.788.395,96	16,59	252.020,84	2,48	-	-	0,99	11,18	103,13	103,33
Itaú Institucional Active Fix MM	3.739.730,16	12,96	-	-	-	-	0,98	11,00	102,08	101,66
CDI							0,96	10,82		
TOTAL	28.858.653,75	100,00	10.148.582,80	100,00	3.058.772,31	100,00	0,97	11,04	101,04	102,03

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios

No ano de 2014, os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios Ficsa e Saneago atingiram os alvos de rentabilidade esperada, com 124,76% do CDI, cumprindo também com as amortizações programadas. O vencimento do FIDC Ficsa será em 01.10.15 e FIDC Saneago em 22.11.2016.

FUNDO	Alocação por Plano		Rentabilidade 2014		Vencimento
	PPC	PGA	Nominal	%CDI	
FIDC FICSA	5.903.974,24	655.997,14	13,23%	122,27%	01/10/2015
FIDC SANEAGO	2.602.775,61	-	14,11%	130,41%	22/11/2016
TOTAL	8.506.749,85	655.997,14			

Fundos de Investimentos em Participações

Os FIP são constituídos para aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em papéis de companhias abertas ou fechadas. A carteira de Fundos de Investimentos em Participações do PPC apresentou desempenho de 12,55% em 2014, fortemente influenciado pela rentabilidade do FIP Triscorp, de 28,77%, após a realização de uma reavaliação dos ativos da carteira. Com o encerramento próximo do FIP BR Educacional I, após o sucesso no ciclo do investimento, com expectativa de

Investimentos e Resultados

rentabilidade anual acima de 30% ao ano, a Fundação aprovou o investimento no FIP Bozano Educacional II, do mesmo gestor, no valor de R\$ 15 milhões, a serem integralizados ao longo da vida do fundo, conforme chamadas de capital do administrador. Todos os fundos da categoria FIP estão alocados no Plano PPC, devido ao seu caráter investimento de maturação de longo prazo.

Fundos de Investimentos em Participações 2014

Fundo	R\$	Rent %
FIP TAG	3.699.267	-0,29
BR Educacional	2.086.402	32,89
Triscorp Ativos Florestais	10.050.115	28,77
FIP Biotec	8.873.472	-1,01
	24.709.257	14,33

Fundo de Investimento Imobiliário

O Fundo de Investimento Imobiliário Memorial Office encerrou o ano de 2014 com a rentabilidade de 2,47%, abaixo, portanto, da Meta Atuarial de 11,54%. O Investimento paga dividendos mensais correspondentes ao rateio dos valores do aluguel do imóvel de propriedade dos cotistas de aproximadamente 1% ao mês, no entanto a negociação em Bolsa de Valores, com pouca liquidez e baixos volumes financeiros tem penalizado o valor da cota do fundo. Como fato relevante do ano, a FIPECq, juntamente com outros cotistas, obteve ganho de causa judicial, que correspondeu ao recebimento do valor de R\$ 666.000,00. O Fundo Imobiliário está alocado no Plano PPC.

Fundos de Investimento Imobiliário 2014

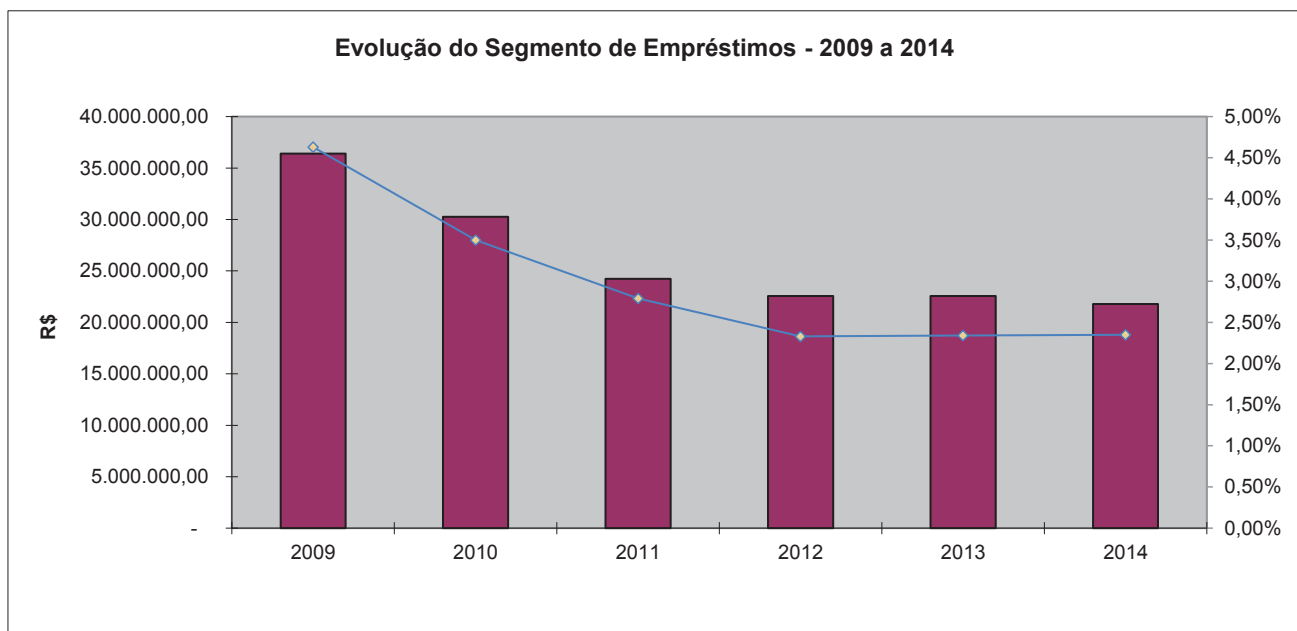
Fundo	R\$	Rent % 2014
Memorial Office Building	3.064.723,59	2,47

Imóveis

A carteira de imóveis da FIPECq conta com apenas um imóvel, adquirido em dezembro de 2013 pelo PPC, que será utilizado como sede administrativa da FIPECq. O segmento apresentou rentabilidade de -3,59% em 2014. A FIPECq

passou a pagar aluguel ao PPC (por parte do imóvel) em outubro de 2014 e a outra parte será alugada a terceiros. As obras de adequação estão em fase final, com mudança programada para abril de 2015.

Empréstimos



Após um período de 3 anos seguidos de diminuição de representatividade, o Segmento de Empréstimos manteve sua participação na Carteira de Investimentos em 2,35%, com leves alterações nos anos de 2012, 2013 e 2014. O saldo da carteira de Empréstimos do Plano PPC, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$21.793 mil (R\$ 21.966 mil – 31/12/2013). A redução do saldo dos empréstimos em 2014 aconteceu em razão das amortizações mensais e vencimentos de empréstimos dos ex-participantes do Plano de Previdência Especial – PPE (encerrado em janeiro/2011). A rentabilidade desta carteira em 2014 foi de 15,03%, batendo a Meta Atuarial de 11,54%.

O que estamos fazendo para melhorar a rentabilidade dos Planos?

A Fundação tem feito um esforço de revisão dos processos, revisão de relatórios de investimento e acompanhamento da carteira, implantação de gestão de risco e capacitação dos funcionários. Dentre as medidas para melhoria da rentabilidade nos próximos anos seja atingida, destacamos:

- Compra em 2014 de títulos públicos no valor aproximado de R\$ 220 milhões, com taxa média de IPCA+ 6,08%aa:

Investimentos e Resultados

Média de rentabilidade de 1,08% acima da Meta Atuarial;
Percentual em 31/12/14 de 54,2% da carteira já investido em NTN-B
Marcação na curva de rentabilidade dos títulos para diminuição da volatilidade da carteira de investimentos.

- Diminuição da carteira própria de títulos privados e maior alocação em fundos com gestão especializada, com diminuição do risco de crédito da carteira;
- Redução da alocação em ativos de renda variável, com consequente redução ao risco de mercado e à volatilidade da carteira de investimentos;
- Redução da quantidade de ativos da carteira própria de ações visando melhor acompanhamento, com simultânea elaboração do Manual de Seleção e Acompanhamento de Ações;
- Novo modelo de Política de Investimentos 2015-2019;
- Novo modelo de Relatório do Comitê de Investimentos para acompanhamento da carteira;
- Nova estrutura e funcionamento do Comitê de Investimentos.
- Melhor acompanhamento dos Riscos de Mercado, Liquidez, Crédito/Contraparte e descasamento entre passivo e ativo;
- Identificação e mitigação de riscos operacionais: Mapeamento dos macroprocessos, tarefas e atividades para elaboração da Matriz de Riscos da área de Investimentos e controladoria;
- Critérios de aprovação de investimento em crédito privado mais restritivos, conforme estabelecido na Política de Investimentos para 2015 a 2019.
- Elaboração do Manual de Análise de Investimentos estabelecendo critérios mínimos de análise e acompanhamento para cada classe de ativos.

- Melhor acompanhamento das receitas e da necessidade de liquidez dos Planos, aplicando o excesso de caixa em investimentos de melhor rentabilidade e de forma tempestiva.

- Apoio de Consultoria de Investimentos com ênfase em análise de operações de fundos, de créditos privados e de riscos da carteira. Adicionalmente, o consultor, sempre que possível, participa das reuniões ordinárias de acompanhamento da carteira do Comitê de Investimentos.

Além dessas, vale menção às ações paralelas que certamente ajudarão no debate e tomada de decisão dentro da Fundação:

- Certificação por prova com ênfase em investimentos dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal (titulares e suplentes), assim como dos diretores e gerentes. O treinamento já está disponibilizado.

- Avaliação de desempenho semestral de todos os terceirizados feita pelo gestor do contrato. Na área de investimentos serão avaliadas as gestoras e administradoras dos fundos, assim como a consultoria de investimentos.

- Revisão do conteúdo do Relatório Mensal de Acompanhamento que é levado ao Comitê de Investimentos em suas reuniões ordinárias.

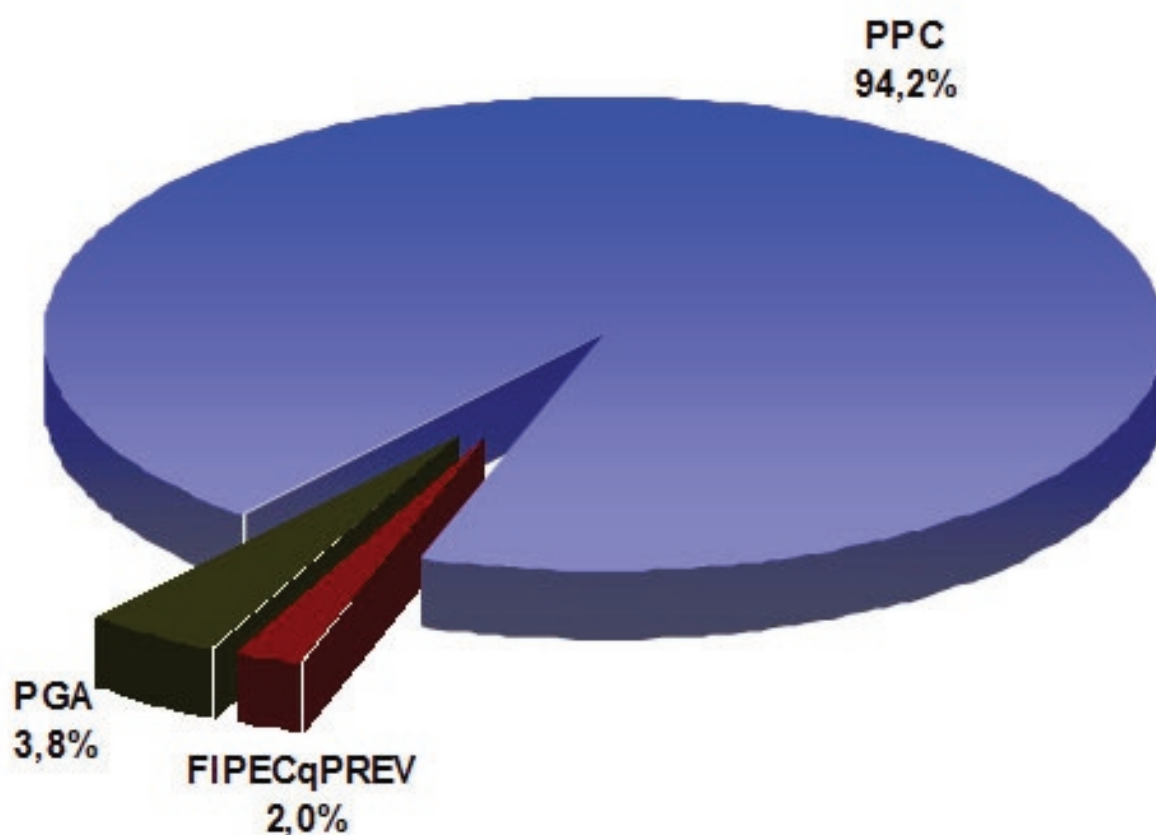
- Renovação da equipe de investimentos que conta hoje com 1 gerente e 2 analistas, todos certificados com ênfase em investimentos (ICSS ou CPA 20), além de 1 estagiário.

Patrimônio dos Planos

O patrimônio social dos planos, administrados pela FIPECq, atingiram em dezembro de 2014, o valor de **R\$ 984.629.141,00**, advindos das reservas do Plano de Previdência Complementar - PPC, Plano de Previdência FIPECqPREV e do Plano de Gestão Administrativa - PGA. A seguir, apresentamos a composição:

R\$1,00

PLANOS	2013		2014		(%)
	Valor (A)	(%)	Valor (B)	(%)	(B)/ (A)
Plano de Previdência Complementar - PPC	881.703.744	93,97	927.527.932	94,20	5,20
Plano de Previdência - FIPECqPREV	18.205.140	1,94	19.890.970	2,02	9,26
Plano de Gestão Administrativa - PGA	38.366.834	4,09	37.210.239	3,78	(3,01)
	938.275.718	100,00	984.629.141	100,0	4,94

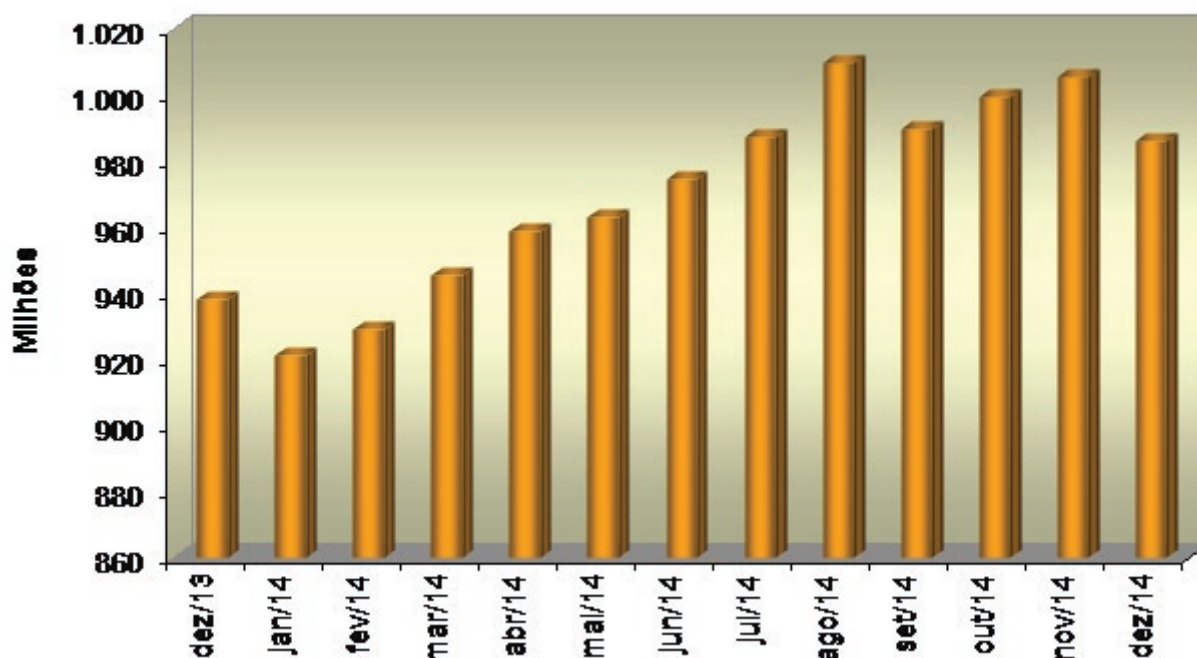


Mutação do Patrimônio dos Planos de Benefícios, PGA e Consolidado

R\$1,00

Meses	PPC			FIPECqPREV			PGA			Consolidado		
	Valor	mês (%)	ano (%)	Valor	mês (%)	ano (%)	Valor	mês (%)	ano (%)	Valor	mês (%)	ano (%)
dez/13	881.703.743	-	-	18.205.140	-	-	38.366.834	-	-	938.275.717	-	-
jan/14	865.770.840	(1,81)	(1,81)	18.036.857	(0,92)	(0,92)	37.419.291	(2,47)	(2,47)	921.226.988	(1,82)	(1,82)
fev/14	873.506.215	0,89	(0,93)	18.214.137	0,98	0,05	37.389.469	(0,08)	(2,55)	929.109.821	0,86	(0,98)
mar/14	889.033.145	1,78	0,83	18.526.527	1,72	1,77	37.877.725	1,31	(1,27)	945.437.397	1,76	0,76
abr/14	901.647.339	1,42	2,26	18.804.529	1,50	3,29	38.175.523	0,79	(0,50)	958.627.391	1,40	2,17
mai/14	906.272.663	0,51	2,79	18.794.798	(0,05)	3,24	37.977.483	(0,52)	(1,01)	963.044.944	0,46	2,64
jun/14	916.864.900	1,17	3,99	19.090.097	1,57	4,86	38.350.997	0,98	(0,04)	974.305.994	1,17	3,84
jul/14	929.242.150	1,35	5,39	19.428.578	1,77	6,72	38.477.450	0,33	0,29	987.148.178	1,32	5,21
ago/14	949.823.769	2,21	7,73	19.906.236	2,46	9,34	39.933.254	3,78	4,08	1.009.663.259	2,28	7,61
set/14	931.800.670	(1,90)	5,68	19.585.187	(1,61)	7,58	38.339.835	(3,99)	(0,07)	989.725.692	(1,97)	5,48
out/14	940.891.328	0,98	6,71	19.840.349	1,30	8,98	38.788.064	1,17	1,10	999.519.741	0,99	6,53
nov/14	946.361.942	0,58	7,33	20.050.241	1,06	10,14	38.823.464	0,09	1,19	1.005.235.647	0,57	7,14
dez/14	927.527.932	(1,99)	5,20	19.890.970	(0,79)	9,26	37.210.239	(4,16)	(3,01)	984.629.141	(2,05)	4,94

Patrimônio Consolidado

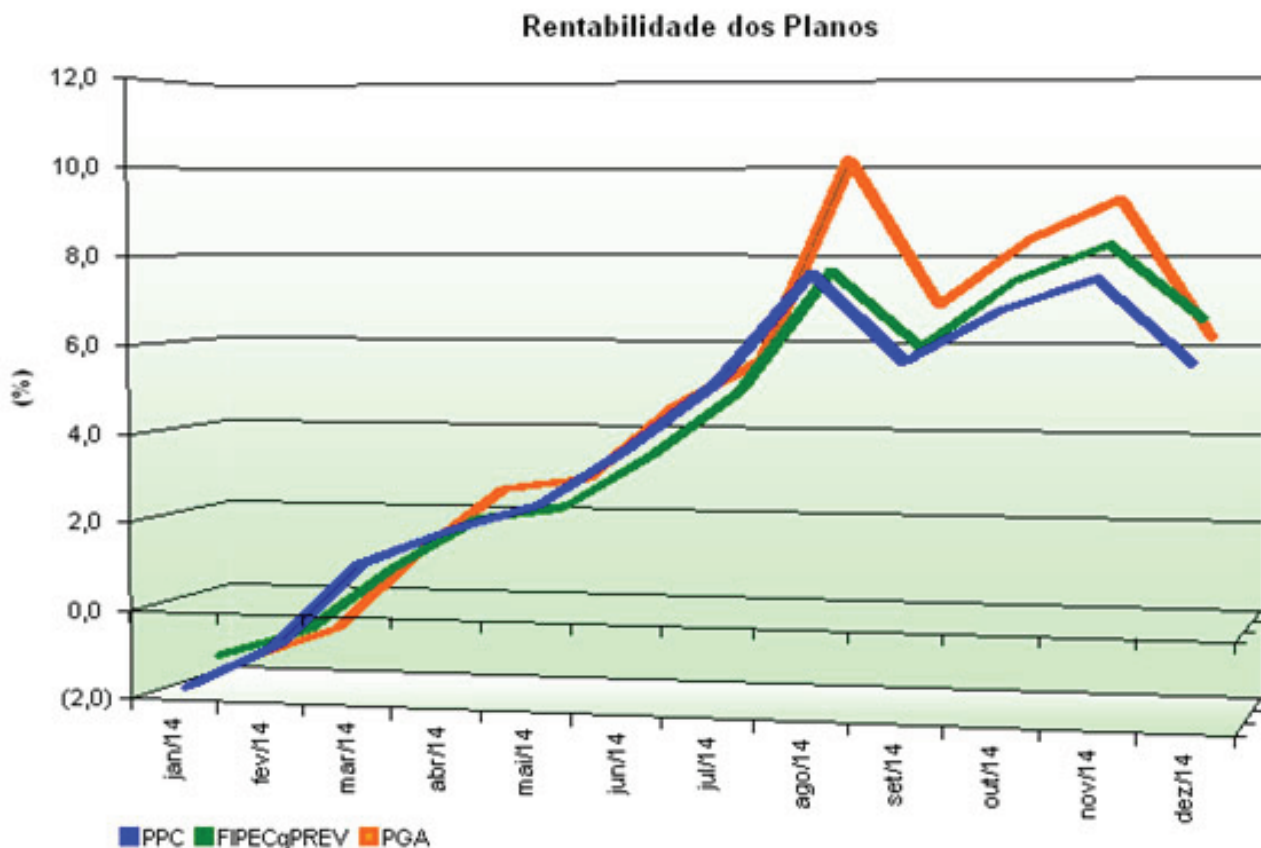


Rentabilidade Financeira

A Rentabilidade financeira dos recursos administrados pela FIPECq, no exercício de 2014, foi de 5,79% calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas que, comparada a Meta Atuarial (INPC/IBGE + 5% a.a.) de 11,54%, obteve menos 5,19% da referida meta.

O quadro a seguir apresenta as rentabilidades dos ativos líquidos dos planos PPC, FIPECqPREV, PGA e do total de recursos.

Meses	Plano PPC		Plano FIPECqPREV		Plano PGA		Patrimônio Total	
	mês	ano	mês	ano	mês	ano	mês	ano
jan/14	(1,77)	(1,77)	(1,32)	(1,32)	(1,61)	(1,61)	(1,75)	(1,75)
fev/14	0,98	(0,80)	0,59	(0,74)	0,71	(0,92)	0,97	(0,81)
mar/14	1,88	1,06	1,52	0,77	1,94	1,01	1,87	1,05
abr/14	0,85	1,91	1,18	1,96	1,49	2,51	0,88	1,94
mai/14	0,58	2,51	0,33	2,29	0,24	2,76	0,56	2,51
jun/14	1,26	3,79	1,19	3,51	1,71	4,51	1,27	3,82
jul/14	1,43	5,28	1,40	4,96	1,07	5,63	1,42	5,29
ago/14	2,30	7,70	2,61	7,70	4,30	10,17	2,38	7,80
set/14	(1,81)	5,75	(1,55)	6,03	(2,99)	6,87	(1,85)	5,80
out/14	1,08	6,89	1,42	7,53	1,46	8,43	1,10	6,97
nov/14	0,67	7,60	0,67	8,26	0,76	9,26	0,67	7,68
dez/14	(1,72)	5,75	(1,48)	6,65	(2,79)	6,21	(1,76)	5,79



Rentabilidade do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar – PPC

O ativo líquido do Plano PPC obteve, em 2014, a rentabilidade de 5,75%, para uma Meta Atuarial estabelecida para o mesmo período de 11,54% (INPC + 5% juros a.a.), o que representou 5,19% abaixo da meta.

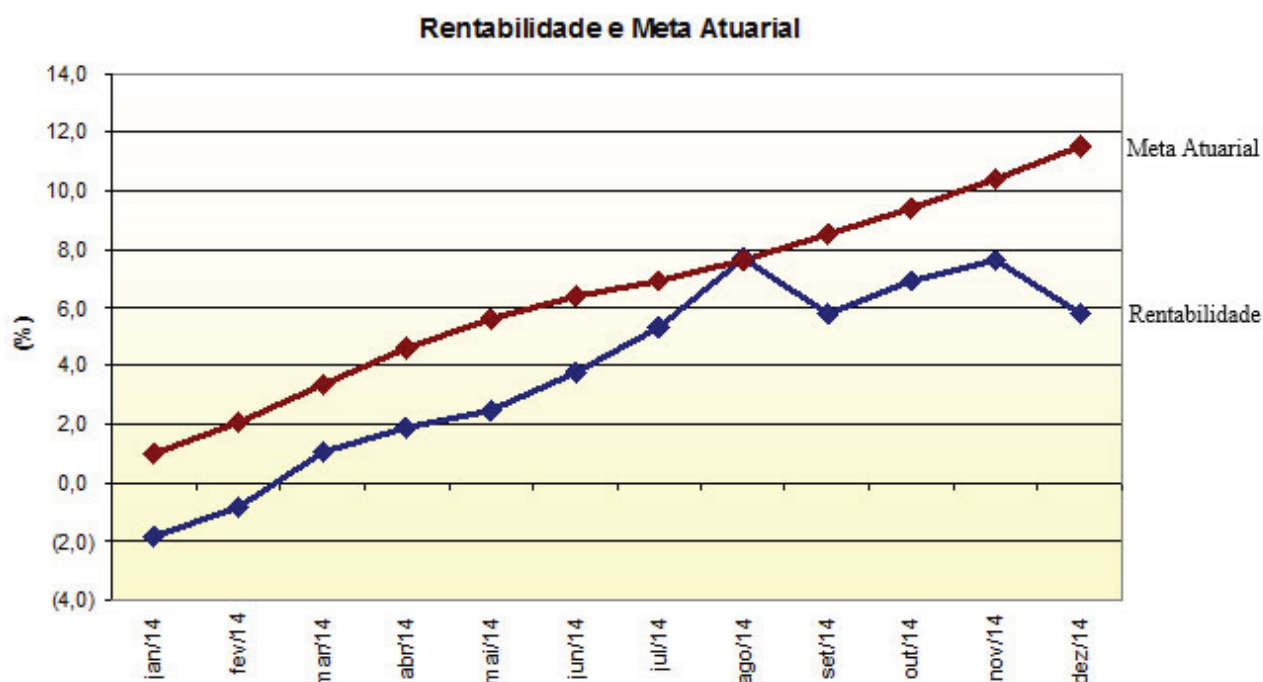
No próximo quadro encontra-se a evolução dos recursos do Plano PPC, a Rentabilidade Líquida e a Meta Atuarial de Rentabilidade.

Patrimônio dos Planos

Ativo Líquido, Rentabilidade e Meta Atuarial do Plano PPC em 2014

Mês	Recursos Garantidores (R\$)	Rentabilidade (%)		Meta Atuarial (%)		(A)/(B)* (%)
		No mês	No ano (A)	No mês	No ano (B)	
jan/14	865.770.840	-1,77	-1,77	1,04	1,04	-2,78
fev/14	873.506.215	0,98	-0,80	1,05	2,10	-2,84
mar/14	889.033.145	1,88	1,06	1,23	3,36	-2,22
abr/14	901.647.339	0,85	1,91	1,19	4,59	-2,56
mai/14	906.272.663	0,58	2,51	1,01	5,64	-2,97
jun/14	916.864.900	1,26	3,79	0,67	6,35	-2,40
jul/14	929.242.150	1,43	5,28	0,54	6,92	-1,53
ago/14	949.823.769	2,30	7,70	0,59	7,55	0,14
set/14	931.800.670	-1,81	5,75	0,90	8,52	-2,55
out/14	940.891.328	1,08	6,89	0,79	9,38	-2,27
nov/14	946.361.942	0,67	7,60	0,94	10,40	-2,54
dez/14	927.527.932	-1,72	5,75	1,03	11,54	-5,19

* Rentabilidade obtida em relação à Meta Atuarial (INPC/IBGE: 6,2%a.a.+juros de 5%a.a.=11,5%a.a.)



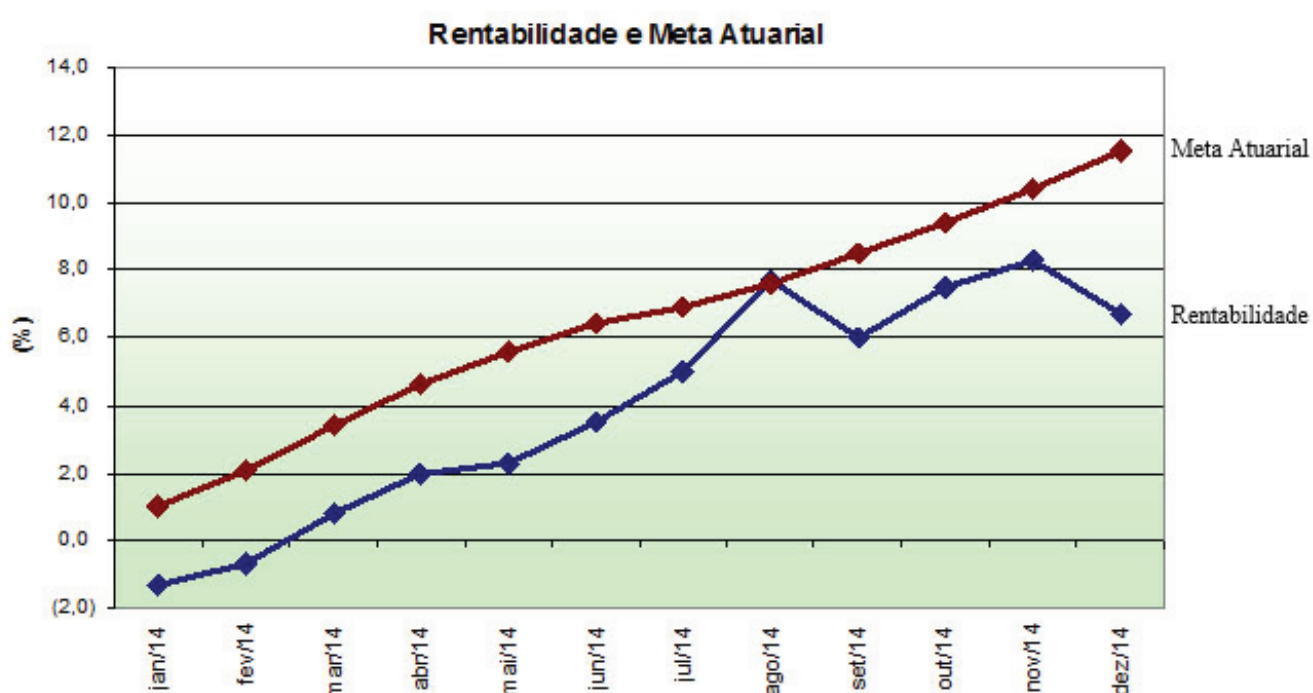
Rentabilidade do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV

O ativo líquido do Plano FIPECqPREV obteve, em 2014, a rentabilidade de 6,65%, para uma Meta Atuarial estabelecida para o mesmo período de 11,54% (INPC + 5% juros a.a.), o que representou 4,38% abaixo da meta.

Ativo Líquido, Rentabilidade e Meta Atuarial do FIPECqPREV em 2014

Mês	Recursos Garantidores (R\$)	Rentabilidade (%)		Meta Atuarial (%)		(A)/(B)* (%)
		No mês	No ano (A)	No mês	No ano (B)	
jan/14	18.036.857	-1,32	-1,32	1,04	1,04	-2,34
fev/14	18.214.137	0,59	-0,74	1,05	2,10	-2,78
mar/14	18.526.527	1,52	0,77	1,23	3,36	-2,50
abr/14	18.804.529	1,18	1,96	1,19	4,59	-2,51
mai/14	18.794.798	0,33	2,29	1,01	5,64	-3,17
jun/14	19.090.097	1,19	3,51	0,67	6,35	-2,67
jul/14	19.428.578	1,40	4,96	0,54	6,92	-1,83
ago/14	19.906.236	2,61	7,70	0,59	7,55	0,13
set/14	19.585.187	-1,55	6,03	0,90	8,52	-2,29
out/14	19.840.349	1,42	7,53	0,79	9,38	-1,68
nov/14	20.050.241	0,67	8,26	0,94	10,40	-1,94
dez/14	19.890.970	-1,48	6,65	1,03	11,54	-4,38

* Rentabilidade obtida em relação à Meta Atuarial (INPC/IBGE: 6,2%a.a.+juros de 5%a.a.=11,5%a.a.)



Rentabilidade do Ativo Líquido do Plano PGA

O ativo líquido do Plano PGA obteve, em 2014, a rentabilidade de 6,21%, para um Índice de Referência estabelecida para o mesmo período de 11,54% (INPC + 5% juros a.a.), o que representou 4,78% abaixo do índice. Neste quadro, encontra-se a evolução dos recursos do Plano PGA, a Rentabilidade Líquida e o Índice de Referência.

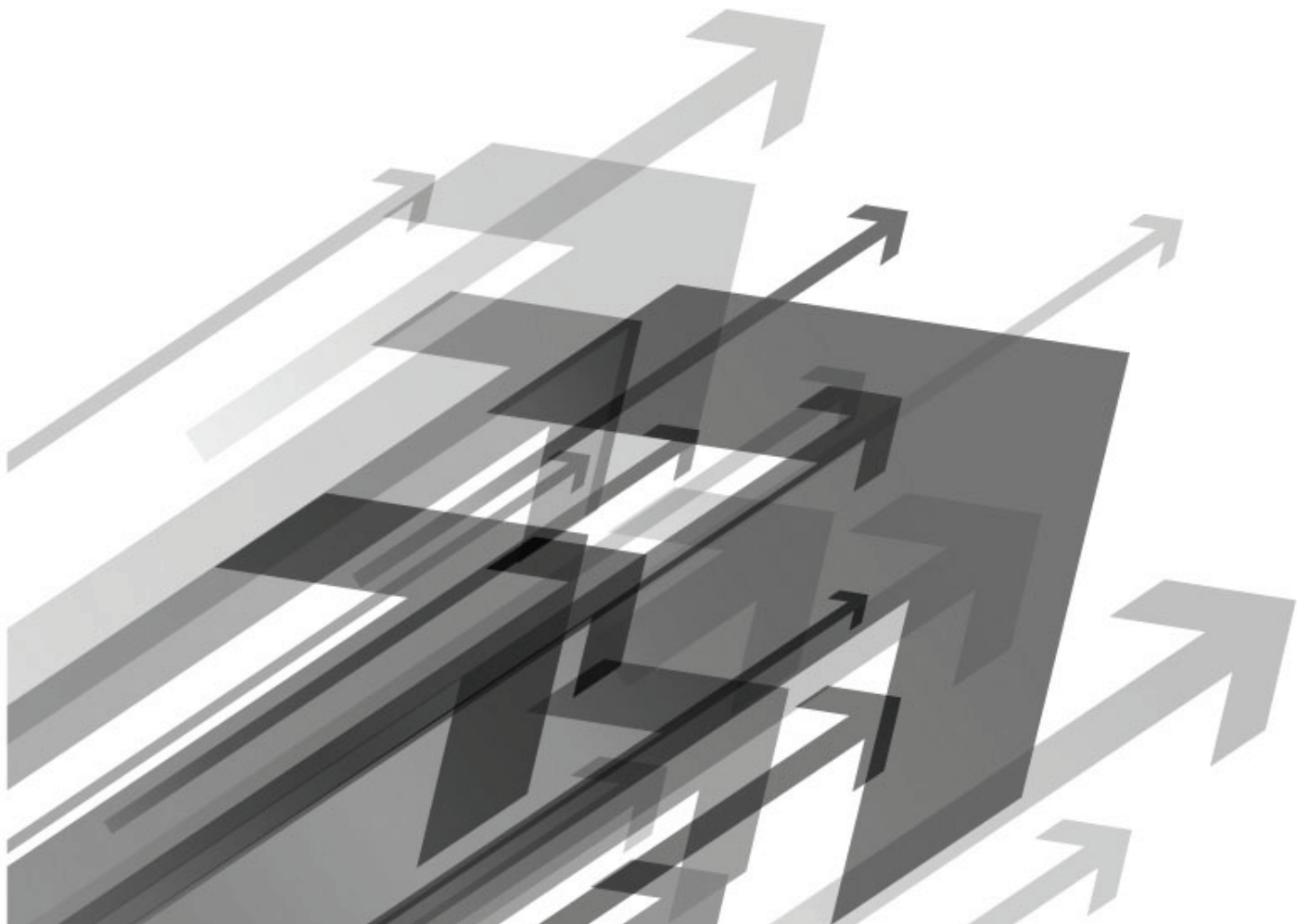
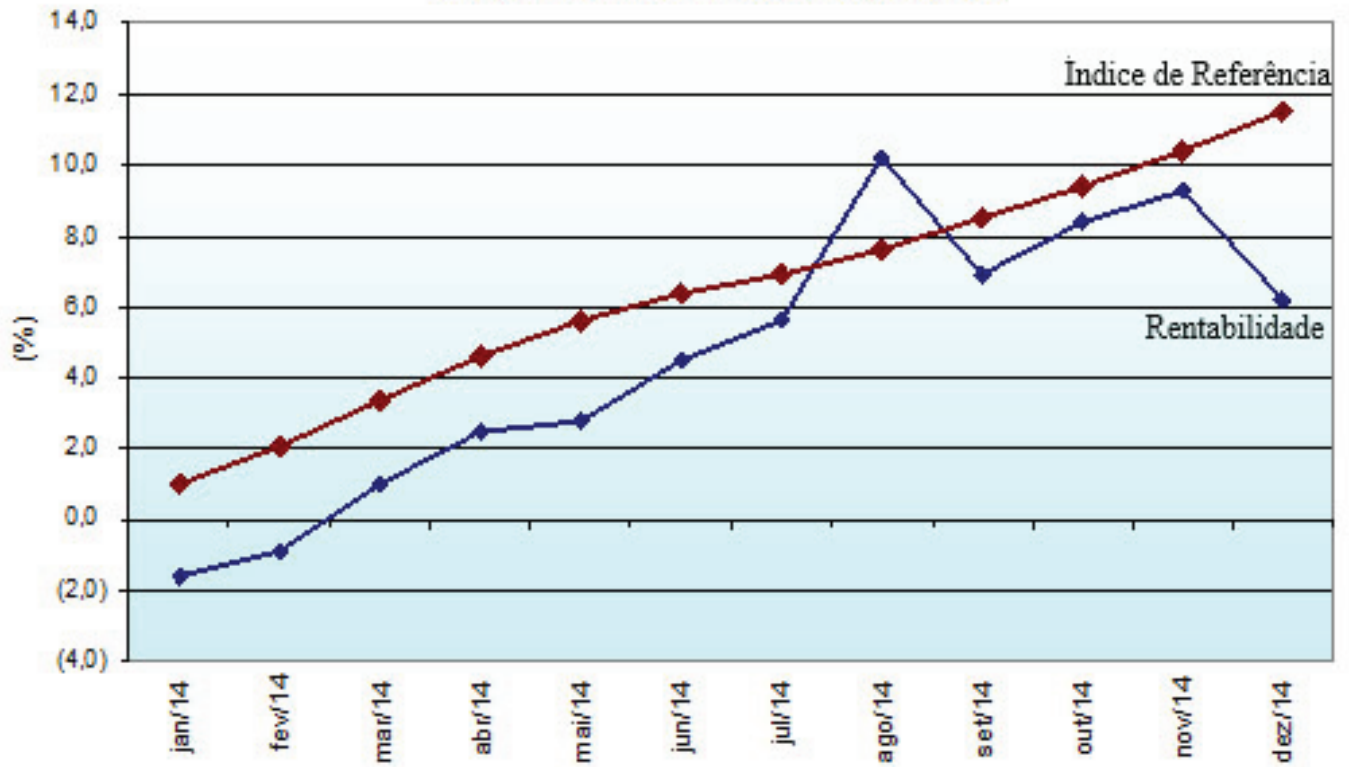
Ativo Líquido, Rentabilidade e Meta Atuarial do Plano PGA em 2014

Mês	Recursos Garantidores (R\$)	Rentabilidade (%)		Meta Atuarial (%)*		(A)/(B)** (%)
		No mês	No ano (A)	No mês	No ano (B)	
jan/14	37.419.291	-1,61	-1,61	1,04	1,04	-2,78
fev/14	37.389.469	0,71	-0,92	1,05	2,10	-2,84
mar/14	37.877.725	1,94	1,01	1,23	3,36	-2,22
abr/14	38.175.523	1,49	2,51	1,19	4,59	-2,56
mai/14	37.977.483	0,24	2,76	1,01	5,64	-2,97
jun/14	38.350.997	1,71	4,51	0,67	6,35	-2,40
jul/14	38.477.450	1,07	5,63	0,54	6,92	-1,21
ago/14	39.933.254	4,30	10,17	0,59	7,55	2,44
set/14	38.339.835	-2,99	6,87	0,90	8,52	-1,51
out/14	38.788.064	1,46	8,43	0,79	9,38	-0,86
nov/14	38.823.464	0,76	9,26	0,94	10,40	-1,04
dez/14	37.210.239	-2,79	6,21	1,03	11,54	-4,78

* Índice de referência: INPC/IBGE + juros de 5% a.a.

** Rentabilidade obtida em relação à Meta Atuarial (INPC/IBGE: 6,2%a.a.+juros de 5%a.a.=11,5%a.a.)

Rentabilidade e Índice de Referência



Recursos Garantidores dos Planos

Composição dos Investimentos

A composição dos investimentos dos Planos PPC, FIPECqPREV, PGA e Consolidado é apresentada por segmentos de aplicação: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e empréstimos, por tipo de ativo e com o percentual de aplicação e rentabilidade atingida no ano de 2014 em cada segmento e modalidade de aplicação.

SEGMENTOS	PLANOS DE BENEFÍCIOS									TOTAL	(%)
	PPC			FIPECqPREV			PGA				
	Valor	(%)	Rent. (%)	Valor	(%)	Rent. (%)	Valor	(%)	Rent. (%)		
RENDA FIXA	728.528.073	78,51	10,75	16.935.817	83,69	11,10	29.744.168	79,94	11,33	775.208.058	78,67
NTN	502.940.188	54,20	13,18	6.784.844	33,53	13,89	20.314.464	54,60	13,06	530.039.496	53,79
CDB*	-	-	3,97	-	-	-	-	-	-	-	-
DPGE	105.713.247	11,39	13,26	-	-	-	-	-	5,47	105.713.247	10,73
LF	38.122.372	4,11	16,59	-	-	-	-	-	-	38.122.372	3,87
DEBENTURES**	11.102.225	1,20	12,96	-	-	5,80	-	-	5,80	11.102.225	1,13
CCB	12.459.660	1,34	9,28	-	-	-	-	-	-	12.459.660	1,26
CCI***	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDOS	58.190.381	6,27	12,51	10.150.973	50,16	10,65	9.429.704	25,34	10,92	77.771.058	7,89
RENDA VARIÁVEL	137.791.368	14,85	(14,46)	3.202.185	15,82	-10,48	7.244.831	19,47	(16,12)	148.238.384	15,04
Ações e Derivativos	94.161.689	10,15	(15,58)	1.951.658	9,64	-12,49	4.796.411	12,89	(21,06)	100.909.758	10,24
FIA	43.629.679	4,70	(7,59)	1.250.527	6,18	-7,55	2.448.420	6,58	(7,40)	47.328.626	4,80
ESTRUTURADOS	30.275.608	3,26	12,08	-	-	-	-	-	-	30.275.608	3,07
Fdos. Participação	24.709.257	2,66	14,33	-	-	-	-	-	-	24.709.257	2,51
Fdos. Imobiliários	3.064.723	0,33	2,47	-	-	-	-	-	-	3.064.723	0,31
Fdos. Multimerc. (****)	2.501.628	0,27	0,07	-	-	-	-	-	-	2.501.628	0,25
IMÓVEIS	8.918.719	0,96	(3,59)	-	-	-	-	-	-	8.918.719	0,91
EMPRÉSTIMOS	21.793.478	2,35	15,03	-	-	-	-	-	-	21.793.478	2,21
OUTROS	245.546	0,03	-	11.714	0,06	-	(242)	-	-	257.018	0,03
Subtotal	927.552.792	99,96	-	20.149.716	99,57	-	36.988.757	99,41	-	984.691.265	99,93
Disponível	367.722	0,04	-	86.772	0,43	-	219.477	0,59	-	673.971	0,07
TOTAL	927.920.514	100	5,75	20.236.488	100	6,65	37.208.234	100	6,21	985.365.236	100

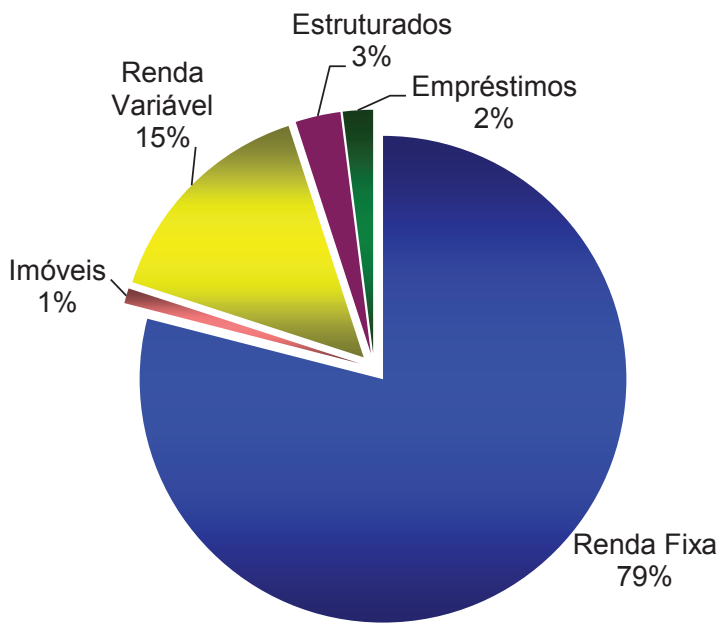
(*) Resgate do CDB realizado em 22/05/2014.

(*) Resgate da Debênture realizado em 22/05/2014.

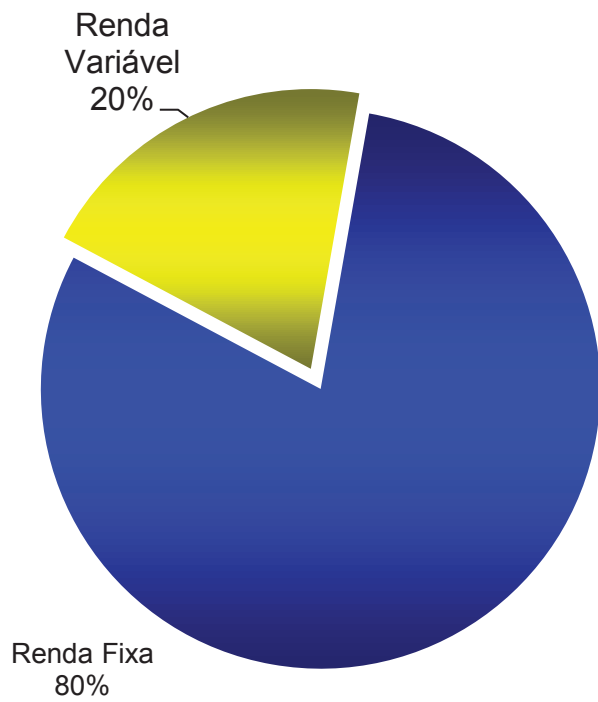
(****) Provisão da aplicação em CCI realizada em 2014.

(*****) Aplicação realizada no Fundo Multimercado em 29/12/2014.

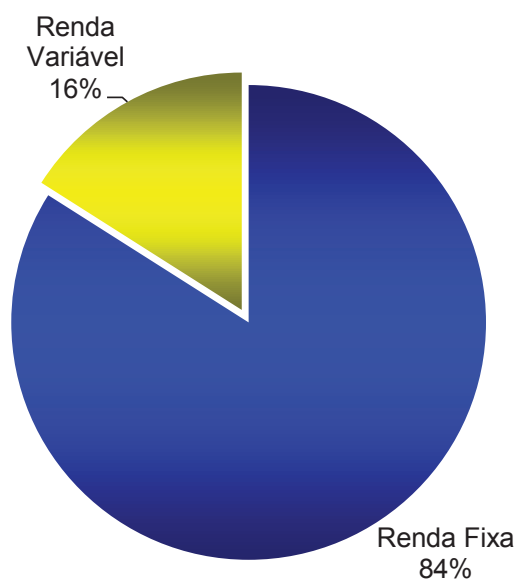
Plano PPC



Plano PGA



Plano FIPECqPREV



Recursos Garantidores dos Planos

Alocação dos Recursos Garantidores do Plano de Previdência Complementar - PPC

Os recursos garantidores do Plano PPC atingiram R\$ 927.662 mil em dezembro de 2014. O quadro a seguir demonstra os investimentos dos recursos do plano, classificados por segmentos de aplicação, os limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN Nº. 3.792, de 24/12/09, e a política de investimentos definida para 2014.

Posição: 31/12/2014

Segmentos de Aplicação	Valores (R\$)	Alocação (%)	Resolução CMN Nº. 3792/09	Política de Investimentos
SEGMENTO DE RENDA FIXA	728.895.794,92	78,57	0% a 100%	30% a 100%
DISPONÍVEL	367.722,05	0,04	-	
TÍTULOS PÚBLICOS	502.940.188,11	54,22	0% a 100%	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	502.940.188,11	54,22	0% a 100%	
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	167.397.504,35	18,05	0% a 80%	
Depósito a Prazo c/ Garantia Especial-DPGE	105.713.246,73	11,40	0% a 20%	
Letras Financeiras	38.122.372,05	4,11	0% a 20%	
Debêntures não Conversíveis - DN/C	11.102.225,39	1,20	0% a 20%	
Cédulas de Crédito Bancário - CCB	12.459.660,18	1,34	0% a 20%	
FUNDOS DE INVESTIMENTO	58.190.380,41	6,27	0% a 80%	
Fundo de Investimento Referenciado	4.744,51	0,00	0% a 20%	
Fundo de Investimento Renda Fixa	45.359.862,88	4,89	0% a 20%	
Fundos de Invest. Multimercado	3.867.249,60	0,42	0% a 20%	
Fundo de Invest. em Direitos Creditorios	8.958.523,42	0,97	0% a 20%	
SEGMENTO RENDA VARIÁVEL	137.791.367,58	14,85	0% a 70%	10% a 70%
Ações/Derivativos de Opção	94.161.689,19	10,15	0% a 50%	
Fundo de Invest. em Ações	43.629.678,39	4,70	0% a 35%	
SEGMENTO DE INVEST. ESTRUTURADOS	30.275.608,10	3,26	0% a 20%	0% a 20%
Fundos de Invest. em Participações	24.709.256,60	2,66	0% a 10%	
Fundos de Invest. Imobiliário	3.064.723,59	0,33	0% a 10%	
Fundos de Invest. Multimercado - FIM	2.501.627,91	0,27	0% a 10%	
SEGMENTO DE IMÓVEIS	8.918.719,30	0,96	0% a 8%	0% a 8%
SEGMENTOS DE EMPRÉSTIMOS	21.793.478,05	2,35	0% a 15%	0% a 15%
OUTROS	245.545,61	0,03	-	-
Bloqueios Judiciais	251.517,62	0,03	-	-
Outros Realizáveis	4.004,04	0,00	-	-
Outras Exigibilidades	-9.976,05	(0,00)	-	-
SUBTOTAL	927.920.513,56	100,03	-	-
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - INVESTIMENTOS	-258.656,65	(0,03)	-	-
TOTAL DE RECURSOS	927.661.856,91	100,00	-	-

Alocação dos Recursos Garantidores do Plano FIPECqPREV

Os recursos garantidores do Plano FIPECqPREV atingiram R\$ 20.225 mil em dezembro de 2014. O quadro a seguir demonstra os investimentos dos recursos do plano, classificados por segmentos de aplicação, os limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN Nº. 3.792, de 24/12/09, e a política de investimentos definida para 2014.

Posição: 31/12/2014

Segmentos de Aplicação	Valores (R\$)	Alocação (%)	Resolução CMN Nº. 3792/09	Política de Investimentos
SEGMENTO DE RENDA FIXA	17.022.589,35	84,17	0% a 100%	30% a 100%
DISPONÍVEL	86.771,92	0,43	-	
TÍTULOS PÚBLICOS	6.784.843,97	33,55	0% a 100%	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.784.843,97	33,55	0% a 100%	
FUNDOS DE INVESTIMENTO	10.150.973,46	50,19	0% a 80%	
Fundo de Investimento Referenciado	7.570.024,59	37,43	0% a 20%	
Fundo de Investimento Renda Fixa	2.578.558,21	12,75	0% a 20%	
Fundos de Invest. Multimercado	2.390,66	0,01	0% a 20%	
SEGMENTO RENDA VARIÁVEL	3.202.184,65	15,83	0% a 70%	10% a 70%
Ações/Derivativos de Opção	1.951.657,61	9,65	0% a 50%	
Fundo de Invest. em Ações	1.250.527,04	6,18	0% a 35%	
OUTROS	11.714,31	0,06	-	
Bloqueios Judiciais	11.878,09	0,06	-	
Outras Exigibilidades	-163,78	(0,00)	-	
SUBTOTAL	20.236.488,31	100,06	-	
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - INVESTIMENTOS	-11.878,09	(0,06)	-	
TOTAL DE RECURSOS	20.224.610,22	100,00	-	

Recursos Garantidores dos Planos

Alocação dos Recursos Garantidores do Plano de Gestão Administrativa - PGA

Os recursos garantidores do Plano PGA atingiram R\$ 37.208 mil em dezembro de 2014. O quadro a seguir demonstra os investimentos dos recursos do plano, classificados por segmentos de aplicação, os limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN N^o. 3.792, de 24/12/09, e a política de investimentos definida para 2014.

Posição: 31/12/2014

Segmentos de Aplicação	Valores (R\$)	Alocação (%)	Resolução CMN N ^o . 3792/09	Política de Investimentos
SEGMENTO DE RENDA FIXA	29.963.644,24	80,53	0% a 100%	30% a 100%
DISPONÍVEL	219.476,41	0,59	-	
TÍTULOS PÚBLICOS	20.314.464,16	54,60	0% a 100%	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	20.314.464,16	54,60	0% a 100%	
FUNDOS DE INVESTIMENTO	9.429.703,67	25,34	0% a 80%	
Fundo de Investimento Referenciado	852.927,30	2,29	0% a 20%	
Fundo de Investimento Renda Fixa	7.305.845,01	19,64	0% a 20%	
Fundos de Invest. Multimercado	614.934,22	1,65	0% a 20%	
Fundo de Invest. em Direitos Creditórios	655.997,14	1,76	0% a 20%	
SEGMENTO RENDA VARIÁVEL	7.244.831,48	19,47	0% a 70%	10% a 70%
Ações/Derivativos de Opção	4.796.411,02	12,89	0% a 50%	
Fundo de Invest. em Ações	2.448.420,46	6,58	0% a 35%	
OUTROS	-242,03	(0,00)	-	
Outras Exigibilidades	-242,03	(0,00)	-	
SUBTOTAL	37.208.233,69	100,00	-	
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - INVESTIMENTOS	-	0,00	-	
TOTAL DE RECURSOS	37.208.233,69	100,00	-	

Custos e Taxas de Administração

Taxas de Administração, de Gestão e de Performance dos Fundos de Investimento

A seguir, quadro com as taxas de administração, gestão, performance, ingresso e saída dos fundos das carteiras de investimentos dos planos PPC, FIPECqPREV e PGA.

FUNDOS	Taxa de Administração		Taxa de Gestão	Taxa de Performance	Taxas de Ingresso/Saída
	% aa. s/ PL	Mínimo - Máximo	(%) e Limites	(%) e Limites	(%) e Limites
Fundos de Investimentos Referenciados - FIR					
BNP Paribas Optimum DI FIR	0,50%	-	-	-	-
Fundo de Renda Fixa - FRF					
BNP Paribas FRF	0,50%	-	-	-	-
BRB Fundo de Investimento RF (1)	0,25%	-	-	-	-
Itaú Institucional Active Fix IB - RF FI	0,30%	-	-	-	-
Plural Capital High Yield RF	0,55%	-	-	-	-
Sul América Excellence FIRF (2)	0,50%	-	-	-	-
Vinci Fundo de Investimento RF Imobiliário (8)	0,055%	R\$ 2.500,00 mínimo mensal	1% a.a. s/ativos de crédito imobiliário e10% sobre os demais ativos.	20% que exceder ao IPCA+6% ou Taxas médias diárias da NTN-B/2022 + 1,5% aa.	-
Fundo de Investimento de Ações - FIA					
Bozano Gestão Fundamentalista FIA (3)	2,00%	-	-	-	-
BNP Action FIA (4)	2,00%	-	-	20% >100% do Ibovespa SMLL no semestre - jun e dez.	-
BNP Small Caps FIA (5)	2,00%	-	-	-	-
FIA Sulamérica Governança I	2,00%	-	-	20% >100% do IBX-50.	Saída:10% a favor do Fundo nos resgates efetuados antes da carência-60 meses.
Guepardo Ações Institucional FIA	1,90%	1,90% ↔ 2,05%	20% >100% do Ibovespa	-	Saída:10% a favor do Fundo. Isenção no 30º dia da solicitação de resgate.
Rio Bravo Fundamental FIA	2,00%	-	-	20% >IGPOM+ 6%aa	Saída:10% a favor do Fundo. Isenção no 61º dia da solicitação de resgate.
Oceana Valor FIC FIA (6)	2,00%	-	-	-	-
Fundo de Investimento Multimercado - FIM					
Safra Galileo FIM (7)	2,00%	-	20% >CDI	-	-
Profix Inst FIM Crédito Privado	0,50%	0,50% ↔ 1,00%	-	-	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios					
FIDC Saneago Infra II	0,37%	R\$ 34.666,66 mínimo mensal	-	-	-
FIDC Multis. Bva Master II	0,20%	R\$15.000,00 mínimo mensal	0,195% PL>50 MM	-	-
FIDC FICSA Premium Veículos I	0,48%	R\$ 40.000,00 mínimo mensal	0,5% do PL	-	-
Fundo de Investimento em Participações -FIP					
BR Educacional FIP	1,75%	-	-	20%>IPCA	-
FIP Biotec	0,75%	R\$ 4.000,00 mínimo mensal	-	-	-
FIP Tag	0,175%	R\$ 2.000,00 mínimo mensal	-	-	-
Patriarca Private Equity FIP	1,00%	-	-	20%>IPCA +12 aa	-
Triscorp Ativos Florestais FIP	2,00%	-	-	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário -FII					
FII Memorial Office	5%	Rendimento Bruto (alugueis mensais)	-	-	-

Observações:

- (1) BRB Fundo Invest. RF Público resgate em julho/14
- (2) SAM Excell FI 1ª aplicação em dezembro/14
- (3) Bozano Gestão Fundamentalista resgate em janeiro/14
- (4) BNP Action resgate em novembro/14
- (5) BNP Small Caps Fia resgate em janeiro/14
- (6) Oceana Valor Fic Fia 1ª aplicação em março/14
- (7) SAFRA Galileo FIM 1ª aplicação em dezembro/14
- (8) VINCI FI 1ª aplicação em outubro/14

Demonstrações Contábeis

Quadro I - Balanço Patrimonial Consolidado

R\$ mil

ATIVO	NE	2014	2013	PASSIVO	NE	2014	2013
Disponível		674	638	Exigível Operacional		7.932	1.551
Realizável		1.001.186	953.503	Gestão Previdencial	6a	2.492	707
Gestão Previdencial	3	2.515	2.320	Gestão Administrativa	6b	867	829
Gestão Administrativa	4	9.407	8.765	Investimentos	6c	4.573	15
Investimentos		989.264	942.418	Exigível Contingencial		9.529	14.635
Títulos Públicos	5a	530.039	258.956	Gestão Previdencial	7a	466	6.149
Créditos Privados e Depósitos	5b	167.398	276.421	Gestão Administrativa	7b	8.792	8.216
Ações	5c	105.458	120.413	Investimentos		271	270
Fundos de Investimentos	5d	155.375	255.485	Patrimônio Social		984.629	938.276
Investimentos Imobiliários	5e	8.919	8.901	Patrimônio de Cobertura do Plano		665.021	620.005
Empréstimos	5f	21.808	21.975	Provisões Matemáticas	8	803.228	694.870
Depósitos Judiciais/Recursais		263	263	Benefícios Concedidos		313.290	207.161
Outros Realizáveis		4	4	Benefícios a Conceder		489.938	487.709
Permanente		230	321	Equilíbrio Técnico	9	(138.207)	(74.865)
Imobilizado		181	263	Resultados Realizados		(138.207)	(74.865)
Intangível		49	58	(-) Déficit Técnico Acumulado		(138.207)	(74.865)
				Fundos		319.608	318.271
				Fundos Previdenciais	11a	278.846	277.010
				Fundos Administrativos	11b	37.210	38.367
				Fundos dos Investimentos	11c	3.552	2.894
Total do Ativo		1.002.090	954.462	Total do Passivo		1.002.090	954.462

Quadro II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado

R\$ mil

	DESCRIÇÃO	2014	2013	Variacão (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	938.276	961.159	-2,38%
	1. Adi�es	84.670	26.641	217,82%
(+)	Contribui�es Previdenciais	16.972	16.049	5,75%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	51.961	-	100,00%
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	5.683	199	2755,78%
(+)	Receitas Administrativas	7.109	7.961	-10,70%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.287	977	134,08%
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	-	1.019	-100,00%
(+)	Constitui�o de Fundos de Investimento	658	436	50,92%
	2. Destina�es	(38.317)	(49.524)	-22,63%
(-)	Benefícios	(27.764)	(19.658)	41,24%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(19.707)	-100,00%
(-)	Despesas Administrativas	(9.977)	(10.159)	-1,79%
(-)	Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	(576)	-	100,00%
	3. Acréscimos/Decréscimos no Patrimônio Social (1+2)	46.353	(22.883)	-302,57%
(+/-)	Provisões Matemáticas	108.358	62.306	73,91%
(+/-)	Déficit Técnico do Exercício	(63.342)	(85.730)	-26,11%
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.836	307	498,05%
(+/-)	Fundos Administrativos	(1.157)	(202)	472,77%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	658	436	50,92%
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	984.629	938.276	4,94%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstra es contábeis.

Quadro III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do PPC - Plano de Previdência Complementar

R\$ mil

	DESCRI�O	2014	2013	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	878.809	902.683	-2,64%
	1. Adi�es	74.008	16.287	354,40%
(+)	Contribui�es	17.554	16.058	9,32%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	50.736	-	100,00%
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	5.718	229	2396,94%
	2. Destina�es	(28.841)	(40.161)	-28,19%
(-)	Benefícios	(26.213)	(18.128)	44,60%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(19.762)	-100,00%
(-)	Custeio Administrativo	(2.628)	(2.271)	15,72%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	45.167	(23.874)	-289,19%
(+/-)	Provisões Matemáticas	106.146	61.333	73,07%
(+/-)	Fundos Previdenciais	2.363	524	350,95%
(+/-)	Déficit Técnico do Exercício	(63.342)	(85.731)	-26,12%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	923.976	878.809	5,14%
	C) Fundos não Previdenciais	40.625	41.144	-1,26%
(+/-)	Fundos Administrativos	37.073	38.250	-3,08%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	3.552	2.894	22,74%

Quadro IV - Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV

R\$ mil

	DESCRI�O	2014	2013	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	18.205	17.449	4,33%
	1. Adi�es	3.308	2.352	40,65%
(+)	Contribui�es	2.083	2.297	-9,32%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.225	55	2127,27%
	2. Destina�es	(1.623)	(1.596)	1,69%
(-)	Benefícios	(1.551)	(1.530)	1,37%
(-)	Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(35)	(30)	16,67%
(-)	Custeio Administrativo	(37)	(36)	2,78%
	3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	1.685	756	122,88%
(+/-)	Provisões Matemáticas	2.212	973	127,34%
(+/-)	Fundos Previdenciais	(527)	(217)	142,86%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	19.890	18.205	9,26%
	C) Fundos não Previdenciais	138	117	17,95%
(+/-)	Fundos Administrativos	138	117	17,95%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstra es contábeis.

Demonstrações Contábeis

Quadro V - Demonstração do Ativo Líquido do PPC - Plano de Previdência Complementar

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
1. Ativos	971.818	926.993	4,84%
Disponível	368	279	31,90%
Recebível	39.587	40.570	-2,42%
Investimento	931.863	886.144	5,16%
Títulos Públicos	502.940	257.493	95,32%
Créditos Privados e Depósitos	167.398	261.251	-35,92%
Ações	98.447	112.694	-12,64%
Fundos de Investimento	132.096	223.575	-40,92%
Investimentos Imobiliários	8.919	8.901	100,00%
Empréstimos	21.808	21.975	-0,76%
Depósito Judiciais/Recursais	251	251	0,00%
Outros Realizáveis	4	4	0,00%
2. Obrigações	7.217	7.040	2,51%
Operacional	6.751	857	687,75%
Contingencial	466	6.183	-92,46%
3. Fundos não Previdenciais	40.625	41.144	-1,26%
Fundos Administrativos	37.073	38.250	-3,08%
Fundos dos Investimentos	3.552	2.894	22,74%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	923.976	878.809	5,14%
Provisões Matemáticas	784.887	678.741	15,64%
Deficit Técnico do Exercício Acumulado	(138.207)	(74.865)	84,61%
Fundos Previdenciais	277.296	274.933	0,86%
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado	(138.207)	-	-
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	(138.207)	-	-
b) Ajuste de Precificação	64.613	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(73.594)	-	-

Nota: Não está sendo apresentada a apuração do Equilíbrio técnico ajustado para o exercício de 2013, conforme previsto no art. 14 da Instrução PREVIC nº 19 de 05 de fevereiro de 2015, uma vez que tal disposição foi incluída somente na Resolução CNPC nº 16, de 24 de novembro de 2014, ou seja, posterior à publicação das Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Vide Nota Explicativa 10 para detalhes do Ajuste de precificação.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Quadro VI - Demonstração do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV

	R\$ mil		
DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
1. Ativos	20.443	18.675	9,47%
Disponível	87	52	67,31%
Recebível	138	117	17,95%
Investimentos	20.218	18.506	9,25%
Títulos Públicos	6.785	421	1511,64%
Créditos Privados e Depósitos	-	75	-100,00%
Ações	2.020	2.181	-7,38%
Fundos de Investimentos	11.401	15.817	-27,92%
Depósitos Judiciais/Rekursais	12	12	0,00%
2. Obrigações	415	353	17,56%
Operacional	144	117	23,08%
Contingencial	271	236	14,83%
3. Fundos não Previdenciais	138	117	17,95%
Fundos Administrativos	138	117	17,95%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	19.890	18.205	9,26%
Provisões Matemáticas	18.341	16.129	13,71%
Fundos Previdenciais	1.549	2.076	-25,39%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Quadro VII - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - PGA (Consolidada)

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	38.367	38.569	-0,52%
1. Custeio da Gestão Administrativa	9.397	9.957	-5,62%
1.1 Receitas	9.397	9.957	-5,62%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.666	2.307	15,56%
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.377	5.582	-21,59%
Taxa de Administração de Empréstimos	33	26	26,92%
Resultado Positivo dos Investimentos	2.288	977	134,19%
Reversão de Contingências	-	1.018	-100,00%
Outras Receitas	33	47	-29,79%
2. Despesas Administrativas	10.554	10.159	3,89%
2.1. Administração Previdencial	5.438	5.008	8,59%
Pessoal e Encargos	3.487	3.676	-5,14%
Treinamento/Congressos e Seminários	22	27	-18,52%
Viagens e Estadias	134	132	1,52%
Serviços de Terceiros	391	256	52,73%
Despesas Gerais	764	760	0,53%
Depreciação e Amortizações	64	73	-12,33%
Contingências	576	-	100,00%
Outras Despesas	-	84	-100,00%
2.2. Administração dos Investimentos	5.116	5.151	-0,68%
Pessoal e Encargos	3.689	3.768	-2,10%
Treinamento/Congressos e Seminários	17	31	-45,16%
Viagens e Estadias	109	123	-11,38%
Serviços de Terceiros	450	326	38,04%
Despesas Gerais	787	760	3,55%
Depreciação e Amortizações	64	73	-12,33%
Outras Despesas	-	70	-100,00%
4. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(1.157)	(202)	472,77%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(1.157)	(202)	472,77%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	37.210	38.367	-3,02%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Quadro VIII - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Previdência Complementar - PPC

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	934.747	888.745	5,18%
1. Provisões Matemáticas	784.887	678.741	15,64%
1.1 Benefícios Concedidos	306.189	200.889	52,42%
Benefício Definido	306.189	200.889	52,42%
1.2 Benefício a Conceder	478.698	477.852	0,18%
Benefício Definido	478.698	477.852	0,18%
2. Equilíbrio Técnico	(138.207)	(74.865)	84,61%
2.1 Resultados Realizados	(138.207)	(74.865)	84,61%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(138.207)	(74.865)	84,61%
3. Fundos	280.848	277.828	1,09%
3.1 Fundos Previdenciais	277.296	274.934	0,86%
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.552	2.894	22,74%
4. Exigível Operacional	6.751	857	687,75%
4.1 Gestao Previdencial	2.441	842	189,90%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	4.310	15	28633,33%
5. Exigível Contingencial	468	6.184	-92,43%
5.1 Gestão Previdencial	209	5.926	-96,47%
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	259	258	0,39%

Quadro IX - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano FIPECqPREV

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	20.306	18.558	9,42%
1. Provisões Matemáticas	18.342	16.129	13,72%
1.1 Benefícios Concedidos	7.102	6.272	13,23%
Benefício Definido	7.102	6.272	13,23%
1.2 Benefício a Conceder	11.240	9.857	14,03%
Contribuição Definida	11.240	9.857	14,03%
Saldo de Contas - parcela participantes	11.240	9.857	14,03%
3. Fundos	1.549	2.076	-25,39%
3.1 Fundos Previdenciais	1.549	2.076	-25,39%
4. Exigível Operacional	144	117	23,08%
4.1 Gestao Previdencial	144	117	23,08%
5. Exigível Contingencial	271	236	14,83%
5.1 Gestão Previdencial	259	224	15,63%
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	12	12	0,00%

(a) Valor relativo aos Benefícios dos participante do Plano de Previdência Especial - PPE, incorporado em 31/01/2011, que já se encontravam em gozo de benefícios, conforme mencionado na Nota Explicativa 13.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013.

1. Contexto Operacional

A FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA (“FIPECq” ou “Fundação”) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, multipatrocinada, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação, conforme Portaria MPAS nº 1566 de 18 de maio de 1977, publicada no Diário Oficial da União em 31/05/1979. A Fundação iniciou suas atividades em 1979, e tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários, acessíveis aos servidores e/ou empregados das Patrocinadoras e aos do seu próprio quadro de empregados. É regida pelas Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29.05.2001, Decretos e Normas regulamentadores aplicáveis.

A FIPECq administra dois planos de benefícios, sendo:

- PPC – Plano de Previdência Complementar, multipatrocinado na modalidade de Benefício Definido – BD, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 1979001618, que tem como Patrocinadoras:
 - o FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
 - o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
 - o CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 - o INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
 - o INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
 - o FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA.
 - FIPECqPREV - instituído pela Caixa de Assistência Social da FIPECq – FIPECq Vida, na modalidade de Contribuição Definida, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 2006002929.
- Os recursos administrados pela FIPECq são oriundos das contribuições das Patrocinadoras, dos Participantes ativos e assistidos, dos Autopatrocinados

e dos rendimentos das aplicações desses recursos, conforme estabelece a legislação vigente.

A FIPECq possuía, em 31 de dezembro, as seguintes quantidades de participantes:

	31/12/2014			31/12/2013		
	PPC	FIPECqPREV	TOTAL	PPC	FIPECqPREV	TOTAL
Ativos	650	1.385	2.035	670	1.457	2.127
Autopatrocínados	22	7	29	22	8	30
Assistidos	350	11	361	307	14	321
TOTAL	1.022	1.403	2.425	999	1.479	2.478

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis da Fundação foram elaboradas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC publicaram normas com procedimentos contábeis para as EFPC, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, cabendo ressaltar as seguintes matérias:

I - Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002 - estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários das entidades fechadas de previdência complementar;

II - Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, - divulga a Planificação Contábil Padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis, e normas gerais de procedimentos contábeis; e

III - Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 - estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, e dá outras providências.

IV - Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NTB 11 e estabelece critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das

Notas Explicativas

notas explicativas a serem adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

As normas contábeis aplicáveis às EFPC preveem a apresentação dos seguintes demonstrativos contábeis:

I - Balanço Patrimonial (consolidado);

II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada);

III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial);

IV - Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial);

V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada);

VI - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial);

VII - Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis (consolidadas).

As demonstrações contábeis são expressas em moeda corrente (Reais) mil e de forma comparativa com o exercício anterior, na data de 31 de dezembro de cada exercício.

A estrutura contábil das EFPC's segrega os registros contábeis em: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

Os registros contábeis respeitam a autonomia patrimonial dos planos de benefícios previdenciais, de modo a identific -los, separadamente, bem como o plano de gestão administrativa, em consonância com o que determinam a Resolução do CNPC n  8, de 31.10.2011, a Instrução SPC de 24 de setembro de 2009 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n  1.272 de 22 de janeiro de 2010.

O exercício social coincide com o ano civil. Os registros contábeis seguem o Princípio da Competência para registro das Receitas e Despesas, excetuando-se as Receitas decorrentes de recebimento de contribuições de auto-patrocinados

e de participantes do plano de benefícios instituído – FIPECqPREV, que se encontram registradas pelo regime de caixa, conforme permitido pela Resolução CNPC nº 8/2011.

As principais práticas contábeis são:

2.1 - Realizável

Os ativos previdenciais, administrativos e de investimentos, são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.1.1 - Investimentos

As Carteiras de Investimentos dos planos de benefícios e do Plano de gestão administrativa – PGA são constituídas pelas aplicações em: Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimentos, Investimentos Imobiliários, Empréstimos e Outros Realizáveis. A gestão dos investimentos é realizada por meio de segregação real dos ativos por planos de benefícios e PGA.

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas, fundos e provisões passivas estão em conformidade com a Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional – CMN, de 24/09/2009 e alterações posteriores.

O registro contábil dos investimentos é efetuado por tipo de ativo, como segue:

- Títulos Públicos – São classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e “títulos para negociação”, sendo que os “títulos mantidos até o vencimento” são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma *pro rata die* até a data de encerramento do balanço. Para os “títulos para negociação”, além da prática mencionada anteriormente, ainda são ajustados ao valor provável de realização na data do balanço, conforme a metodologia da curva de juros de mercado com base na ETTJ – Estrutura a Termo da Taxa de Juros divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capital - ANBIMA.
- Créditos Privados e Depósitos – São classificados na categoria de “títulos para negociação”, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma *pro rata die* até a data de encerramento do

balanço e ajustados ao valor provável de realização na data do balanço, conforme precificação do título a mercado, sendo deduzidas, quando aplicável, das provisões para perdas. Os títulos em que não há metodologia de precificação a mercado na data de elaboração das Demonstrações Contábeis, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma *pro rata die* até a data de encerramento do balanço, sendo deduzidas, quando aplicável das provisões para perdas.

- **Ações** - As ações são registradas pelo custo de aquisição acrescido das despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado na data do balanço, considerando a cotação de fechamento do mercado no último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme determina a Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008.
- **Fundos de Investimentos** - Estão demonstrados pelo valor da cota patrimonial do fundo divulgada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), multiplicada pela quantidade de cotas pertencentes à Fundação em 31 de dezembro de cada ano.
- **Investimentos imobiliários** - Está avaliado pelo custo de aquisição, deduzida da depreciação calculada pelo método linear, à taxa correspondente ao tempo de vida útil econômica remanescente.
- **Empréstimos** - São contabilizados pelos valores dos empréstimos concedidos, acrescidos dos juros contratuais, deduzidos das parcelas já pagas até o encerramento do balanço e também das parcelas em inadimplências, que são absorvidas pelo Fundo dos Investimentos, assim, não sendo requerida constituição de provisão para perda. A remuneração é calculada em bases mensais e apropriada às contas de resultado.

2.2 - Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa

Na constituição de provisão para perda de investimentos são consideradas as avaliações da Administração quanto a riscos e incertezas e, para Direitos creditórios de liquidação duvidosa, são observados os seguintes critérios estabelecidos no Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 2009:

- I - 25% (vinte e cinco por cento), para atrasos entre 61 e 120 dias;
- II - 50% (cinquenta por cento), para atrasos entre 121 e 240 dias;

III - 75% (setenta e cinco por cento), para atrasos entre 241 e 360 dias;
IV - 100% (cem por cento), para atrasos superiores a 360 dias.

2.3 - Ativo Permanente

Os valores são demonstrados pelo custo de aquisição, depreciados ou amortizados pelo método linear, calculado de acordo com o prazo estimado de vida útil ou de amortização.

2.4 - Exigível Operacional

Está demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, de encargos e variações monetárias, e é representado por obrigações previdenciárias assumidas com os participantes assistidos, bem como compromissos administrativos e de investimentos.

2.5 - Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas em conformidade com a Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho de 2009 com base na avaliação dos assessores jurídicos.

A administração da FIPECq entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de processos administrativos ou judiciais.

2.6 - Provisões Matemáticas

São apuradas com base em cálculos atuariais procedidos por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento de cada exercício, englobando os benefícios concedidos e a conceder aos participantes ativos e assistidos. Os registros são efetuados levando-se em consideração as hipóteses atuariais do Plano de Benefício descritas na Nota explicativa nº 8.

2.7 - Equilíbrio Técnico

Representa o resultado financeiro apurado do plano de benefícios, que pode ser superavitário ou deficitário:

- Superávit técnico acumulado - Caso o Patrimônio de Cobertura do Plano se mostre superior à constituição das provisões matemáticas, o excesso financeiro é registrado como Superávit acumulado. Inicialmente, o valor é contabilizado na conta Reserva de Contingência, até que o saldo atinja o valor correspondente a 25% das Provisões Matemáticas do Plano. Posteriormente, existindo saldo excedente a este limite, deverá ser contabilizada como Reserva Especial para

Revisão de Planos, que, ao apresentar saldo por 3 anos consecutivos, deverá ser destinado em revisão do plano a ser preparada por atuário, nos termos da legislação vigente.

- Déficit técnico acumulado - Caso o Patrimônio de Cobertura do Plano se mostre inferior à constituição das provisões matemáticas, a insuficiência financeira é registrada como déficit. Em caso de ocorrer déficit acumulado superior a 10% das Provisões Matemáticas ou por três anos consecutivos de déficit, mesmo que inferior a tal limite, deverá ser elaborado plano de equacionamento do déficit conforme legislação em vigor.

2.8 - Constituição de Fundos

- Fundos Previdenciais - Constituídos com base em avaliação atuarial e com destinação específica conforme detalhado na Nota explicativa nº 11, de acordo com o art. 5º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.
- Fundo Administrativo - O Fundo administrativo destina-se à cobertura das despesas administrativas da EFPC na administração dos seus planos de benefícios.
- Fundos dos Investimentos (Fundo de Seguro de Empréstimo/Financiamento) - A constituição do Fundo de empréstimos/financiamentos destina-se à cobertura de risco de não recebimento temporário de parte dos créditos de empréstimos a participantes e quitação do saldo remanescente no caso de óbito do participante mutuário.

2.9 - Custeio da Gestão Administrativa

A Resolução CGPC nº 29/2009 dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

São fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios operado pela Fundação, segundo o regulamento do PGA, a dotação inicial oriunda do fundo administrativo, as contribuições dos participantes e

assistidos, as contribuições dos patrocinadores e instituidores, caso ocorram, e o resultado dos investimentos e doações.

O limite de custeio administrativo, respeitado os estabelecidos pela regulamentação em vigor e pelo orçamento anual aprovado pelo Conselho Deliberativo para o exercício de 2014, foi de 0,75% (0,88% - 2013) do montante dos recursos garantidores (Investimentos + Disponível – exigível operacional dos investimentos - exigível contingencial dos investimentos).

2.10 - Apuração do Superávit ou Déficit do Exercício

O superávit ou déficit do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

2.11 - Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem

i) provisão para perda dos Investimentos, ii) vida útil remanescente do investimento imobiliário; iii) provisões contingenciais, iv) provisões matemáticas, v) fundos previdenciais e vi) fundo dos investimentos.

3. Realizável da Gestão Previdencial

		R\$ (mil)	
		2014	2013
Recursos a Receber – PPC	(a)	2.308	2.126
Depósitos Judiciais/Recurrais		207	194
Custo Suplementar Não Amortizado – PPC		40.991	36.963
(-) Provisão para perdas	(b)	(40.991)	(36.963)
		2.515	2.320

(a) Os recursos a receber decorrem das contribuições normais devidas pelas patrocinadoras e participantes com vencimento previsto para recebimento no início do mês seguinte; e

(b) A Fundação tem a receber de suas patrocinadoras IPEA, CNPq, INPE e INPA valores referentes ao custo suplementar às Reservas não Amortizadas dos Benefícios Concedidos (por tempo de contribuição, especial e idade) que deixaram de ser pagos quando da implementação do RJU – Regime Jurídico Único. Este valor a receber foi apurado consoante parecer atuarial JM/1602/94 – emitido por Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. Em exercícios anteriores, foi constituída provisão para fazer face ao eventual não recebimento desse valor, que em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é apresentado atualizado pela SELIC. Em 10/08/2005 a Fundação ingressou com Ação de

Notas Explicativas

Cobrança Judicial dos valores na Justiça Federal. A composição do saldo por patrocinadora é como segue:

	2014	R\$ (mil) 2013
Custo Suplementar Não Amortizado - PPC		
IPEA	19.952	17.992
CNPq	16.720	15.077
INPE	3.573	3.222
INPA	746	672
	<u>40.991</u>	<u>36.963</u>

4. Realizável da Gestão Administrativa

O saldo em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	2014	R\$ (mil) 2013
Contribuições para custeio	401	368
Responsabilidade de empregados	23	29
Responsabilidade de terceiros	4	7
Despesas Antecipadas	115	72
Outros realizáveis	68	68
Depósitos Judiciais/Recursais (a)	8.796	8.221
	<u>9.407</u>	<u>8.765</u>

(a) O saldo refere-se substancialmente aos valores depositados mensalmente em função da apuração do PIS e COFINS. A Fundação está em discussão judicial sobre a apuração de tais tributos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7b. Este valor encontra-se provisionado no passivo.

5. Realizável dos Investimentos

As carteiras de investimentos dos Planos de Benefícios: PPC, FIPECqPREV e PGA são constituídas das aplicações em: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimentos, imóveis, empréstimos e outros realizáveis, conforme demonstrado a seguir:

INVESTIMENTOS	PLANO PPC				PLANO FIPECqPREV				PLANO PGA				CONSOLIDADO			
	2014		2013		2014		2013		2014		2013		2014		2013	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)
TÍTULOS PÚBLICOS	502.940	53,97	257.493	29,06	6.785	33,75	421	2,28	20.314	56,10	1.042	2,76	530.039	53,58	258.956	27,48
Títulos Públicos Federais	502.940	53,97	257.493	29,06	6.785	33,75	421	2,28	20.314	56,10	1.042	2,76	530.039	53,58	258.956	27,48
CRÉDITOS PRIV.E DEPÓSITOS	167.398	17,96	261.251	29,48	-	-	75	0,41	-	-	15.095	39,97	167.398	16,92	276.421	29,34
Instituições Financeiras	143.835	15,43	216.509	24,43	-	-	-	-	-	-	14.927	39,52	143.835	14,54	231.436	24,56
Companhias Abertas	23.191	2,49	29.519	3,33	-	-	75	0,41	-	-	168	0,44	23.191	2,34	29.762	3,16
Companhias Fechadas	372	0,04	1.378	0,16	-	-	-	-	-	-	-	-	372	0,04	1.378	0,14
Outros Emissores	-	-	13.845	1,56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.845	1,48
AÇÕES	98.447	10,56	112.694	12,72	2.020	9,38	2.181	11,79	4.991	12,60	5.538	14,66	105.458	10,66	120.413	12,77
Instituições Financeiras	43.666	4,68	34.913	3,94	831	3,86	653	3,53	2.011	5,13	1.620	4,29	46.508	4,70	37.186	3,94
Companhias Abertas	54.781	5,88	77.781	8,78	1.189	5,52	1.528	8,26	2.980	7,47	3.918	10,37	58.950	5,96	83.227	8,83
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	132.096	14,18	223.576	25,23	11.401	56,81	15.816	85,47	11.878	31,30	16.093	42,60	155.375	15,71	255.485	27,10
Referenciado	5	-	46.200	5,21	7.570	37,23	11.580	62,59	853	2,32	5.496	14,55	8.428	0,85	63.276	6,71
Renda Fixa	45.360	4,87	13.710	1,55	2.579	12,76	2.451	13,24	7.306	18,33	5.374	14,23	55.245	5,59	21.535	2,29
Ações	43.630	4,68	103.591	11,69	1.250	5,90	1.692	9,14	2.448	6,33	3.556	9,41	47.328	4,78	108.839	11,54
Multimercado	6.369	0,69	11.852	1,34	2	0,92	93	0,50	615	2,64	56	0,15	6.986	0,71	12.001	1,27
Direitos Creditórios	8.958	0,96	17.216	1,94	-	-	-	-	656	1,68	1.611	4,27	9.614	0,97	18.827	2,00
Participações	24.709	2,65	27.014	3,05	-	-	-	-	-	-	-	-	24.709	2,50	27.014	2,87
Imobiliário	3.065	0,33	3.993	0,45	-	-	-	-	-	-	-	-	3.065	0,31	3.993	0,42
INVEST. IMOBILIÁRIOS	8.919	0,96	8.901	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	8.919	0,90	8.901	0,95
EMPRÉSTIMOS	21.808	2,34	21.975	2,48	-	-	-	-	-	-	-	-	21.808	2,20	21.975	2,33
DEPÓSITOS RECURSAIS	251	0,03	251	0,03	12	0,06	12	0,06	-	-	-	-	263	0,03	263	0,03
OUTROS REALIZÁVEIS	4	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4	-
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	931.863	100,00	886.145	100,00	20.218	100,00	18.505	100,00	37.183	100,00	37.768	100,00	989.264	100,00	942.418	100,00

a) Títulos Públicos

As aplicações em títulos públicos da carteira própria da FIPECq são compostas exclusivamente por Notas do Tesouro Nacional, sendo 211.000 NTN-B, no valor de R\$530.039 mil em dezembro de 2014 (R\$ 258.956 mil – 31/12/2013), correspondendo a 53,63% da carteira total, cabendo R\$ 502.940 mil ao plano PPC, R\$ 6.785 mil ao plano FIPECqPREV e R\$ 20.315 mil ao PGA. A composição do saldo por data de vencimento é assim apresentado:

R\$ mil

Vencimento	PLANO PPC		PLANO FIPECqPREV				PLANO PGA				CONSOLIDADO					
	2014	(%)	2013	(%)	2014	(%)	2013	(%)	2014	(%)	2013	(%)	2014	(%)	2013	(%)
15/05/2017	23.838	4,74	22.433	8,71	447	6,59	421	100,00	1.107	5,45	1.042	100,00	25.392	4,79	23.896	9,23
15/05/2019	25.604	5,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.604	4,83	-	-
15/08/2022	173.799	34,56	50.293	19,53	-	-	-	-	19.207	94,55	-	-	193.006	36,41	50.293	19,42
15/08/2030	19.014	3,78	-	-	6.338	93,41	-	-	-	-	-	-	25.352	4,78	-	-
15/05/2035	38.595	7,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38.595	7,28	-	-
15/08/2040	25.061	4,98	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.061	4,73	-	-
15/08/2050	197.029	39,18	184.767	71,76	-	-	-	-	-	-	-	-	197.029	37,17	184.767	71,35
TOTAL	502.940	100,00	257.493	100,00	6.785	100,00	421	100,00	20.314	100,00	1.042	100,00	530.039	100,00	258.956	100,00

Do total das NTN-B's do Plano PPC, somente aquela com vencimento em 15/05/2017 no valor de R\$ 22.838 mil foi classificada na categoria de "títulos para negociação" e, consequentemente, precificados a valor de mercado na data do balanço. Os demais títulos com vencimento entre 2019 a 2050 no valor de R\$ 479.102 mil foram classificados na categoria de "títulos mantidos até o vencimento" e precificados na curva do papel e foram alvo de ajuste de precificação, nos critérios da Resolução CNPC nº 16/2014, conforme detalhado na Nota explicativa nº 10.

Em função da taxa de juros atrativa, no exercício de 2014 foram compradas

Notas Explicativas

100.000 NTN-B's no valor de R\$ 246.087 mil. Foram adquiridos 90.000 títulos no valor de R\$221.187 mil para o plano PPC, 2.500 títulos, no valor de R\$ 6.144 mil para o plano FIPECqPREV classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Para o PGA, 7.500 títulos no valor de R\$18.756 mil, dos quais 2.500 registrados na categoria títulos mantidos até o vencimento e 5.000 registrados na categoria títulos para negociação. A diferença entre a valorização pela curva e pelo valor de mercado tem sido irrelevante.

No exercício de 2014 foram recebidos R\$ 22.732 mil de juros relativos às NTN-B's, cabendo R\$ 22.280 mil ao plano PPC, R\$ 26 mil ao plano FIPECqPREV e R\$ 426 mil ao plano PGA.

b) Créditos Privados e Depósitos

Os investimentos em Créditos Privados e Depósitos estão alocados em títulos de emissão de Instituições Financeiras, Companhias Abertas e Companhias Fechadas totalizando R\$167.398 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 276.421 mil – 31/12/2013). Os ativos desta modalidade pertencem à carteira do plano PPC. As aplicações em Instituições Financeiras, DPGE e LF, totalizaram R\$ 143.835 mil, correspondendo a 85,93%, e em Créditos Privados, Debêntures e CCB, o valor de R\$ 35.631 mil, com a participação de 14,07%.

A composição da carteira por emitente e papel é assim demonstrada:

CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	PLANO PPC				PLANO FIPECqPREV				PLANO PGA				CONSOLIDADO			
	2014	(%)	2013	(%)	2014	(%)	2013	(%)	2014	(%)	2013	(%)	2014	(%)	2013	(%)
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	143.835	85,92	216.509	82,87	-	-	-	-	14.927	98,88	143.835	85,92	231.436	83,73		
CDB - Certificado de Dep.Bancário	-	-	19.368	7,41	-	-	-	-	-	-	-	-	19.368	7,01		
ITAU UNIBANCO S/A	-	-	19.368	7,41	-	-	-	-	-	-	-	-	19.368	7,01		
DPGE/FGC-Depósito Prazo c/	105.713	63,15	164.442	62,94	-	-	-	-	14.927	98,88	105.713	63,15	179.369	64,89		
BANCO MODAL S/A	-	-	9.374	3,59	-	-	-	-	-	-	-	-	9.374	3,39		
BANCO INDUSVAL S/A	-	-	9.162	3,51	-	-	-	-	7.409	49,08	-	-	16.571	5,99		
BANCO PINE S/A	-	-	17.701	6,78	-	-	-	-	-	-	-	-	17.701	6,40		
BANCO BMG S/A	-	-	17.992	6,89	-	-	-	-	-	-	-	-	17.992	6,51		
BCO. BONSUCESSO S/A	-	-	17.488	6,69	-	-	-	-	-	-	-	-	17.488	6,33		
OMNI S/A CFI	22.307	13,33	19.694	7,54	-	-	-	-	-	-	22.307	13,33	19.694	7,12		
BANCO MAXIMA S/A	16.952	10,13	14.646	5,61	-	-	-	-	-	-	16.952	10,13	14.646	5,30		
BANCO BICBANCO S/A	16.775	10,02	14.771	5,65	-	-	-	-	-	-	16.775	10,02	14.771	5,34		
BANCO SEMEAR S/A	16.617	9,93	14.712	5,63	-	-	-	-	-	-	16.617	9,93	14.712	5,32		
BANCO FIBRA S/A	14.322	8,56	12.562	4,81	-	-	-	-	-	-	14.322	8,56	12.562	4,54		
BANCO BANIF S.A	9.326	5,57	8.130	3,11	-	-	-	-	-	-	9.326	5,57	8.130	2,94		
BANCO BMB S/A	9.414	5,62	8.212	3,14	-	-	-	-	-	-	9.414	5,62	8.212	2,97		
BANCO SOFISA S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	7.518	49,80	-	-	7.518	2,72		
LF - Letra Financeira	38.122	22,77	32.698	12,52	-	-	-	-	-	-	38.122	22,77	32.698	11,83		
BANCO BMG S/A	13.349	7,97	11.721	4,49	-	-	-	-	-	-	13.349	7,97	11.721	4,24		
BANCO BRB S.A	13.139	7,85	11.126	4,26	-	-	-	-	-	-	13.139	7,85	11.126	4,03		
ITAU UNIBANCO S/A	11.634	6,95	9.851	3,77	-	-	-	-	-	-	11.634	6,95	9.851	3,56		
COMPANHIAS ABERTAS	23.192	13,85	29.519	11,30	-	-	75	100,00	-	-	168	1,12	23.192	13,85	29.762	10,77
DNC - Debênture N/Conversível	11.103	6,63	13.976	5,35	-	-	75	100,00	-	-	168	1,12	11.103	6,63	14.219	5,14
CEMIG S/A.	-	-	3.499	1,34	-	-	75	100,00	-	-	168	1,12	-	-	3.743	1,35
CTBC TELECOM S/A	11.103	6,63	10.477	4,01	-	-	-	-	-	-	-	-	11.103	6,63	10.477	3,79
CCB - Cedula de Credito Bancário	12.089	7,22	15.543	5,95	-	-	-	-	-	-	12.089	7,22	15.543	5,62		
CASAN S/A	12.089	7,22	15.543	5,95	-	-	-	-	-	-	12.089	7,22	15.543	5,62		
COMPANHIAS FECHADAS	371	0,22	1.378	0,53	-	-	-	-	-	-	371	0,22	1.378	0,50		
CCB - Cedula de Credito Bancário	371	0,22	1.378	0,53	-	-	-	-	-	-	371	0,22	1.378	0,50		
CANGURU S/A	371	0,22	1.378	0,53	-	-	-	-	-	-	371	0,22	1.378	0,50		
OUTROS EMISSORES	-	-	13.845	5,30	-	-	-	-	-	-	-	-	13.845	5,01		
CCI -Cedula de Credito Imob.	-	-	13.845	5,30	-	-	-	-	-	-	-	-	13.845	5,01		
RSEB - REAL.SOC.ESPANHOLA	-	-	13.845	5,30	-	-	-	-	-	-	-	-	13.845	5,01		
TOTAL	167.398	100,00	261.251	100,00	-	-	75	100,00	-	-	15.096	100,00	167.398	100,00	276.421	100,00

As alocações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE's, títulos indexados ao IPCA/IBGE, emitidos por Instituições Financeiras, atingiram R\$ 105.713 mil, representando 63,15% da carteira de créditos e depósitos em 31 de dezembro de 2014. Esses depósitos têm garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que é uma entidade privada, sem fins lucrativos, destinada a administrar mecanismo de proteção a titulares de créditos contra instituições financeiras até valor máximo de R\$ 20.000 mil por título.

Os demais ativos somaram R\$ 61.684 mil e encontravam alocados em Letras Financeiras - LF, Debêntures Não Conversíveis - DNC e Cédulas de Crédito Bancário - CCBI, emitidas pelas Companhias Abertas e Fechadas. As aplicações são indexadas ao IPCA/IBGE (R\$ 48.335 mil) e ao CDI/CETIP (R\$ 13.349 mil).

c) Ações

Em 31/12/2014 a carteira de ações alcançou R\$105.458 mil e está constituída pelos investimentos no Mercado de Ações - à Vista (R\$ 105.022 mil), Dividendos e Juros de Capitais a receber (R\$ 436 mil). A carteira do plano PPC atingiu R\$ 98.447 mil, do FIPECqPREV R\$ 2.020 mil e do PGA R\$ 4.991 mil, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	PLANO PPC						PLANO FIPECqPREV						PLANO P6A						CONSOLIDADO								
	2014			2013			2014			2013			2014			2013			2014			2013					
	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)			
Mercado à Vista																											
AES TIETE / PN	42.246	765	0,77	42.246	806	0,78	792	14	0,69	792	15	0,74	1.962	36	0,72	1.962	37	0,71	45.000	815	0,77	45.000	858	0,77			
BANCO DO BRASIL / ON	178.372	4.240	4,27	178.372	4.352	4,20	3.344	79	3,88	3.344	82	4,03	8.284	197	3,92	8.284	202	3,85	190.000	4.516	4,25	190.000	4.636	4,18			
BMFBOVESPA / ON	311.787	3.071	3,10	311.787	3.448	3,32	5.844	58	2,85	5.844	65	3,20	14.481	143	2,84	14.481	160	3,05	332.112	3.272	3,08	332.112	3.673	3,31			
BRADESCO / PN	522.343	18.313	18,46	478.899	13.931	13,43	9.801	344	16,91	80	261	12,84	23.798	834	16,59	22.388	651	12,40	555.942	19.491	18,34	501.367	14.843	13,37			
BRF BRASIL FOODS / ON	228.800	14.515	14,63	214.264	10.553	10,17	5.648	358	17,60	5.174	255	12,54	11.352	720	14,32	10.562	520	9,91	245.800	15.593	14,67	230.000	11.328	10,20			
CCR/ON	223.500	3.444	3,47	223.500	3.972	3,83	15.500	239	11,75	15.500	275	13,53	###	555	11,04	36.000	640	12,20	275.000	4.238	3,99	275.000	4.887	4,40			
CRUZEIRO DO SUL / PN	469.400	1.169	1,18	469.400	1.169	1,13	8.800	22	1,08	8.800	22	1,08	21.800	54	1,07	21.800	54	1,03	500.000	1.245	1,17	500.000	1.245	1,12			
ELETRORBRAS / ON	-	-	-	131.432	772	0,74	-	-	-	2.464	14	0,69	-	-	-	6.104	36	0,69	-	-	-	140.000	822	0,74			
GAFISA / ON	-	-	-	469.400	1.657	1,60	-	-	-	8.800	31	1,52	-	-	-	21.800	77	1,47	-	-	-	500.000	1.765	1,59			
IOCHP-MAXION / ON	110.700	1.351	1,36	110.700	2.895	2,79	1.000	12	0,59	1.000	26	1,28	3.000	37	0,74	3.000	78	1,49	114.700	1.400	1,32	114.700	2.999	2,70			
ITAUBANCO / PN	599.870	20.755	20,92	521.082	16.336	15,75	11.600	401	19,71	9.754	306	15,05	27.854	964	19,18	24.004	753	14,35	639.324	22.120	20,82	554.840	17.395	15,67			
JOÃO FORTES / ON	683.110	3.060	3,08	683.910	4.069	3,92	12.823	58	2,85	12.823	76	3,74	31.767	142	2,82	31.767	189	3,60	727.700	3.260	3,07	728.500	4.334	3,90			
JOÃO FORTES / OND	245.092	37	0,04	-	-	-	4.601	1	0,05	-	-	-	11.398	2	0,04	-	-	-	40	0,04	-	-	-	-			
JÚLIO SIMÕES / ON	194.000	2.473	2,49	-	-	-	2.000	26	1,28	-	-	-	4.000	51	1,01	-	-	-	2.550	2,40	-	-	-	-			
KARSTEN / PN	-	-	-	38.772	31	0,03	-	-	-	727	1	0,05	-	-	-	1.801	2	0,04	-	-	-	41.300	34	0,03			
LIGHT/ON	-	-	-	111.200	2.460	2,37	-	-	-	3.000	66	3,25	-	-	-	5.800	128	2,44	-	-	-	120.000	2.654	2,39			
LOG-IN / ON	-	-	-	191.515	1.570	1,51	-	-	-	3.590	29	1,43	-	-	-	8.895	73	1,39	-	-	-	204.000	1.672	1,51			
LOJAS MARISA / ON	-	-	-	68.100	1.267	1,22	-	-	-	1.000	19	0,93	-	-	-	2.300	43	0,82	-	-	-	71.400	1.329	1,20			
LOJAS RENNER / ON	28.465	2.177	2,19	28.465	1.736	1,67	659	50	2,46	659	40	1,97	1.376	105	2,09	1.376	84	1,60	30.500	2.332	2,19	30.500	1.860	1,68			
MILLS / ON	92.000	879	0,89	-	-	-	2.000	19	0,93	-	-	-	6.000	57	1,13	-	-	-	100.000	955	0,90	-	-	-			
P. AÇUCAR - CBD / PN	27.019	2.665	2,69	27.019	2.835	2,73	507	50	2,46	507	53	2,61	1.255	124	2,47	1.255	132	2,52	28.781	2.839	2,67	28.781	3.020	2,72			
PETROBRAS / PN	913.744	9.156	9,23	639.744	10.927	10,53	12.573	126	6,19	5.573	95	4,67	49.976	501	9,97	30.976	529	10,08	976.293	9.783	9,21	676.293	11.551	10,40			
VALE/ PNA	579.090	11.136	11,23	579.090	18.954	18,27	9.225	177	8,70	9.225	302	14,85	26.285	505	10,05	26.285	860	16,39	614.600	11.818	11,12	614.600	20.116	18,12			
Subtotal	99.206	100,00		103.740	100,00		2.034	100,00		2.033	100,00		5.027	100,00		5.248	100,00		106.267	100,00		111.021	100,00				
A receber (-) Provisão (759)				8.954			(14)			148			(36)			290			(809)			9.392					
TOTAL	98.447			112.694			2.020			2.181			4.991			5.538			105.458			120.413					

O Mercado de Ações à Vista abriga papéis de diversas empresas. Destacam-se as de maior volume financeiro e participação na carteira: Itaúbanco/PN R\$ 22.120 mil (20,98%), Bradesco/PN R\$ 19.491 mil (18,48%), BRF/ON R\$ 15.593 mil (14,79%) e Vale/PNA R\$ 11.818 mil (11,21%).

O decréscimo no saldo da carteira em 2014 foi devido substancialmente à desvalorização das cotações das ações na bolsa de valores no ano, no montante de R\$ 10.361 mil. As compras de ações atingiram R\$ 54.795 mil. O maior volume financeiro foi destinado à aquisição de ações da Petrobras/PN (R\$ 42.197 mil), seguido das ações da Julio Simões/ON (R\$ 3.082 mil), da Mills/ON (R\$ 3.005 mil) e da Vale/PNA (R\$ 2.808 mil). As vendas de ações alcançaram R\$ 44.701 mil, e os papéis mais negociados foram Petrobras/PN (R\$ 38.477 mil), Vale/PNA (R\$ 2.745 mil) e LIGHT/ON (R\$ 2.109 mil). As operações de compra e venda da Petrobras referem-se a alocações táticas de curto prazo no mercado a vista e no de opções. No exercício de 2014 foram recebidos de dividendos e juros de capital o valor de R\$ 5.005 mil.

Permanece registrado em provisão para perdas o montante de R\$ 1.314 mil, correspondente ao valor contábil das ações do Banco Cruzeiro do Sul de R\$ 1.245 mil e da empresa Gazeta Mercantil S.A de R\$ 69 mil.

d) Fundos de Investimento

As aplicações em Fundos de Investimentos alcançaram R\$ 155.375 mil, representando 15,70% dos investimentos administrados pela Fundação: PPC em R\$ 132.096 mil, do FIPECqPREV R\$ 11.401 mil e do PGA R\$ 11.878 mil.

As aplicações se encontram distribuídas nas seguintes espécies de fundos: Referenciados, Renda Fixa, Ações, Multimercado, Direitos Creditórios, Participações e Imobiliário. A composição do saldo por Fundo de Investimento pode ser assim demonstrada:

		R\$ mil															
FUNDOS	ESPÉCIE	PLANO PPC				PLANO FIPECqPREV				PLANO PGA				CONSOLIDADO			
		2014	(%)	2013	(%)	2014	(%)	2013	(%)	2014	(%)	2013	(%)	2014	(%)	2013	(%)
BNP PARIBAS OPTIMUN DI FI	Referenciado	5	0,00	46.200	20,66	7.570	66,40	11.580	73,21	853	7,18	5.496	34,15	8.428	5,42	63.276	24,77
		5	0,00	46.200	20,66	7.570	66,40	11.580	73,21	853	7,18	5.496	34,15	8.428	5,42	63.276	24,77
BRB FI RF PÚBLICO	Renda fixa	-	-	2.801	1,25	-	-	1.201	7,59	-	-	1.740	10,81	-	-	5.742	2,25
BNP PARIBAS RF FI RENDA FIXA	Renda fixa	-	-	5.885	2,63	-	-	1.251	7,91	1.612	13,57	3.633	22,58	1.612	1,04	10.769	4,22
PLURAL CAPITAL HIGH FI RF	Renda fixa	20.325	15,39	5.024	2,25	2.327	20,41	-	-	5.694	47,94	-	-	28.346	18,24	5.024	1,97
VINCI FI RF IMOBILIÁRIO	Renda fixa	20.246	15,33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.246	13,03	-	-
SULAMERICA EXCELL FI RF	Renda fixa	4.788	3,62	-	-	252	2,21	-	-	-	-	-	-	5.040	3,24	-	-
		43.359	34,34	13.710	6,13	2.579	22,62	2.452	15,50	7.306	61,51	5.373	33,39	55.244	35,56	21.535	8,43
RB FUNDAMENTAL FIA	Ações	9.422	7,13	10.386	4,65	177	1,55	195	1,23	438	3,69	482	3,00	10.037	6,46	11.063	4,33
GUEPARDO INST. MASTER FIA	Ações	27.442	20,77	57.228	25,60	1.003	8,80	1.103	6,97	1.834	15,44	2.017	12,53	30.279	19,49	60.348	23,62
BNP PARIBAS SMALL CAPS FIA	Ações	-	-	11.444	5,12	-	-	79	0,50	-	-	127	0,79	-	-	11.650	4,56
BOZANO GESTÃO FIA	Ações	-	-	20.647	9,23	-	-	243	1,54	-	-	749	4,65	-	-	21.639	8,47
FIA SULAMERICA GOVERNANÇA I	Ações	3.794	2,87	3.886	1,74	71	0,62	72	0,46	176	1,48	181	1,12	4.041	2,60	4.139	1,62
OCEANA VALOR FIC FIA	Ações	2.971	2,25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.971	1,91	-	-
		43.629	33,03	103.591	46,33	1.251	10,97	1.692	10,70	2.448	20,61	3.556	22,10	47.328	30,46	108.839	42,60
PROFIM INST FIM CP	Multimercado	128	0,10	133	0,06	1	0,01	2	0,01	6	0,05	6	0,04	135	0,09	141	0,06
ITAÚ INSTIC. ACTIVE FIX IB - RF FI	Multimercado	3.740	2,83	7.162	3,20	-	-	-	-	609	5,13	-	-	4.349	2,80	7.162	2,80
BNP TRACK FIM	Multimercado	-	-	4.557	2,04	-	-	91	0,58	-	-	51	0,32	-	-	4.699	1,84
SAFRA GALILEO FIM	Multimercado	2.502	1,89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.502	1,61	-	-
		6.370	4,82	11.852	5,30	1	0,01	93	0,59	615	5,18	57	0,35	6.986	4,50	12.002	4,70
FIDC SANEAGO INFRAEST. II	Direitos creditórios	2.603	1,97	2.678	1,20	-	-	-	-	-	-	-	-	2.603	1,68	2.678	1,05
FIDC MULTSET. BVA MAST II	Direitos creditórios	451	0,34	41	0,02	-	-	-	-	-	-	-	-	451	0,29	41	0,02
FIDC FICSA PREM VEICULOS I	Direitos creditórios	5.904	4,47	14.496	6,48	-	-	-	-	656	5,52	1.611	10,01	6.560	4,22	16.107	6,30
		8.958	6,78	17.215	7,70	-	-	-	-	656	5,52	1.611	10,01	9.614	6,19	18.826	7,37
PATRIARCA PRIV. EQUIT. FI	Participações	-	-	177	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	177	-
BR EDUCACIONAL FIP	Participações	2.086	1,58	6.358	2,84	-	-	-	-	-	-	-	-	2.086	1,34	6.358	2,49
FI EM PARTICIPAÇÕES BIOTEC	Participações	8.874	6,72	8.964	4,01	-	-	-	-	-	-	-	-	8.874	5,71	8.964	3,51
TRISORP ATIVOS FLOR. FIP	Participações	10.051	7,61	7.805	3,49	-	-	-	-	-	-	-	-	10.051	6,47	7.805	3,05
FI EM PARTICIPAÇÕES TAG	Participações	3.699	2,80	3.710	1,66	-	-	-	-	-	-	-	-	3.699	2,38	3.710	1,45
		24.710	18,71	27.014	12,08	-	-	-	-	-	-	-	-	24.710	15,90	27.014	10,57
FI MEMORIAL OFFICE	Imobiliário	3.065	2,32	3.993	1,79	-	-	-	-	-	-	-	-	3.065	1,97	3.993	1,56
TOTAL		132.096	100,00	223.575	100,00	11.401	100,00	15.817	100,00	11.878	100,00	16.093	100,00	155.375	100,00	255.485	100,00

e) Investimentos Imobiliários

O saldo de R\$ 8.919 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 8.901 mil – 31/12/2013) refere-se ao imóvel localizado no Centro Empresarial Varig-Brasília/DF, com área privativa de 604,86 m², idade aparente de 10 anos, representado por 01 (uma) sala e 15 (quinze) vagas de garagens, que foi adquirido em novembro de 2013 por meio de leilão público Judicial, realizado no Rio de Janeiro, pelo valor de R\$ 8.901 mil. O custo total do imóvel, incluída a arrematação, comissão do leiloeiro e pagamento de ITBI, foi de R\$ 9.073 mil.

O valor do imóvel no final do exercício de 2014 era de R\$ 8.919 mil, tendo em vista a depreciação de R\$ 154 mil.

O investimento corresponde a 0,96% dos recursos do Plano PPC e encontra-se classificado para aluguel e renda.

f) Empréstimos

O saldo da carteira de Empréstimos do Plano PPC, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$21.808 mil (R\$ 21.975 mil – 31/12/2013), com a participação de 2,34 % dos Investimentos. A redução do saldo dos empréstimos em 2014 foi consequência do volume de amortizações no período ter sido superior ao volume de concessões.

A Fundação mantém constituído um Fundo dos Investimentos, como Fundo de seguro de empréstimos destinado a quitação do saldo devedor de empréstimo no caso de morte do mutuário, bem como cobrir a inadimplência temporária em decorrência do não recebimento das parcelas dos empréstimos.

O saldo do Fundo dos investimentos em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 3.552 mil (R\$ 2.894 mil – 31/12/2013), correspondendo 16,29 % da carteira de empréstimos (13,17% – 31/12/2013).

g) Provisões para perdas dos investimentos

A Fundação possuía em 31 de dezembro de 2014 R\$ 55.316 mil (R\$ 38.733 mil – 31/12/2013) em provisões para perdas a valor original, que atualizados pelo índice de correção e juros do TJDFTE era de R\$ 114.932 mil (R\$ 86.452 mil – 31/12/2013). As provisões concentram-se substancialmente no Plano PPC no valor original de R\$ 55.240 mil e podem ser assim demonstradas:

ESPÉCIE	EMITENTE	Data da Constituição	Plano PPC		
			Valor Original	Valor Atualizado	
				2014	2013
CDB	BANCO SANTOS S/A	17/06/2005	8.166	28.576	25.374
Debêntures	ENCOL S/A - Industria e Construção	29/01/2002	1.823	10.558	9.463
Debêntures	REFISUL Leasing S/A - Arrend.Mercantil	06/01/2003	636	3.058	2.734
Debêntures	PROCID Participações e Negocios S/A	10/01/2005	4.161	15.408	13.700
CCB	FLASHBEL Comercial Cosméticos Ltda	29/11/2010	4.262	8.158	7.059
CCB	SAMCIL Pró Saúde	31/05/2011	8.152	14.323	12.254
CCB	DIPLOMATA S/A Industrial e Comercial	29/02/2012	2.627	3.686	3.106
CCB	CANGURU S/A Ind.e Com. de Prod.Plástico	31/10/2014	1.032	1.032	-
CCI	M BRASIL Empreend. Marketing e Neg.	01/06/2011	7.592	13.264	11.348
CCI	RSEB - Real Espanhola Beneficencia	31/12/2014	15.362	15.363	-
FIP	FIP Patriarca Private Equity	31/10/2014	189	192	-
Ações	Gazeta Mercantil	31/08/1999	69	69	69
Ações	Banco Cruzeiro do Sul - PN	30/11/2012	1.169	1.169	1.169
Total			55.240	114.787	86.207

Os valores foram provisionados conforme a Instrução Normativa 34/2009 da PREVIC. A Fundação vem tomando as medidas cabíveis para a recuperação dos créditos relativos aos ativos acima mencionados, sejam elas judiciais e/ou administrativas.

6. Exigível Operacional

Neste grupo estão registrados os compromissos a pagar com saldo de R\$ 7.932 mil em 31/12/2014, (R\$ 1.551 mil – 31/12/2013), como segue:

a) Gestão Previdencial

	2014				2013			
	PPC	FIPECq PREV	PBS	TOTAL	PPC	FIPECq PREV	PBS	TOTAL
Aposentadoria e Pensões	1.361	-	-	1.361	4	-	-	4
Abono Anual	40	-	8	48	12	-	8	20
Pecúlio a Pagar	260	12	-	272	342	12	-	354
Auxílio Doença	416	-	-	416	44	-	-	44
Retenções a Recolher	336	9	-	345	187	50	-	237
Outras Exigibilidades	-	50	-	50	-	48	-	48
	2.413	71	8	2.492	589	110	8	707

b) Gestão Administrativa

Os compromissos aqui relacionados correspondem aos gastos e provisões com pessoal e encargos sociais, além de outras exigibilidades:

Notas Explicativas

	R\$ (mil)	
	2014	2013
Pessoal e Encargos – Provisão de Férias	565	517
Credores Diversos	-	150
Encargos e Retenções a Recolher	302	162
	867	829

c) Investimentos

O saldo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é assim apresentado:

	R\$ (mil)	
	2014	2013
Derivativos	4.548	-
Operações com Participantes	14	9
Outras Exigibilidades	11	6
	4.573	15

O saldo de R\$ 4.548 mil corresponde aos prêmios recebidos nas operações de derivativos realizadas em Dezembro de 2014 envolvendo venda de opções de compra (call) e venda de opções de venda (put) de ações da Vale/PNA. O valor dos prêmios foi contabilizado, na data da operação, na respectiva conta do passivo permanecendo até o efetivo exercício ou não exercício das opções. A composição do saldo é demonstrado como segue:

DERIVATIVOS	Código	Venc.	PPC	FIPECqPREV	PGA	Total
Opções de compra	VALEL34	21/12/15	58	1	3	62
Opções de venda	VALEQ55	18/05/15	4.227	67	192	4.486
		TOTAL	4.285	68	195	4.548

7. Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões contingenciais decorrentes de ações judiciais ou administrativas passivas mantidas contra a Fundação. Com base em manifestações dos assessores jurídicos, interno e externos, a FIPECq entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de processos administrativos ou judiciais.

O registro da provisão é efetivado no Passivo dos planos em contrapartida da despesa que lhe deu origem e os depósitos judiciais ou recursais estão registrados no ativo "Realizável", de acordo com a origem de cada ação.

a) Gestão Previdencial

O saldo é composto da seguinte forma:

		R\$ (mil)	
		2014	2013
Expurgo inflacionário	(i)	103	5.833
Complementação de benefício	(ii)	79	66
Resgate de contribuição	(iii)	259	224
Outros		25	26
		466	6.149

i. Expurgo Inflacionário – processos movidos por ex-Participantes do Plano de Previdência Complementar - PPC que requerem diferenças de correção monetária dos Planos Collor e Verão, por entenderem que esta deve incidir sobre as reservas de poupança resgatadas pelos mesmos, quando do desligamento da Fundação. Durante o ano de 2014 a Fundação reverteu provisão contingencial de R\$ 5.937 mil relacionada a expurgos inflacionários referente ao processo movido pelo SINDC&T, por entender que o assunto não possui perspectiva de perda provável.

ii. Complementação de Benefícios – processos movidos por participantes do Plano de Previdência Complementar - PPC na Justiça do Trabalho pleiteando concessão de benefício de complementação de aposentaria sem desligamento da Patrocinadora.

iii. Resgate de Contribuições – questionamento de ex-Participantes do Plano de Previdência Especial - PPE, extinto em janeiro de 2011, que foi incorporado pelo FIPECqPREV.

Notas Explicativas

b) Gestão Administrativa

O saldo é composto da seguinte forma:

		R\$ (mil)	
		2014	2013
PIS e COFINS	(i)	8.561	7.985
IRRF	(ii)	210	210
Outros		21	21
		8.792	8.216

i. PIS e COFINS - refere-se ao contencioso judicial contra a União por interpretação diversa no “modus operandi” da base de cálculo de PIS e COFINS que resulta em valores a recolher prejudiciais à Fundação.

ii. IRRF - refere-se à contingência fiscal relativa à DCTF/IRRF, sendo que a matéria discutida tem origem nos anos de 1994/1995.

c) Passivo Contingente

A Fundação é parte em ações judiciais, cujo desfecho desfavorável, na avaliação dos assessores jurídicos, é considerado como possível e para os quais não há provisão constituída por não atenderem aos critérios de reconhecimento nos termos da Resolução CFC 1.180/09. Tais ações referem-se, substancialmente, a ações de indenização e revisão de aposentadoria, não envolvendo valores relevantes.

d) Contingencias Ativas

A Fundação é autora de ações judiciais que poderão gerar, no futuro, a entrada de benefícios econômicos. As principais ações referem-se à recuperação de investimentos, tais como empréstimos a participantes e ativos provisionados para perdas demonstrados na Nota Explicativa 5g.

Em 29 de agosto de 2014, a Coinvalores CCVM, administradora do Fundo de Investimento Imobiliário Memorial Office efetuou o depósito de R\$ 666 mil, em efeito a ação ordinária de cobrança - 11ª Vara Cível do Foro Central da

Comarca de São Paulo, com relação ao compromisso de assegurar ao fundo a percepção de uma renda mensal mínima, sendo assim não configurando como ativo contingente neste ano.

8. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais e representam os compromissos da Fundação no encerramento do período relacionado aos benefícios concedidos e a conceder de cada Plano. As Provisões matemáticas são segregadas por plano de benefícios previdenciais e compostas como segue:

	R\$ (mil)	
	2014	2013
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		
Benefícios do Plano	313.290	207.161
Plano de Previdência Complementar - PPC	306.189	200.889
Plano Instituído FIPECqPREV	7.101	6.272
BENEFÍCIOS A CONCEDER	489.938	487.709
Benefícios do Plano com a Geração Atual	489.938	487.709
Contribuição Definida	11.240	9.857
Plano Instituído FIPECqPREV	11.240	9.857
Benefícios Definidos	478.698	477.852
Plano de Previdência Complementar - PPC	478.698	477.852
	803.228	694.870

As Reservas de Benefícios Concedidos referem-se à cobertura dos compromissos da Fundação com as suplementações de benefícios previdenciais já concedidos aos assistidos ou beneficiários em gozo de prestação continuada.

As Reservas de Benefícios a conceder referem-se aos compromissos futuros da Fundação com os participantes ativos que ainda não adquiriram o direito à percepção de tais benefícios e com aqueles que já adquiriram esse direito, mas não o exerceram. A seguir, é apresentada a composição das provisões matemáticas por Plano e Patrocinadora:

Patrocinadora	Benefícios concedidos		Benefícios a conceder		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
PPC	306.189	200.889	478.698	477.852	784.887	678.741
FINEP	262.893	165.369	431.381	437.814	694.274	603.183
IPEA	10.038	9.499	-	-	10.038	9.499
CNPq	12.610	12.436	7.044	5.637	19.654	18.073
INPE	5.025	2.937	3.088	4.202	8.113	7.139
INPA	628	638	-	-	628	638
FIPECq	14.995	10.010	17.972	17.919	32.967	27.929
AUTOFINANCIADOS	-	-	19.213	12.280	19.213	12.280
FIPECqPREV (a)	7.101	6.272	11.240	9.857	18.341	16.129
TOTAL DAS RESERVAS	313.290	207.161	489.938	487.709	803.228	694.870

(a) O saldo de Benefícios concedidos referem-se a de participantes do Plano PPE, incorporado pelo FIPECqPREV em 2011

Notas Explicativas

Os Planos Previdenciais foram avaliados por Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., com sede no Rio de Janeiro. A avaliação atuarial foi efetuada com base no cadastro dos participantes do mês de novembro de 2014. Um detalhamento das principais premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação de cada plano é assim apresentada:

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, as provisões matemáticas e os fundos previdenciais são anualmente calculados no encerramento de cada exercício por um atuário contratado pela Fundação. As principais premissas e a composição do equilíbrio técnico podem ser assim demonstradas:

a) Plano de Previdência Complementar - PPC

PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PPC		
Hipóteses	31/12/2014	31/12/2013
<u>Taxa de mortalidade geral</u>	AT-2000 (masculina) suavizada em 10% e desagravada em 1(um) ano	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%
<u>Tábua de mortalidade dos inválidos</u>	AT-83 (masculina)	AT-83 (masculina) suavizada em 10%
<u>Tábua de entrada em invalidez</u>	Light (fraca)	Light (fraca)
<u>Rotatividade</u>	Nula	Nula
<u>Taxa real de juros/desconto</u>	5%	5%
<u>Projeção de crescimento de salários</u>	2,28% ao ano	2,20% ao ano
<u>Composição familiar</u>	Família efetiva e a Composição de Família relativa à Experiência FIPECq	Composição de Família relativa à Experiência Regional, atualizada em 2009.
<u>Indexador do plano</u>	INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).	INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

b) FIPECqPREV

Pelo fato de existir uma massa de participantes com características de Benefício Definido no plano FIPECqPREV, há também para teste plano descrição das hipóteses atuariais, como segue:

PLANO FIPECqPREV

Hipóteses	31/12/2014	31/12/2013
<u>Taxa de mortalidade geral</u>	AT-2000 (masculina) suavizada em 10% e desagravada em 1 (um) ano	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%
<u>Tábua de mortalidade dos inválidos</u>	AT-83 (masculina)	AT 83 (masculina) Suavizada em 10%
<u>Rotatividade</u>	Nula	Nula
<u>Taxa real de juros/desconto</u>	5% a.a	5% a.a
<u>Composição familiar</u>	Família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte.	Família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte.
<u>Indexador do plano</u>	INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).	INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

9. Equilíbrio Técnico

O Déficit acumulado no exercício de 2013, de R\$ 74.865 mil, somado ao déficit do exercício de 2014, de R\$ 63.342 mil, resultou ao em um déficit acumulado em 2014 de R\$ 138.207 mil. Podemos compor o resultado técnico acumulado do Plano PPC e FIPECqPREV em função das alterações hipóteses atuariais, descritas na Nota explicativa nº 8, realizadas para 31/12/2014, e por outros assuntos, como segue:

a) Plano de Previdência Complementar - PPC

Descrição do assunto	R\$ (mil)
Déficit Técnico Acumulado existente em 31/12/2013	(74.865)
Atualização do déficit técnico acumulado de 31/12/2013 pela meta atuarial de 2014 (74.865.356,74 x 11,54%)	(8.639)
Perda Financeira estimada no Patrimônio de Cobertura do Plano em função dos investimentos não terem alcançado a meta atuarial em 2014.	(21.624)
Substituição da Tábua de Mortalidade Geral AT 2000 (masculina) suavizada em 10% para AT 200 (masculina) suavizada em 10 % desagravada em 1 (um) ano	(15.530)
Substituição da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT 83 (masculina) suavizada em 10% para AT 83 (masculina)	840
Adoção de uma projeção de crescimento real de salários anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos	(374)
Adoção de composição da família com base na Experiência FIPECq melhor ajustada para os participantes não assistidos	1.474
Substituição do Fator de Capacidade de 98% para 97,24%	6.135
Perda Atuarial decorrentes do Salário Real de Benefícios ter aumentado em 9,84% em 2014, ultrapassando os 2,20% projetados, com base na hipótese atuarial adotada à época	(25.074)
Perda de acção judicial, transitada em julgado	(1.357)
Outros fatores pulverizados e de origens diversas	807
Resultado Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial em 31/12/2014	(138.207)

Notas Explicativas

b) FIPECqPREV

Descrição do assunto	R\$ (mil)
Déficit Técnico Esperado considerando o valor total das Provisões Matemáticas de 31/12/2014 avaliadas por recorrência partindo da avaliação atuarial de dezembro de 2013.	(239)
Perda Atuarial decorrente do benefício dos aposentados por invalidez do CNPq/AC terem sido aumentos da ordem de 52%, no ano de 2014.	(472)
Substituição da Tábua de Mortalidade Geral AT 2000 (masculina) suavizada em 10% para AT 2000 (masculina) suavizada em 10 % desagravada em 1 (um) ano	(22)
Substituição da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT 83 (masculina) suavizada em 10% para AT 83 (masculina)	51
Substituição do Fator de Capacidade de 98% para 97,24%	34
Outros fatores pulverizados e de origens diversas	22
Reversão realizada pelo Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados, constituído quando da incorporação do extinto Plano PPE para esse fim, de forma que o Plano FIPECqPREV, do tipo Contribuição Definida (Puro), em 31/12/2014, não apresente, conforme é de sua natureza, Déficit Técnico Acumulado	626
Resultado Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial em 31/12/2014	-

10 . Ajuste de Precificação

A Fundação adotou facultativamente a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, sendo que sua aplicação é obrigatória somente a partir de 01 de janeiro de 2015. Tal resolução alterou as seguintes resoluções:

- Resolução nº 26/2008 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC no que tange às condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram; e
- Resolução nº 8/2011 do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, no que tange a procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente com relação à Demonstração do Ativo Líquido – DAL do plano de benefício.

A Resolução CNPC nº 16/2014 introduziu o Ajuste de Precificação, não previsto anteriormente, que deverá ser considerado para fins de equacionamento do déficit e também para a distribuição do superávit acumulado. Este ajuste de precificação é a diferença entre o valor contábil dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços e classificados na categoria títulos “mantidos até o vencimento”, para o seu valor calculado extra-contabilmente com base na taxa de juros atuarial do Plano de benefício. O valor resultante deste cálculo é acrescido ou deduzido do equilíbrio técnico para fins de equacionamento do déficit ou distribuição do superávit.

A Fundação FIPECq possuía R\$ 479.102 mil em NTN-B's no Plano PPC em 31 de dezembro de 2014 que atende ao critério da Resolução para aplicação do Ajuste de precificação. Assim, a Fundação calculou para 31 de dezembro de 2014 o valor destes títulos com base na taxa de juros atuarial do plano de 5% a.a. e comparou com o valor dos títulos pela taxa juros do momento da aquisição do título, conforme demonstrado abaixo:

R\$ mil

Tipo	Vencimento	Quantidade	Taxa de aquisição % a.a.	Taxa Ajuste de precificação % a.a.	PU- Taxa de Aquisição	PU - Ajuste de precificação	Valor contábil em 31/12/2014	Valor ajustado em 31/12/2014	Ajustes de precificação
NTN-B	15/05/2019	10.000	5,66	5,00	2.560,41	2.623,30	25.604	26.233	629
NTN-B	15/08/2022	6.000	5,58	5,00	2.628,69	2.718,64	15.772	16.312	540
NTN-B	15/08/2022	5.000	6,14	5,00	2.545,97	2.718,64	12.730	13.593	863
NTN-B	15/08/2022	5.000	6,22	5,00	2.534,09	2.718,64	12.670	13.593	923
NTN-B	15/08/2022	5.000	6,50	5,00	2.492,89	2.718,64	12.465	13.593	1.128
NTN-B	15/08/2022	5.000	6,19	5,00	2.537,68	2.718,64	12.688	13.593	905
NTN-B	15/08/2022	5.000	6,06	5,00	2.557,05	2.718,64	12.785	13.593	808
NTN-B	15/08/2022	5.000	6,03	5,00	2.560,99	2.718,64	12.805	13.593	788
NTN-B	15/08/2022	5.000	6,03	5,00	2.560,99	2.718,64	12.805	13.593	788
NTN-B	15/08/2022	5.000	5,75	5,00	2.602,87	2.718,64	13.014	13.593	579
NTN-B	15/08/2022	5.000	6,41	5,00	2.506,53	2.718,64	12.533	13.593	1.060
NTN-B	15/08/2022	5.000	6,48	5,00	2.496,71	2.718,64	12.484	13.593	1.109
NTN-B	15/08/2022	2.500	5,90	5,00	2.580,58	2.718,64	6.451	6.797	346
NTN-B	15/08/2022	5.000	6,56	5,00	2.484,51	2.718,64	12.423	13.594	1.171
NTN-B	15/08/2022	5.000	6,92	5,00	2.434,68	2.718,64	12.173	13.593	1.420
NTN-B	15/08/2030	7.500	6,13	5,00	2.535,34	2.831,02	19.015	21.233	2.218
NTN-B	15/05/2035	2.500	5,73	5,00	2.611,81	2.842,89	6.530	7.107	577
NTN-B	15/05/2035	2.500	5,73	5,00	2.611,81	2.842,89	6.530	7.107	577
NTN-B	15/05/2035	10.000	5,92	5,00	2.553,59	2.842,89	25.536	28.429	2.893
NTN-B	15/08/2040	10.000	6,20	5,00	2.506,08	2.921,12	25.061	29.211	4.150
NTN-B	15/08/2050	10.000	6,52	5,00	2.393,81	2.977,10	23.938	29.771	5.833
NTN-B	15/08/2050	10.000	6,52	5,00	2.393,81	2.977,10	23.938	29.771	5.833
NTN-B	15/08/2050	5.000	6,52	5,00	2.393,81	2.977,10	11.969	14.886	2.917
NTN-B	15/08/2050	10.000	5,40	5,00	2.802,16	2.977,10	28.022	29.771	1.749
NTN-B	15/08/2050	5.000	5,70	5,00	2.681,85	2.977,10	13.409	14.886	1.477
NTN-B	15/08/2050	10.000	6,52	5,00	2.393,81	2.977,10	23.938	29.771	5.833
NTN-B	15/08/2050	10.000	6,52	5,00	2.393,81	2.977,10	23.938	29.771	5.833
NTN-B	15/08/2050	10.000	6,52	5,00	2.393,81	2.977,10	23.938	29.771	5.833
NTN-B	15/08/2050	10.000	6,52	5,00	2.393,81	2.977,10	23.938	29.771	5.833
Total			191.000				479.102	543.715	64.613

O Ajuste de precificação positivo no valor de R\$ 64.613 mil, demonstrado acima, foi considerado pela Fundação para determinação do Déficit Técnico ajustado

Notas Explicativas

em 31 de dezembro de 2014, já demonstrado na Demonstração do Ativo Líquido – DAL do plano, é como segue:

	R\$ (mil)
	2014
Déficit Técnico Acumulado	(138.207)
(+/-) Ajuste de Precificação	64.613
(=) Déficit técnico Ajustado	(73.594)

A Resolução CGPC nº 26/2008 determina que a EFPC deve elaborar plano de equacionamento de déficit quando o déficit acumulado for superior a 10% das Provisões matemáticas ou a Entidade apurar por 3 (três) anos consecutivos déficit acumulado, mesmo que inferior a 10%. Em 31 de dezembro de 2014 a Fundação FIPECq possui déficit técnico ajustado de R\$ 73.594 mil, que corresponde à 9,38% das Provisões Matemáticas (R\$ 784.887 mil) e apresentou déficit acumulado por 2 (dois) consecutivos. Dessa forma, não foi atendido nenhum critério da resolução para realização do equacionamento do déficit para o exercício de 2015.

11. Fundos

a) Fundos Previdenciais

O saldo de Fundos Previdenciais é assim composto:

	R\$ (mil)	
	2014	2013
Fundo Previdencial do Plano de Previdência Complementar - PPC	247.146	245.040
Fundo do Plano de Benefício Saldado - PBS	30.151	29.894
Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados - FIPECqPREV	1.549	2.076
	278.846	277.010

i) Fundo Previdencial do Plano de Previdência Complementar - PPC

Constituído atuarialmente e registrado no exercício de 1993, em decorrência do advento do Regime Jurídico Único - RJU ter impactado os valores das Provisões Matemáticas do conjunto formado pelas Patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq (FINEP, IPEA, CNPq, INPE, INPA e a própria FIPECq), em um regime de solidariedade contributiva, em que, no que se refere aos benefícios já concedidos, a situação não sofreu qualquer alteração, mas com relação aos benefícios a conceder à época aos participantes das Patrocinadoras IPEA, CNPq, INPE e INPA tiveram reversão bastante significativa nas Provisões Matemáticas que vinham sendo mantidas no PPC da FIPECq.

Tem como fonte de custeio i) as coberturas de direitos dos que, sendo participantes celetistas tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, do Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU) e ii) as respectivas rentabilidades obtidas ao longo dos anos. Sua criação visa dar cobertura a questionamentos judiciais que acarretem revisões nos valores dos benefícios do PPC (incluindo os Benefícios Saldados), a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, o qual deve ser objeto de análise, especialmente quando se faça necessário adotar um Plano de Equacionamento de Déficit Técnico no Plano, e, também, em decorrência das autoridades competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado por força de Lei de Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU). É de se destacar que em 17/12/2010, foi agregada pela Fundação perante a Seção Judiciário do Distrito Federal, Ação Declaratória para manifestação do judiciário acerca da titularidade desse Fundo Previdencial.

Em julho de 2013, atendendo ao Ofício nº 4484/CGAT/DITEC/PREVIC de 06/12/2012 da PREVIC, foi transferida a importância de R\$ 29.837 mil para constituição do Fundo PBS. A movimentação do Fundo para os anos de 2013 e 2014 é como segue:

	R\$ (mil)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	274.410
Reversão para constituição do Fundo PBS	(29.837)
Atualização	467
Saldo em 31 de dezembro de 2013	245.040
Atualização	2.106
Saldo em 31 de dezembro de 2014	247.146

Notas Explicativas

ii) Fundo PBS

Constituído atuarialmente e registrado contabilmente em julho de 2013, atendendo ao Ofício nº 4484/CGAT/DITEC/PREVIC de 06/12/2012 da PREVIC, com recursos advindos do Fundo Previdencial – PPC. O Fundo tem a finalidade de provisionar as contribuições normais / extraordinárias, devidamente atualizadas, de Patrocinadoras cujos participantes foram alcançados pelo Regime Jurídico Único (RJU), para a eventualidade de ocorrência de decisões judiciais ou administrativas envolvendo a destinação dessas contribuições.

Tem como fonte de custeio as contribuições normais / extraordinárias, devidamente atualizadas, de Patrocinadoras cujos participantes foram alcançados pelo Regime Jurídico Único – RJU, e outros saldos, devidamente atualizados, existentes e não discriminados anteriormente, que venham a ser previstos no Plano de Custeio, compatíveis com a natureza desse Fundo e estabelecidos em Nota Técnica Atuarial. A movimentação do Fundo para os anos de 2013 e 2014 é como segue:

	R\$ (mil)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-
Constituição do Fundo PBS	29.837
Atualização	57
Saldo em 31 de dezembro de 2013	29.894
Atualização	257
Saldo em 31 de dezembro de 2014	30.151

iii) Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados – FIPECqPREV

Constituído no ano de 2011 por valores contributivos recebidos pelo Plano de Previdência Especial - PPE pelo processo de incorporação deste plano ao FIPECqPREV, devidamente atualizados pela rentabilidade líquida obtida pelos investimentos, não passíveis de resgates e de alocações nas subcontas do referido PPE (individual). É destinado a dar cobertura a todo tipo de riscos envolvidos no processo de incorporação, inclusive de gastos advocatícios a ele inerentes e preservar o Plano FIPECqPREV dos riscos inerentes à manutenção

de alguns benefícios, oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE com natureza de Benefício Definido.

b) Fundo Administrativo

Constituído consoante autorização da então Secretaria de Previdência Complementar, Ofício GAB/SPC N.º 505/84, para fazer face à sobrecarga administrativa. A movimentação do Fundo Administrativo refere-se ao custeio previdencial mensal, resultado líquido entre as receitas e as despesas administrativas e a rentabilidade obtida dos pelos investimentos administrativos.

O Fundo Administrativo vem sendo utilizado parcialmente para cobertura de despesas administrativas em complementação à Taxa de Administração aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo.

A movimentação do Fundo Administrativo para os ano de 2013 e 2014 é assim apresentada:

Descrição	R\$ (mil)	
	2014	2013
Saldo inicial do exercício	38.367	38.569
(+) Receitas administrativas	33	46
(+) Custeio Administrativo	7.076	7.915
(+) Rentabilidade dos Investimentos	2.288	978
(+) Reversão das Contingências	-	1.531
Subtotal	47.764	49.039
(-) Despesas Administrativas	(9.978)	(10.159)
(-) Constituições de Contingências	(576)	(513)
Subtotal	(10.554)	(10.672)
Saldo do balanço em 31 de dezembro	37.210	38.367

Em 30 de abril de 2003, a Fundação encerrou, com recursos do Plano administrativo, o Plano Assistencial existente até àquela data, cujo déficit era de R\$ 4.068 mil. No decorrer dos exercícios de 2004 a 2014, ocorreu a recuperação de parte deste déficit, no valor de R\$ 658 mil, permanecendo, ainda, um saldo de R\$ 3.410 mil a recuperar para o Fundo, apresentado a valor histórico.

c) Fundo dos Investimentos

Denominado de “Fundo de Seguro de Empréstimos/Financiamentos”, foi constituído para garantir a inadimplência temporária dos contratos de empréstimos concedidos aos Participantes. O saldo do fundo corresponde ao prêmio (taxa) incidente sobre o principal do empréstimo concedido, mais a recuperação da inadimplência e a rentabilidade dos investimentos, deduzidos dos valores dos empréstimos inadimplentes e as coberturas nas situações de morte e/ou invalidez do participante mutuário. O saldo em 31/12/2014 é de R\$ 3.552 mil (R\$ 2.894 mil – 31/12/2013).

12. Custeio Administrativo

Em observância ao disposto na Resolução CGPC nº 29 de 31/08/2009, o custeio das despesas da Gestão Administrativa tem como fonte de recursos:

- a) 15% fixados atuarialmente, que incidem sobre os valores das contribuições do Plano de Previdência Complementar – PPC. No Plano FIPECqPREV, este percentual varia de 2% a 4% sobre o valor da contribuição, respeitado o limite de 15% sobre o Valor de Referência do Plano – VRP (R\$ 152,26 em 31/12/2014);
- b) Taxa de Administração cobrada sobre os investimentos na modalidade de Empréstimos e Financiamentos;
- c) Resultados dos Investimentos; e
- d) Recursos do Fundo Administrativo.

No Programa de Investimentos, o limite em 2014 do custeio administrativo corresponde a 0,75% (0,88% em 2013) dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios deduzidos os valores transferidos pelos Planos de Benefício e da Taxa de Administração dos Empréstimos. Para o exercício de 2015 tal limite será de 0,69%.

As despesas comuns da administração são rateadas na proporção de 50% entre a Gestão Previdencial e dos Investimentos.

13. Consolidação das Demonstrações Contábeis

Em cumprimento à Instrução SPC nº 34/09, as Demonstrações Contábeis devem ser apresentadas por Planos de benefícios e consolidadas. A consolidação é efetuada mediante a anulação dos valores a pagar e a receber entre os Planos, a participação do Fundo administrativo nos Planos previdenciais, o Superávit e o Déficit técnico, dentre outros.

A seguir, é apresentado detalhamento dos ajustes e eliminações para a consolidação das Demonstrações Contábeis. Tais ajustes são efetuados em documentos auxiliares e se referem à participação do PPC e do FIPECqPREV no PGA, de acordo com o quadro:

R\$ (mil)

	PPC	FIPECq- PREV	PGA	TOTAL	ELIMINA- ÇÕES	SALDO CONSOLI- DADO
ATIVO						
Disponível	368	87	219	674	-	674
Gestão Previdencial	2.514	1	-	2.515	-	2.515
Gestão Administrativa	37.073	137	9.431	46.641	(37.234)	9.407
Investimentos	931.863	20.218	37.183	989.264	-	989.264
Permanente	-	-	230	230	-	230
TOTAL	971.818	20.443	47.063	1.039.324	(37.234)	1.002.090
PASSIVO						
Exigível Operacional	6.751	144	1.061	7.956	(24)	7.932
Exigível Contingencial	466	271	8.792	9.529	-	9.529
Patrimônio para cobertura	646.680	18.341	-	665.021	-	665.021
Fundos	317.921	1.687	37.210	356.818	(37.210)	319.608
TOTAL	971.818	20.443	47.063	1.039.324	(37.234)	1.002.090

As eliminações são referentes à participação dos planos no PGA no valor de R\$ 37.210 mil e valor a pagar dos planos ao PGA no valor de R\$ 24 mil.

15. Informações Complementares

Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND's

Em 23 de junho de 1986, o Poder Executivo Federal expediu o Decreto-Lei nº. 2.288, criando o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), cujo objetivo era captar recursos junto a investidores. Seu art. 7º estabelecia a obrigatoriedade das entidades fechadas de previdência privada, com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual, aplicarem 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas na aquisição de Obrigações do FND, com prazo de 10 (dez) anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN).

Em 1991, a ABRAPP, na condição de substituta processual das Entidades Fechadas de Previdência Complementar ajuizou Ação Ordinária contra a União Federal, BNDES e FND. Referida Ação tinha por objeto a reivindicação da diferença de correção monetária paga a menor ocasionada pela substituição do indexador IPC por BTN, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, para atualização monetária das OFND's. Em 12 de dezembro de 2007, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – TRF2 determinou que as OFND's adquiridas pelas entidades Filiadas a ABRAPP fossem corrigidas pelo IPC de abril de 1990 a fevereiro de 1991, pois tal índice já era utilizado para correção de diversos outros títulos públicos, devendo os valores resgatados serem corrigidos monetariamente, acrescidos de juros legais contados da citação no referido processo.

Findo o trâmite processual, e transitado em julgado o processo, a ABRAPP, atendendo ao pedido de algumas associadas, contratou perito contábil para emissão de laudo técnico mensurando os valores atualizados das OFND's,

segregados por Entidades, para fins de execução de sentença.

Nesse ínterim, a União Federal ajuizou Ação Rescisória, que suspendeu a fase de execução da Ação Ordinária, visando anular decisão condenatória transitada em julgado naquela Ação. Em primeira instância obteve decisão desfavorável, da qual interpôs Recurso de Apelação que também foi julgado improcedente pela 7ª Turma do TRF2. Interposto Recurso Extraordinário ao STF, este aguarda decisão de juízo de admissibilidade da Presidência do TRF2.

A PREVIC, em 2011, emitiu o Ofício nº. 4663/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, determinando às EFPC's que, enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União, relativo à Ação Judicial, não deve ser efetuado o registro contábil deste ativo contingente, mas tal fato deverá constar das notas explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício. Os administradores acataram o estabelecido e decidiram não reconhecer o montante nos balanços de 2011, 2012, 2013, bem como no balanço deste exercício.

O valor a receber pela FIPECq, de acordo com planilha juntada aos autos da Execução corrente na 23ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro-RJ, atualizado até junho de 2011 era de R\$ 42.352 mil.

Parecer Atuarial

PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PPC

Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela FIPECq, resultou no custo total de 14,36% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 6,52%, incluída a sobrecarga administrativa, dos participantes aposentados, destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme descrito a seguir:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano anterior	Ano Atual
Aposentadorias *1	7,59%	8,26%
Invalidez/Auxílio-doença	2,50%	2,27%
Pensão por Morte/ Pecúlio	2,05%	1,68%
Sub-total (1)	12,14%	12,21%
Suplementar	-%	-%
Administração *2	2,14%	2,15%
Sub-Total (2)	2,14%	2,15%
Total (1) + (2)	14,28%	14,36%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Corresponde a 15% do total das Contribuições Previdenciárias da Patrocinadora e dos Participantes.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2014, a idade média dos participantes ativos é de 48 anos.

2) O custo total reavaliado de 14,36% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2015, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais	Em %	
	Ano anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	7,14%	7,18%
Contribuição Normal da Patrocinadora	7,14%	7,18%
Sub-total	14,28%	14,36%
Contribuição Suplementar	-%	-%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	14,28%	14,36%
Contribuições Normais dos Assistidos		
Aposentados Assistidos (*)	6,10%	6,52%
Pensionistas Assistidos	-	-

(*): Inclui Sobrecarga Administrativa.

3) A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 14,36% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2014, de 14,36% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2014.

Varição das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

A variação do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2013 para o final do ano 2014, é a seguinte:

Referência	31/12/2013	31/12/2014	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	200.889.090,00	306.188.478,00	52,42%
Provisão de Benefícios a Conceder	477.851.934,00	478.698.484,00	0,18%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	678.741.024,00	784.886.962,00	15,64%

Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Previdência Complementar - PPC

Parecer Atuarial

vigente na FIPECq, patrocinado por FINEP, CNPq, INPE, INPA, IPEA e FIPECq, avaliado pelos mesmos regimes/métodos adotados na avaliação atuarial do ano anterior, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da Mortalidade Geral que passou a ser AT 2000 (masculina) - Suavizada em 10% e desagravada em 1 (um) ano, da Mortalidade de Inválidos que passou a ser AT 83 (masculina), da adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos, da Composição de Família correspondente à Experiência FIPECq utilizada na avaliação atuarial do benefício de pensão por morte dos participantes não assistidos e do Fator de Capacidade que passou a ser de 97,24%, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (138.207.482,26), equivalente a 21,37% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 646.679.479,74, considerando que não se está destinando qualquer parcela do Fundo Previdencial, existente em 31/12/2014, de R\$ 247.145.375,34 para dar cobertura total ou parcial ao referido Déficit.

2) No encerramento do exercício de 2014, o reflexo conjunto das alterações de hipóteses, mencionadas no numeral 1 anterior, representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R\$ 7.454.867,00.

3) Tomando por base a Resolução CNPC Nº 16, de 19/11/2014, que complementa a Resolução CNPC Nº 13, de 04/11/2013, e altera a Resolução CGPC Nº 26, de 29/09/2008, a FIPECq apurou um valor positivo de R\$ 64.612.989,34, referente ao ajuste de precificação, restrito aos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa real de juros de 5% ao ano (adotada nessa avaliação atuarial), para fins de Equacionamento de Déficit, observando o equilíbrio técnico ajustado.

4) Assim, considerando a referida Resolução CNPC Nº 16, de 19/11/2014, o Equilíbrio Técnico Ajustado do PPC da FIPECq apresentou um Resultado Deficitário de R\$ (73.594.492,92) = R\$ (138.207.482,26) + R\$ 64.612.989,34, que corresponde a 9,38% do valor total das Provisões Matemáticas de R\$

784.886.962,00, em 31/12/2014, e, dessa forma, a exemplo do ano anterior, não ultrapassou o limite estabelecido pela legislação aplicável para que se tornasse imperativo o imediato equacionamento da Situação Deficitária, no contexto de que não se registrou a ocorrência de Déficit Técnico Acumulado por 3 (três) exercícios consecutivos. De qualquer forma, é necessário que, ao longo de 2015, considerando que existem perspectivas concretas de que, ao longo desse ano, a Situação Atuarial desse Plano permaneça Deficitária, que sejam estudados ajustes preventivos no Plano de Custeio, visando dar melhores condições para que o PPC da FIPECq não encerre o ano de 2015 em Situação Atuarial Deficitária.

FATO RELEVANTE: Destaca-se a existência, em 31/12/2014, de um Fundo Previdencial de R\$ 247.145.375,34, cuja destinação, pelo menos subsidiária, é a de dar cobertura aos desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, o qual deve ser objeto de análise, especialmente quando se faça necessário adotar um Plano de Equacionamento de Déficit Técnico no PPC da FIPECq.

5) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (masculina) suavizada em 10% e desagravada em 1 (um) ano, em substituição ao qx da AT-2000 (masculina) suavizada em 10%.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: da AT-83 (masculina), em substituição ao da AT-83 (masculina) suavizada em 10%.

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT-FRACA.

iv) Rotatividade: Mantida Nula.

v) Taxa real de juros/desconto: Mantida em 5% ao ano.

vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: alterada para 2,28% ao ano (em média, ao longo dos anos remanescentes de atividade)

vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.

viii) Em relação à composição familiar, se está adotando a família efetiva para avaliar as Provisões de Benefícios Concedidos de Aposentadoria e de Pensão por Morte e se está adotando a Composição de Família relativa à Experiência

Parecer Atuarial

FIPECq, atualizada em 2014, para avaliar atuarialmente os benefícios de pensão por morte dos Participantes Não Assistidos.

ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97,24% (compatível com uma inflação anual média da ordem de 5% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano), em substituição a 98% (inflação anual média da ordem de 4%).

6) Para o exercício de 2015, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes, quais sejam:

i) Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos e Assistidos:

- a% = 1,40% do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação);
- b% = 1,90% da parcela do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação) excedente à metade do teto máximo do Salário de Contribuição da Previdência Social; e
- c% = 7,00% da parcela do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação) excedente ao teto máximo de contribuição à Previdência Social.

ii) Contribuição Normal da Patrocinadora:

- A contribuição normal da patrocinadora é paritária com o total das contribuições normais recolhidas pelos participantes não assistidos.

NOTA: 15% das Contribuições Normais aqui apresentadas se destinam a participar do custeio administrativo, sendo que, como a FIPECq estabeleceu o limite das despesas administrativas, foi fixado num percentual do Ativo Líquido, a diferença, entre esse limite (que, para o ano de 2015, em princípio, é de 0,69%) e o correspondente a 15% das Contribuições Normais, para ser utilizada para participar do custeio administrativo.

7) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela FIPECq na aplicação do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC (incluindo o correspondente aos Benefícios Saldados), ao longo de 2014, foi de mais 5,75%

contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,54% o que, em termos reais, representou obter menos 0,45%, não alcançando a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

NOTA: Já a rentabilidade real líquida do Patrimônio Total da FIPECq obtida ao longo de 2014, medida também pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de menos 0,41%.

8) Os títulos e valores imobiliários integrantes da carteira própria do Plano de Previdência Complementar (PPC) administrado pela FIPECq, de Benefício Definido (BD), foram classificados no exercício de 2014 nas seguintes categorias: Títulos para negociação e Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação, são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição.

Na categoria títulos mantidos até o vencimento, são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da Entidade de mantê-los em carteira até o vencimento e que sejam classificados como de baixo risco de crédito.

Em dezembro de 2014, do total de R\$ 502.940 mil aplicado em Notas do Tesouro Nacional (NTN-B), vencimentos em 2017/2019/2022/2030/2035/2040 e 2050, somente as NTN-B's com vencimento em 2017, no valor de R\$ 25.392 mil, foram classificadas na categoria títulos para negociação e os demais títulos, correspondendo a R\$ 477.548 mil, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Os créditos privados, depósitos e valores imobiliários integrantes da carteira de investimentos do Plano PPC estão classificados em títulos para negociação, por consequência, marcados a preço de mercado.

Considerando as projeções do cenário econômico para os próximos anos e os direcionamentos do Estudo de Asset Liability Management – ALM, a Diretoria Executiva decidiu pela manutenção, em 2015, da classificação dos títulos

públicos/NTN-B's, vencimentos 2019/2022/2030/2035/2040 e 2050, na categoria de "Títulos mantidos até o vencimento".

A FIPECq declara ter capacidade financeira e a intenção de manter em carteira os títulos públicos (NTN-B) classificados na categoria mantidos até o vencimento (marcados na curva), estando assim em conformidade com o estabelecido na Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002.

Em observância ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº. 4, evidenciamos que o Plano de Previdência Complementar (PPC) possui capacidade de atendimento das necessidades de liquidez, em função dos direitos dos participantes, do perfil do exigível atuarial e das obrigações da Entidade, não sendo necessário liquidar os investimentos em NTN-B, classificados na categoria mantidos até o vencimento.

9) À parte do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC (incluído o correspondente aos Benefícios Saldados) da FIPECq, encontra-se constituído o seguinte Fundo Previdencial, em 31/12/2014: "Fundo Previdencial" constituído para dar cobertura a questionamentos judiciais, que acarretam revisões nos valores dos benefícios do PPC (incluindo os referidos Benefícios Saldados) e, subsidiariamente, a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, especialmente as relativas à mortalidade e ao retorno dos investimentos, e, também, em decorrência das autoridades competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, de Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU): R\$ 247.145.375,34 (igual ao valor correspondente à parcela do Patrimônio Líquido da FIPECq não destinada, até o momento, para dar cobertura às Provisões Matemáticas, se existir Déficit, à Reserva de Contingência / Reserva Especial para Revisão de Plano, se existir Superávit, ao Fundo Administrativo e ao Fundo de Seguro-Empréstimos/Financiamentos), merecendo destaque que, em 17/12/2010, foi ajuizada perante a Seção Judiciária do Distrito Federal, Ação Declaratória acerca de titularidade desse Fundo Previdencial, estão, portanto, tal situação

“sub-júdice”. Neste contexto, em atendimento ao Ofício nº 4484/CGAT/DITEC/PREVIC de 06/12/2012 da PREVIC, foi constituído o Fundo Previdencial-PBS, com recursos advindos do referido Fundo Previdencial já existente, para entre outras essa finalidade, a partir do levantamento, realizado pela FIPECq, das contribuições normais / extraordinárias, devidamente atualizadas, realizadas pelas Patrocinadoras cujos participantes foram alcançados pelo Regime Jurídico Único – RJU, que, em 31/12/2014, é de R\$ 30.150.966,78.

NOTA 1: As informações da área contábil da FIPECq nos dão conta da existência, em 31/12/2014, do saldo de R\$ 3.552.110,14 no Fundo de Seguro-Empréstimos / Financiamento (Fundo Investimento).

NOTA 2: Também, fora do Patrimônio de Cobertura do PPC (incluindo os Benefícios Saldados) e do “Fundo Previdencial”, apresentado neste numeral 9, encontra-se constituída, em 31/12/2014, a Provisão de R\$ 103.134,10 relativa a questionamentos de expurgos inflacionários envolvendo valores pagos como resgate por este Plano.

Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 5 do item VI.3. e os regimes/métodos de financiamento referidos no item VI.7., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIPECq, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta D.A..

Parecer Atuarial

Varição do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

• Déficit Técnico Acumulado existente em 31/12/2013	R\$ (74.865.356,74)
• Parcela, referente à atualização pela meta atuarial de rentabilidade do ano de 2014, do Déficit Técnico Acumulado existente em 31/12/2013	R\$ (8.639.462,17) (*1)
• Perda Financeira Estimada ocorrida no Patrimônio de Cobertura do Plano em decorrência da meta atuarial de rentabilidade não ter sido alcançada em 2014	R\$ (21.624.001,62) (*2)
• Substituição da Tábua de Mortalidade Geral AT 2000 (masculina) suavizada em 10% para AT 2000 (masculina) suavizada em 10% e desgrav. em 1 ano	R\$ (15.529.634,00)
• Substituição da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT 83 (masculina) suavizada em 10% para AT 83 (masculina)	R\$ 840.366,00
• Adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos	R\$ (374.422,00)
• Adoção de composição de família com base na Experiência FIPECq melhor ajustada para os participantes não assistidos	R\$ 1.474.394,00
• Substituição do Fator de Capacidade de 98% para 97,24%	R\$ 6.134.429,00
• Perda Atuarial decorrente do Salário Real de Benefício ter, em 2014, aumentado em 9,84% ultrapassando os 2,20% projetado, com base na hipótese atuarial adotada	R\$ (25.073.910,00)
• Perda de ação judicial, transitada em julgado	R\$ (1.357.094,55)
• Outros fatores pulverizados e de origens diversas	R\$ 807.209,82 (*3)
• Déficit Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2014	R\$ (138.207.482,26)
• Ajuste de Precificação em 31/12/2014	R\$ 64.612.989,34
• Déficit Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2014 (por Equilíbrio Técnico Ajustado)	R\$ (73.594.492,92)

(*1): Igual a R\$ (74.865.356,74) × 11,54%.

(*2): A partir da Perda Financeira Total de R\$ 50.985.199,64, o valor estimado da Perda Financeira do Patrimônio de Cobertura do Plano é de R\$ 21.624.001,62, no ano de 2014, em função dos Fundos Previdenciais serem atualizados pelos mesmos índices que atualizam as contribuições realizadas pelos Participantes ao Plano passíveis de Resgate.

(*3): Equivalente a 0,10% do valor total das Provisões Matemáticas de R\$ 784.886.962,00, obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2014.

Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Considerando a Resolução CNPC Nº 16, de 19/11/2014, o Equilíbrio Técnico Ajustado do PPC da FIPECq apresentou um Resultado Deficitário de R\$ (73.594.492,92) = R\$ (138.207.482,26) + R\$ 64.612.989,34, que corresponde a 9,38% do valor total das Provisões Matemáticas de R\$ 784.886.962,00, em 31/12/2014, e, dessa forma, a exemplo do ano anterior, não ultrapassou o limite estabelecido pela legislação aplicável para que se tornasse imperativo o imediato equacionamento da Situação Deficitária, no contexto de que não se registrou a ocorrência de Déficit Técnico Acumulado por 3 (três) exercícios consecutivos. De qualquer forma, é necessário que, ao longo de 2015, considerando que existem perspectivas concretas de que, ao longo desse ano, a Situação Atuarial desse Plano permaneça Deficitária, que sejam estudados ajustes preventivos no Plano de Custeio, visando dar melhores condições para que o PPC da FIPECq não encerre o ano de 2015 em Situação Atuarial Deficitária.

FATO RELEVANTE: Destaca-se a existência, em 31/12/2014, de um Fundo Previdencial de R\$ 247.145.375,34, cuja destinação, pelo menos subsidiária, é a de dar cobertura aos desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, o qual deve ser objeto de análise, especialmente quando se faça necessário adotar um Plano de Equacionamento de Déficit Técnico no PPC da FIPECq.

Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando que o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq é um Plano de Previdência Complementar aberto a novas adesões de participantes, o Regime Financeiro de Capitalização na versão do Crédito Unitário Projetado adotado é o adequado para avaliar os seus benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, sendo que, para o financiamento dos benefícios de auxílio-reclusão e auxílio-doença, está sendo adotado, também de forma adequada, o Regime de Financiamento de Repartição Simples.

Parecer Atuarial

PLANO FIPECqPREV

Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano FIPECqPREV, dada a característica de ser um Plano (Puro) de Contribuição Definida (CD), antes e após a concessão do benefício de prestação continuada, bem como por tratar-se de um Plano Instituidor, não são apresentados percentuais de Custos para o referido Plano, merecendo destaque, o fato de haver participantes assistidos e pensionistas assistidos oriundos do extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq (incorporado a esse Plano FIPECqPREV), em que apenas os participantes assistidos contribuem com, no mínimo, 1% de seus Salários de Participação (*1) (compatível com o estabelecido no artigo 72 do Regulamento de Benefícios do Plano FIPECqPREV da FIPECq), com a finalidade de custear os Benefícios de Pecúlio por Morte de Participante Assistido (e com uma sobrecarga administrativa, no momento, de 15%).

(*1) Com exceção de 1 (um) participante assistido, que por ter se inscrito a partir de 01/01/1991 no extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, contribua com 1,5% do Salário de Participação, todos os demais participantes assistidos contribuem com 1% do Salário de Participação.

NOTA: Na avaliação atuarial de 2014, a idade média dos participantes ativos do FIPECqPREV é de 56 anos.

2) A Contribuição Normal da FIPECqPREV, observado o numeral 1 anterior, que só é cobrada dos participantes ativos, depende da escolha individual de cada um, não podendo ser inferior a 25% do valor de 1 (uma) V.R.P. (Valor de Referência do Plano), ou seja, R\$ 38,07, sendo o custeio administrativo realizado por uma taxa administrativa de 2% da Contribuição Normal se o participante se relaciona com o Plano por e-mail ou de 4% se o participante se relaciona com o Plano por correspondência, não podendo o valor da taxa administrativa exceder a 15% de 1 (uma) V.R.P. (Valor da Referência do Plano), ou seja, a R\$ 22,84.

NOTA: O Valor de Referência do Plano (V.R.P.) é atualizado anualmente no mês de maio.

Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

A variação do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2013 para o final do ano 2014, é a seguinte:

Referência	31/12/2013	31/12/2014	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	6.271.976,12	7.101.397,16 (*1)	13,22%
Provisão de Benefícios a Conceder	9.857.161,36	11.240.204,99 (*2)	14,03%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	16.129.137,48	18.341.602,15	13,72%

(*1) Sendo R\$ 7.005.432,51 correspondente aos Benefícios Concedidos oriundos do extinto PPE (que são na modalidade de Benefício Definido) e R\$ 95.964,65 correspondente a Benefício na modalidade de Contribuição Definida Pura.

(*2) A totalidade desses R\$ 11.240.204,99 correspondem a Benefícios na modalidade de Contribuição Definida Pura.

Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano FIPECqPREV vigente na FIPECq, que tem como Instituidor, a FIPECqVida, por se tratar de um Plano Instituído do tipo Contribuição Definida (Puro), não apresentou em 31/12/2014, nem Superávit Técnico Acumulado e nem Déficit Técnico Acumulado.

NOTA: Transitoriamente, por ter o FIPECqPREV assumido a obrigação de continuar o pagamento de um pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, em decorrência de ter incorporado o extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, existe o registro de uma Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, na modalidade de Benefício Definido e, conseqüentemente, de um Resultado Técnico Acumulado, que, em 31/12/2014, seria Deficitário em R\$ 626.121,66, caso, esse Déficit não tivesse sido coberto através de reversão realizada pelo Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados, constituído quando da incorporação do referido PPE para esse fim, de forma

que o Plano FIPECqPREV, do tipo Contribuição Definida (Puro), em 31/12/2014, não apresente, conforme é de sua natureza, Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.

2) No que se refere ao pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, na modalidade de Benefício Definido, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, na avaliação atuarial de 31/12/2014, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (masculina) suavizada em 10% e desagravada em 1 (um) ano, em substituição ao qx da AT-2000 (masculina) suavizada em 10%, nos Benefícios por Sobrevivência e qx da AT-83 (masculina), com o custo agravado em 25%, para os Benefícios por Morte.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: da AT-83 (masculina), em substituição ao qx da AT-83 (masculina) suavizada em 10%, nos Benefícios por Sobrevivência.

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: -

iv) Rotatividade: Considerada Nula.

v) Taxa real de juros/desconto: 5% ao ano.

vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: -

vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: -

viii) Em relação à composição familiar, vem sendo adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte.

ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97,24% (compatível com uma inflação anual média da ordem de 5% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano), em substituição aos 98% (compatível com uma inflação anual média da ordem de 4%).

3) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela FIPECq na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2014, foi de 6,653% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,54% o que, em

termos reais, representou obter mais 0,40%, não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, aplicável tão-somente aos participantes assistidos e pensionistas assistidos oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq (incorporado a esse Plano FIPECqPREV). Para todos os demais benefícios do FIPECqPREV, por serem concedidos na modalidade de Contribuição Definida Pura, a rentabilidade corresponde exatamente à variação do valor das Cotas, conforme estabelecido no artigo 34 do Regulamento de Benefícios do Plano FIPECqPREV da FIPECq, ou seja, corresponde à própria meta atuarial de rentabilidade.

Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 2 do item V.3. e os regimes/métodos de financiamento referidos no item V.7., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIPECq, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta D.A..

Variação do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Tão somente em relação ao pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, na modalidade de Benefício Definido, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, a evolução do Resultado Técnico Acumulado, de 31/12/2013 para 31/12/2014, tem a seguinte abertura:

Parecer Atuarial

• Déficit Técnico Esperado considerando o valor total das Provisões Matemáticas de 31/12/2014 avaliadas por recorrência desde a abertura do exercício de 2014 (partindo da avaliação atuarial de dezembro de 2013)	R\$ (238.632,09) (*1)
• Substituição da Tábua de Mortalidade Geral AT 2000 (masculina) suavizada em 10% para AT 2000 (masculina) suavizada em 10% e desagrav. em 1 ano	R\$ (22.117,94)
• Substituição da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT 83 (masculina) suavizada em 10% para AT 83 (masculina)	R\$ 50.681,47
• Substituição do Fator de Capacidade de 98% para 97,24%	R\$ 33.787,17
• Perda Atuarial decorrente do benefício dos aposentados por invalidez do CNPq/AC terem tido aumentos da ordem de 52%, no ano de 2014	R\$ (472.201,69) (*2)
• Reversão realizada pelo Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados, constituído quando da incorporação do extinto Plano PPE para esse fim, de forma que o Plano FIPECqPREV, do tipo Contribuição Definida (Puro), em 31/12/2014, não apresente, conforme é de sua natureza, Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado	R\$ 626.121,66
• Outros fatores pulverizados e de origens diversas	R\$ 22.361,42 (*3)
• Resultado Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2014	R\$ 0,00

(*2) Cabe destacar que, o benefício, dos aposentados por invalidez do CNPq/AC, teve aumento da ordem de 52%, no ano de 2014, impactando em uma perda atuarial de R\$ (472.201,69), na Avaliação Atuarial de 31/12/2014.

(*3) Equivalente a 0,32% do valor total das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos de R\$ 7.005.432,51, na modalidade de Benefício Definido, do pequeno grupo de assistidos e pensionistas, em decorrência de ter incorporado o extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq ao Plano FIPECqPREV, obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2014.

Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Por se tratar de um Plano Instituído do tipo Contribuição Definida (Puro) não se registrou, em 31/12/2014, nem Superávit Técnico Acumulado e nem Déficit Técnico Acumulado, exceto no que se refere ao pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, que se encontram em gozo de benefício, na modalidade de Benefício Definido, onde se observou a existência, em 31/12/2014, de uma insuficiência Atuarial, a qual foi coberta pela reversão realizada no Fundo

Contingencial de Riscos Não Expirados, constituído quando da incorporação do extinto Plano PPE para esse fim, de forma que o Plano FIPECqPREV, do tipo Contribuição Definida (Puro), em 31/12/2014, não apresente, conforme é de sua natureza, Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.

Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando que o Plano FIPECqPREV da FIPECq é um Plano em que os benefícios são concedidos na modalidade de Contribuição Definida, logo, estão sendo financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual, exceto no que diz respeito ao pequeno número de participantes assistidos e pensionistas assistidos, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE, que estão sendo financiados, adequadamente, da mesma forma que eram financiados no referido PPE, pelo regime financeiro de Capitalização na versão Agregado.



Atuário MIBA 426

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Senhores Conselheiros e Diretores da FIPECq - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA.

Examinamos as demonstrações contábeis da FIPECq - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA (“FIPECq”), que compreendem o Balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os Planos de benefícios administrados pela FIPECq, aqui denominados de “Planos consolidados”, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas Demonstrações consolidadas da Mutações do patrimônio social e do Plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por Plano de benefício que compreendem as Demonstrações do Ativo líquido e da Mutações do ativo líquido e das Provisões técnicas todas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações contábeis

A Administração da FIPECq é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma Opinião sobre essas Demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento

de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações contábeis da FIPECq. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis da FIPECq para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma Opinião sobre a eficácia desses controles internos da FIPECq. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Opinião

Em nossa Opinião, as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA e individual por Plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por Plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfases

Embora não tenha sido objeto de ressalva em nossa Opinião e conforme requerido nas Normas de auditoria emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aprovadas pela Resolução CFC 1233/2009 (NBC-TA 706), os assuntos a seguir

Relatório dos Auditores Independentes

são considerados relevantes para os usuários das Demonstrações contábeis:

1) Conforme mencionado na Nota Explicativa 11 a) sub-tópico “i”, a FIPECq mantém contabilizado no Plano PPC em 31 de dezembro de 2014 um Fundo Previdencial de R\$ 247 milhões (R\$ 245 milhões em 31 de dezembro de 2013), formado por recursos vinculados com as coberturas de direito dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, do Regime CLT para o Regime Jurídico Único (RJU), além da rentabilidade obtida ao longo do ano. Os valores correspondentes à contribuição dos Participantes já foram a eles devolvidos e, conseqüentemente, não fazem parte do valor acima mencionado.

Em virtude de inexistir uma manifestação das autoridades governamentais a respeito da destinação deste Fundo – se da Patrocinadora, ou do Participante, ou da própria FIPECq, em dezembro de 2010 a Entidade ajuizou uma Ação Declaratória com o objetivo de obter do Poder Judiciário uma Declaração, por sentença, sobre a destinação dos recursos referentes a este Fundo Previdencial e que integram o seu patrimônio atual. No momento, esta ação judicial ainda não foi apreciada em Primeira Instância.

A Administração da Entidade optou por realizar a atualização deste saldo conforme a meta atuarial até dezembro de 2012, todavia, não existe nenhuma determinação judicial, atuarial ou regulamentar para fundamentar tal procedimento. Em Junho de 2013 o Conselho Deliberativo da FIPECq decidiu sobre a atualização deste Fundo pela Taxa Referencial - TR, com aplicação retroativa a partir de janeiro de 2013.

Por fim, foram utilizados R\$ 29,8 milhões deste Fundo em 31 de Julho de 2013 para a constituição de outro Fundo Previdencial referente a Plano PBS mencionado no parágrafo 2º a seguir, todavia, a utilização deste Fundo previdencial para este fim não foi submetido à aprovação da PREVIC e também não há decisão judicial suporte para tal.

É incerto o desfecho deste assunto e os seus consequentes reflexos sobre as Demonstrações contábeis consolidadas da FIPECq, e individuais do Plano de Previdência Complementar – PPC.

2) Conforme mencionado na Nota Explicativa 11 a) sub-tópico “ii”, em resposta ao Ofício PREVIC nº 4.484, de 06/12/2012, que determinou o encerramento do Plano de Benefício Saldado – PBS, a Entidade efetuou um levantamento de contribuições aportadas pelas Patrocinadoras em nome dos participantes no referido Plano, com a revisão por Atuário independente sobre os cálculos e premissas utilizados. Como resultado, foi constituído um Fundo Previdencial no plano PPC no valor de R\$ 29,8 milhões (valor em abril de 2013) que, em 31 de dezembro de 2014, totaliza R\$ 30,1 milhões para fazer frente à eventual ocorrência de decisões judiciais ou administrativas envolvendo a destinação dessas contribuições, tendo utilizado recursos do Fundo Previdencial mencionado acima para a constituição deste novo Fundo.

Até o momento, este assunto encontra-se sob análise pelo Órgão regulador e é incerto o seu desfecho e os seus reflexos sobre as Demonstrações contábeis consolidadas da Fundação, e individuais do Plano de Previdência Complementar – PPC.

3) A FIPECq administrou até 2003 um Plano de benefício assistencial, cujas atividades foram encerradas em abril daquele mesmo ano. Naquela ocasião, foi levantado um déficit no referido Programa assistencial, de R\$ 4,1 milhões, que foi equacionado pela FIPECq com recursos do Fundo Administrativo. Tal procedimento não é permitido pelas normas regulamentares das EFPC. A FIPECq solicitou autorização à Secretaria de Previdência Complementar (atualmente PREVIC) em 16 de junho de 2003 para que o referido déficit fosse equacionado da forma até então adotada. Tal posicionamento, todavia, encontra-se pendente de manifestação por aquele Órgão fiscalizador.

Por outro lado, a PREVIC, através do Ofício nº 1.453 de 29 de abril de 2011, requereu à FIPECq prestar esclarecimentos se os recursos do Plano Assistencial foram devolvidos ao Fundo administrativo e se, caso contrário, qual seria o valor atualizado para devolução ao citado Fundo Administrativo. A Entidade, por sua vez, acredita que ocorreu prescrição, e requereu à PREVIC o arquivamento do processo de questionamento. Além disso, a FIPECq requereu ainda à Receita Federal o ressarcimento dos valores dos tributos recolhidos que, a seu ver, indevidamente. Pelos controles da FIPECq, em 31 de dezembro de 2014

Relatório dos Auditores Independentes

este déficit totaliza R\$ 3,4 milhões, tendo em vista que, do valor original do déficit (R\$4,1 milhões), parte está sendo recuperado através de recebimentos de contribuições em atraso e, conseqüentemente, naquela data, o Fundo administrativo está demonstrado a menor por este montante, sem considerar a correção do período.

Adicionalmente, a PREVIC informou à FIPECq (i) sobre os aportes por esta feitos ao Fundo administrativo com recursos do Programa Previdencial, cujo valor atualizado até dezembro de 2010 totalizava R\$ 32,1 milhões, e (ii) solicitou que sejam tomadas providências no sentido de efetuar a reversão/devolução dos recursos transferidos indevidamente. A FIPECq, por outro lado, prestou esclarecimentos à PREVIC em 24/06/2011 informando que o Fundo recebeu tal aporte em decorrência do evento extraordinário da edição da Lei nº 8.112/90 que, ao transformar em Regime Jurídico Único o regime celetista dos então empregados do setor público, ocasionou perda substantiva do ingresso de recursos para a FIPECq, sem que houvesse, de outro lado, condições de reduzir em igual proporção os gastos administrativos e que não há o que ser regularizado.

No momento, é incerto o desfecho destes assuntos e os reflexos sobre as Demonstrações contábeis consolidadas da FIPECq e individual do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

4) Encontra-se em fase de julgamento no Supremo Tribunal Federal diferenças de correções monetárias dos Planos econômicos Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991). Caso a decisão seja desfavorável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, ocorrerá impacto no Equilíbrio Técnico por valor não conhecido nesta data.

Outro assunto

Anteriormente, auditamos o Balanço patrimonial consolidado da FIPECq -

Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA em 31 de dezembro de 2013 as respectivas Demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do Plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por Plano de benefício que compreendem a Demonstração do ativo líquido, da Mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, cujo relatório, datado de 24 de fevereiro de 2014, foi emitido com ressalva sobre o fato de a Fundação classificar parte dos seus investimentos em títulos públicos e a totalidade dos créditos privados depósitos do Plano PPC na categoria de “títulos para negociação” e, conseqüentemente, precifica-los a valor de mercado. Entendemos que tais investimentos deveriam ser classificados como “mantidos até o vencimento” e, assim, marcados na curva do papel, baseado na Resolução CGPC nº 4/2002, uma vez que estes ativos não possuíam perfil de realização imediata e também por conta de a FIPECq ter a intenção e capacidade financeira de levá-los até o vencimento. Como consequência desta prática, o déficit técnico do exercício de 2013 foi apresentado a maior por R\$ 50.801 mil e o Equilíbrio Técnico e os investimentos foram apresentados a menor por R\$ 28.539 mil em 31 de dezembro de 2013. Para o exercício de 2014 a FIPECq alterou a classificação dos títulos públicos para “mantidos até o vencimento”, atendendo os requisitos da Resolução CGPC nº 4/2002 para esta alteração, com exceção a NTN-B com vencimento em 2017 que representa somente 5% da carteira do Plano PPC e da totalidade dos créditos privados e depósitos que foram mantidos na categoria de “títulos para negociação”. O impacto da diferença para a NTN-B com vencimento em 2017 e para os créditos privados entre o valor a curva dos títulos e o seu valor de mercado no Ativo e no Patrimônio para cobertura do plano em 31 de dezembro de 2014 e no déficit técnico no exercício findo porém em 31 de dezembro de 2014 foi considerado irrelevante, diferentemente do exercício de 2013. Nossa Opinião também incluiu todos os assuntos mencionados no parágrafo de Ênfases supra.

Belo Horizonte, 11 de março de 2015.



Domingos Xavier Teixeira

Contador CRC MG-14.105-0/5 - S - DF - 103

Parecer do Conselho Fiscal



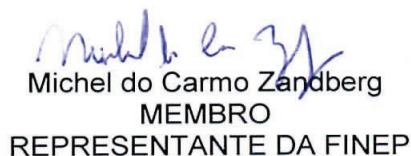
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da **Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA - FIPECq**, no cumprimento de suas atribuições legais e regulamentares, procedido o exame das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Exercício de 2014, contendo: Balanço Patrimonial (Consolidado), comparado com exercício anterior; Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (Consolidada); Demonstração de Mutações do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC; Demonstração de Mutações do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV; Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC; Demonstração do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada); Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Previdência Complementar - PPC; Demonstração das Provisões Técnicas do Plano FIPECqPREV; Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; Parecer Atuarial dos Planos Previdenciários - Plano de Previdência Complementar – PPC e Plano FIPECqPREV e Parecer dos Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, pela aprovação das Demonstrações Contábeis Consolidadas da **FIPECq**, levantadas em 31 de dezembro de 2014, acompanhando o parecer da Auditoria Independente.

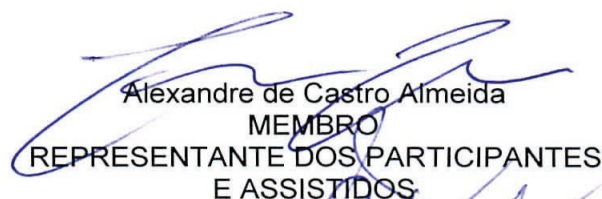
Brasília/DF, 23 de março de 2015.



Rosilene Matos Domingues
PRESIDENTE
REPRESENTANTE DOS PARTICIPANTES
E ASSISTIDOS



Michel do Carmo Zandberg
MEMBRO
REPRESENTANTE DA FINEP



Alexandre de Castro Almeida
MEMBRO
REPRESENTANTE DOS PARTICIPANTES
E ASSISTIDOS



Raimundo Otávio Picanço Filho
MEMBRO
REPRESENTANTE DO INPA
INDICADO PELO CNPq

Resolução do Conselho Deliberativo



RESOLUÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

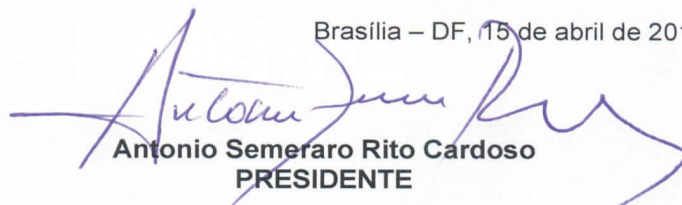
DOCUMENTO Nº RCD 002/2015	APROVAÇÃO: 15/04/2015	REVOGAR:	REVOGADA POR:
ASSUNTO: Demonstrações Contábeis Consolidadas e Relatório de Atividades – exercício 2014			ÚLTIMA REVISÃO:

O Conselho Deliberativo da **FIPECq**, no uso de suas atribuições conforme preceitua o Art. 23, XVII do Estatuto da FIPECq e, após apreciação do Parecer do Conselho Fiscal, voto do Conselheiro Relator Alvaro Albuquerque Júnior e discussão constante na Ata da 256ª Reunião do CD, por unanimidade,

RESOLVE:

1. Aprovar as Demonstrações Contábeis Consolidadas e o Relatório de Atividades exercício 2014, com as observações registradas pelo Conselho Fiscal em seu parecer, anexo à presente Resolução;
2. Os documentos a seguir fazem parte das Demonstrações Contábeis exercício 2014:
 - a. Balanço Patrimonial;
 - b. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada);
 - c. Demonstração de Mutação do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC;
 - d. Demonstração de Mutação do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV;
 - e. Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC;
 - f. Demonstração do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV;
 - g. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada);
 - h. Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Previdência Complementar - PPC;
 - i. Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano FIPECqPREV;
 - j. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis;
 - k. Parecer Atuarial dos Planos Previdenciários:
 - Plano de Previdência Complementar – PPC
 - Plano FIPECqPREV
 - l. Parecer dos Auditores Independentes.

Brasília – DF, 15 de abril de 2015.


Antonio Semeraro Rito Cardoso
PRESIDENTE

Demonstrativo de Investimentos

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA FIPECq

CNPJ Nº: 00.529.958.0001-74

MÊS: DEZEMBRO/2014

(R\$)

PLANOS	PLANO DE PREVID. COMPLEMENTAR - PPC CNPB Nº.1979001618	PLANO DE BENEFÍCIOS FIPECqPREV CNPB Nº.2006002929	PLANO DE GESTÃO ADMINIST. - PGA	CONSOLIDADO
TOTAL DE INVESTIMENTOS	927.661.856,91	20.224.610,22	37.208.233,69	985.094.700,82
DISPONÍVEL	367.722,05	86.771,92	219.476,41	673.970,38
TÍTULOS PÚBLICOS	502.940.188,11	6.784.843,97	20.314.464,16	530.039.496,24
Títulos Públicos Federais	502.940.188,11	6.784.843,97	20.314.464,16	530.039.496,24
Notas do Tesouro Nacional - NTN	502.940.188,11	6.784.843,97	20.314.464,16	530.039.496,24
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	167.397.504,35	-	-	167.397.504,35
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	143.835.618,78	-	-	143.835.618,78
Depósito a Prazo c/ Garantia Esp. - DPGE/FGC	105.713.246,73	-	-	105.713.246,73
OMNI S/A CFI	22.306.790,18	-	-	22.306.790,18
BANCO MAXIMA S/A	16.951.861,95	-	-	16.951.861,95
BANCO BICBANCO S/A	16.775.273,39	-	-	16.775.273,39
BANCO SEMEAR S/A	16.616.839,49	-	-	16.616.839,49
BANCO FIBRA S/A	14.322.683,91	-	-	14.322.683,91
BANCO BANIF S/A	9.325.748,58	-	-	9.325.748,58
BANCO BMB S/A	9.414.049,23	-	-	9.414.049,23
Letras Financeiras - LF	38.122.372,05	-	-	38.122.372,05
BANCO BMG S/A	13.349.401,29	-	-	13.349.401,29
BANCO BRB S/A	13.138.930,57	-	-	13.138.930,57
ITAÚ UNIBANCO S/A	11.634.040,19	-	-	11.634.040,19
COMPANHIAS ABERTAS	23.191.072,06	-	-	23.191.072,06
Debênture Não Conversível - DNC	11.102.225,39	-	-	11.102.225,39
CTBC TELECOM S/A	11.102.225,39	-	-	11.102.225,39
Cédula de Crédito Bancário - CCB	12.088.846,67	-	-	12.088.846,67
CASAN S/A	12.088.846,67	-	-	12.088.846,67
COMPANHIAS FECHADAS	370.813,51	-	-	370.813,51
CANGURU S/A	370.813,51	-	-	370.813,51
AÇÕES	98.446.955,19	2.019.921,61	4.990.920,02	105.457.796,82
MERCADO Á VISTA	98.446.955,19	2.019.921,61	4.990.920,02	105.457.796,82
Instituições Financeiras	43.666.448,77	831.180,62	2.011.329,88	46.508.959,27
BANCO DO BRASIL / ON	4.239.902,44	79.486,88	196.910,68	4.516.300,00
BRADESCO / PN	18.313.345,58	343.623,06	834.357,88	19.491.326,52
ITAÚUNIBANCO / PN	20.755.502,00	401.360,00	963.748,40	22.120.610,40
VALORES A RECEBER	357.698,75	6.710,68	16.312,92	380.722,35
Companhias Abertas	54.780.506,42	1.188.740,99	2.979.590,14	58.948.837,55
AES TIETE / PN	765.497,52	14.351,04	35.551,44	815.400,00
BMFBOVESPA / ON	3.071.101,95	57.563,40	142.637,85	3.271.303,20
BRF BRASIL FOODS/ ON	14.515.072,00	358.309,12	720.170,88	15.593.552,00
CCR S/A / ON	3.444.135,00	238.855,00	554.760,00	4.237.750,00
IOCHP-MAXION / ON	1.350.540,00	12.200,00	36.600,00	1.399.340,00
JOÃO FORTES / ON	3.060.332,80	57.447,04	142.316,16	3.260.096,00
JOÃO FORTES / OND	36.763,80	690,15	1.709,70	39.163,65
JULIO SIMÕES / ON	2.473.500,00	25.500,00	51.000,00	2.550.000,00
LOJAS RENNEN / ON	2.176.718,55	50.393,73	105.222,72	2.332.335,00
MILLS / ON	878.600,00	19.100,00	57.300,00	955.000,00
P. AÇUCAR - CBD / PN	2.664.883,97	50.005,41	123.780,65	2.838.670,03
PETROBRAS / PN	9.155.714,88	125.981,46	500.759,52	9.782.455,86
VALE / PNA	11.135.900,70	177.396,75	505.460,55	11.818.758,00
VALORES A RECEBER	51.745,25	947,89	2.320,67	55.013,81

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA FIPECq

CNPJ Nº: 00.529.958.0001-74

MÊS: DEZEMBRO/2014

(R\$)

PLANOS	PLANO DE PREVID. COMPLEMENTAR - PPC CNPB Nº.1979001618	PLANO DE BENEFÍCIOS FIPECqPREV CNPB Nº.2006002929	PLANO DE GESTÃO ADMINIST. - PGA	CONSOLIDADO
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	132.095.666,90	11.401.500,50	11.878.124,13	155.375.291,53
Fundos de Investimentos Referenciado - FIR	4.744,51	7.570.024,59	852.927,30	8.427.696,40
BNP PARIBAS OPTIMUN DI FIR	4.744,51	7.570.024,59	852.927,30	8.427.696,40
Fundos de Investimentos Renda Fixa - FRF	45.359.862,88	2.578.558,21	7.305.845,01	55.244.266,10
BNP RF FI RENDA FIXA	-	-	1.612.264,77	1.612.264,77
PLURAL CAPITAL HIGH RF	20.325.783,12	2.326.537,37	5.693.580,24	28.345.900,73
SAM EXCELL FI RF CAPITAL PROTEGIDO	4.788.395,96	252.020,84	-	5.040.416,80
VINCI FI RF IMOBILIÁRIO	20.245.683,80	-	-	20.245.683,80
Fundos de Investimentos em Ações - FIA	43.629.678,39	1.250.527,04	2.448.420,46	47.328.625,89
RIO BRAVO FUNDAMENTAL FIA	9.422.257,43	176.642,23	437.590,99	10.036.490,65
OCEANA VALOR FIC FIA	2.971.246,27	-	-	2.971.246,27
FIA SULAMÉRICA TARPON GOVERNANÇA I	3.794.422,98	71.135,32	176.221,60	4.041.779,90
GUEPARDO INSTITUCIONAL MASTER FIA	27.441.751,71	1.002.749,49	1.834.607,87	30.279.109,07
Fundos de Investimentos Multimercado -FIM	6.368.877,51	2.390,66	614.934,22	6.986.202,39
ITAÚ INST. ACTIVE FIX IB MULTIMERCADO	3.739.730,16	-	609.011,93	4.348.742,09
PROFIX INST FIM CREDITO PRIVADO	127.519,44	2.390,66	5.922,29	135.832,39
SAFRA GALILEO FIM	2.501.627,91	-	-	2.501.627,91
Fundos de Invest. em Direito Creditório - FIDC	8.958.523,42	-	655.997,14	9.614.520,56
FIDC FICSA PREMIUM VEÍCULOS I	5.903.974,24	-	655.997,14	6.559.971,38
FIDC MULTISSETORIAL BVA MASTER II	451.773,57	-	-	451.773,57
FIDC DA SANEAGO INFRA II	2.602.775,61	-	-	2.602.775,61
Fundos de Invest. em Participações - FIP	24.709.256,60	-	-	24.709.256,60
BR EDUCACIONAL FIP	2.086.402,40	-	-	2.086.402,40
FIP BIOTEC	8.873.472,16	-	-	8.873.472,16
FIP TAG	3.699.267,20	-	-	3.699.267,20
TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FIP	10.050.114,84	-	-	10.050.114,84
Fundo de Investimento Imobiliário - FII	3.064.723,59	-	-	3.064.723,59
FII MEMORIAL OFFICE	3.064.723,59	-	-	3.064.723,59
DERIVATIVOS	(4.285.266,00)	(68.264,00)	(194.509,00)	(4.548.039,00)
OPÇÕES DE AÇÕES	(4.285.266,00)	(68.264,00)	(194.509,00)	(4.548.039,00)
IMÓVEIS	8.918.719,30	-	-	8.918.719,30
Aluguéis e Renda, localização: SCN - Bloco B -Centro Empresarial Varig,Sala 404-BRASÍLIA/DF	8.918.719,30	-	-	8.918.719,30
EMPRÉSTIMOS	21.793.478,05	-	-	21.793.478,05
Empréstimos a Participantes	21.793.478,05	-	-	21.793.478,05
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	251.517,62	11.878,09	-	263.395,71
Depósitos Judiciais/Recursais	251.517,62	11.878,09	-	263.395,71
OUTROS REALIZÁVEIS	4.004,04	-	-	4.004,04
Bloqueio Judicial	4.004,04	-	-	4.004,04
OUTRAS EXIGIBILIDADES	(9.976,05)	(163,78)	(242,03)	(10.381,86)
Credores Diversos	(9.976,05)	(163,78)	(242,03)	(10.381,86)
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	(258.656,65)	(11.878,09)	-	(270.534,74)
Questionamentos Judiciais - Investimentos	(258.656,65)	(11.878,09)	-	(270.534,74)
GESTÃO DE INVESTIMENTOS	927.661.856,91	20.224.610,22	37.208.233,69	985.094.700,82
Carteira Própria	927.661.856,91	20.224.610,22	37.208.233,69	985.094.700,82

Demonstrativo de Investimentos

Custos incorridos com a Administração de Investimentos

O quadro a seguir demonstra as despesas com administração de investimentos, custódia dos ativos financeiros e corretagens pagas nas negociações de ações.

CUSTOS E CORRETAGEM	PLANO PPC	PLANO FIPECqPREV	PLANO PGA	CONSOLIDADO
1 - DESPESAS	5.045.210,76	70.704,78	-	5.115.915,54
PESSOAL E ENCARGOS	3.637.347,56	52.027,57	-	3.689.375,13
Administração	1.603.614,84	22.937,64	-	1.626.552,48
Rateio da Administração Geral	2.033.732,72	29.089,93	-	2.062.822,65
TREINAMENTOS/CONGRESSOS	16.443,28	235,20	-	16.678,48
Administração	1.092,37	15,63	-	1.108,00
Rateio da Administração Geral	15.350,91	219,57	-	15.570,48
VIAGENS E ESTADIAS	107.369,50	1.535,78	-	108.905,28
Administração	14.412,47	206,15	-	14.618,62
Rateio da Administração Geral	92.957,03	1.329,63	-	94.286,66
SERVIÇOS DE TERCEIROS	445.561,36	4.912,73	-	450.474,09
Consultoria dos Investimentos	69.168,74	989,37	-	70.158,11
Consultoria Jurídica	100.144,23	-	-	100.144,23
Auditorias	42.004,89	600,83	-	42.605,72
Outros	1.792,29	-	-	1.792,29
Rateio da Administração Geral	232.451,21	3.322,53	-	235.773,74
DESPESAS GERAIS	775.808,87	11.096,95	-	786.905,82
Locação de Bens Imóveis	237.577,43	3.398,24	-	240.975,67
Locação de Software	194.810,62	2.786,51	-	197.597,13
Outras	54.107,04	773,93	-	54.880,97
Rateio da Administração Geral	289.313,79	4.138,26	-	293.452,05
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO	62.680,18	896,56	-	63.576,74
2 - CUSTÓDIA	87.524,02	2.186,63	3.920,73	93.631,38
3 - CORRETAGENS PAGAS *	246.159,42	5.710,33	75.024,74	326.894,49
TOTAL (1+2+3)	5.378.894,20	78.601,74	78.945,47	5.536.441,41

(*) Corresponde a 30%, devolução de 70% de corretagem.

Glossário

C

Call - Opções de compra
CCB - Cédula de Crédito Bancário
CCI - Registro de Cédulas de Crédito Imobiliário
CDB - Certificado de Depósito Bancário
CDI - Certificado de Depósito Interbancário

D

DPGE - Depósitos a Prazo com Garantia Especial

E

EFPC - Entidade Fechada de Previdência Complementar

F

FIA - Fundo de Investimento em Ações
FIPECq Vida - Caixa de Assistência Social da FIPECq
FED - Federal Reserve System, o Banco Central dos EUA.
FIDC - Fundo de Investimento em Direito Creditório
FIP - Fundo de Investimento em Participações

I

IGFP - Índice Geral do FIPECq*PREV*
IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, medido pelo IBGE.
IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo

N

NTN - Notas de Tesouro Nacional

P

PBS - Plano de Benefícios Saldados
PDA - Programa de Desligamento Assistido da Patrocinadora Finep
PGA - Plano de Gestão Administrativa
PIB - Produto Interno Bruto
PPC - Plano de Previdência Complementar
PPE - Plano de Previdência Especial, extinto em janeiro de 2011.
PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Put - Opções de venda

S

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

Z

Zero Cost Fence - é uma estratégia de opção que estabelece uma banda de negociação em torno de um valor mobiliário ou mercadoria, em geral, para proteger os lucros.

Mensagem do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem como função estatutária atuar como órgão de controle interno da entidade e desempenha esse papel estimulando sempre a adoção de boas práticas de governança corporativa e ações de transparência que permitam o controle dos atos de gestão. Com representação paritária entre representantes dos Participantes e Assistidos e representantes indicados pelas patrocinadoras dos planos de previdência, o colegiado atua no interesse dos planos administrados pela entidade.

Ele embasa suas atividades de controle essencialmente nos princípios da transparência, equidade e prestação de contas, ampliados pela atenção às exigências normativas, às recomendações contidas nos guias de melhores práticas, editados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e pelas orientações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. No exercício de suas atividades interage com a equipe da empresa de Auditoria Externa Independente (Nexia Teixeira Auditores), requer assessoramento de Consultoria especializada (Consultorys) na análise de controles internos em Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e mantém frequente interlocução com as gerências especializadas da Fundação.

Emite posicionamentos considerando também a relação de confiança com os participantes, com visão na sustentabilidade dos planos geridos e com responsabilidade sobre as vidas que confiam na FIPECq como gestora dos recursos financeiros para seu sustento no futuro.

Os órgãos de controle e fiscalização das EFPC, em suas ações de fiscalização, tomam por referência os trabalhos executados nesse colegiado, consistindo esse procedimento em mais um motivador para a melhoria contínua da qualidade dos produtos gerados pelo Conselho Fiscal.

As ações adotadas no curso de 2014 comprovam as afirmações anteriores e o pleno exercício das atribuições do Conselho Fiscal, destacando-se dentre as atividades exercidas:

- Mitigação do risco de descontinuidade do monitoramento de recomendações com a adoção de procedimento simplificado, porém contínuo, para acompanhamento das ações implantadas nas Diretorias;

- Incentivo à realização de evento de Prestação de Contas Anual, com participação ativa dos conselheiros;
- Estimulo à divulgação de informações que facilitem a compreensão dos resultados e a ampliação do interesse do participante pelo acompanhamento dos planos;
- Emissão de relatório de controles internos semestral acompanhado de pareceres. Emissão de pareceres sobre as demonstrações contábeis e sobre a avaliação da aderência das premissas consideradas nos cálculos atuariais.

No exercício de 2014 ocorreu a renovação de parte do colegiado, através de processo eleitoral e também pela indicação de patrocinadoras. Os novos conselheiros agregam qualidade ao trabalho, principalmente pela formação acadêmica e pelas experiências profissionais.

Diante do cenário econômico de incertezas e considerando as dificuldades enfrentadas pelas EFPC para alcançarem os resultados almejados pelos participantes dos planos de previdência, o Conselho Fiscal entende que terão desempenho diferenciado aquelas entidades que aprimorarem seus processos internos de governança e gestão de riscos e trabalharem frequentemente com o planejamento, monitoramento de desempenho e revisão de rumos.

Assim, o Conselho Fiscal incentiva o desenvolvimento de uma cultura interna que enfatize e demonstre a importância dos controles internos a todos os níveis hierárquicos e a divulgação de informações, visto que considera que a ampliação do conhecimento dos participantes em muito contribuirá para uma gestão participativa e profissional.

Aos participantes, recomendamos fortemente a leitura do Relatório de Atividades, produzido pela equipe da FIPECq, e a consulta permanente das informações acessíveis no site da Fundação, as quais permitirão o monitoramento do desempenho dos planos.

Mensagem do Conselho Deliberativo

A missão do Conselho Deliberativo é proteger e valorizar o patrimônio da entidade, bem como maximizar o retorno dos investimentos dos Planos e zelar pelo bem-estar de seus participantes e assistidos. Como instância máxima de decisão da entidade, o Conselho Deliberativo da FIPECq se reuniu dez vezes, em 2014, e tomou importantes decisões, tais como:

- Nomeação do novo Diretor-Presidente
- Análise e aprovação da contratação de empresa de Consultoria para implantação de Governança na Área de TI
- Análise e aprovação da contratação de empresa para a implementação da gestão baseada em risco
- Análise e aprovação da Proposta Orçamentária de 2015
- Análise e aprovação da Política de Investimentos 2015-2019
- Análise e aprovação da Demonstrações Contábeis e Relatório de Atividades de 2013
- Aprovação do novo Código de Ética da FIPECq
- Avaliação de estudos para adequação do regulamento do Plano de Previdência Complementar – PPC.

Recomendamos a leitura deste Relatório, que demonstra os resultados dos trabalhos executados, possibilitando avaliar o desempenho na efetivação das metas da Fundação.

Os desafios para o futuro são enormes, mas entendemos que competência técnica, seriedade e transparência nas decisões a serem tomadas são fundamentais para o sucesso do nosso trabalho. Todas as nossas ações visam proporcionar maior segurança no planejamento do futuro aos mais de 2.400 participantes dos Planos administrados pela FIPECq.



Fundação de Previdência Complementar
dos Empregados ou Servidores da FINEP,
do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA